

FACULDADE CÁSPER LÍBERO

Mestrado em Comunicação

Afeto e política

Gênero, processos midiáticos e participação digital das vereadoras da Região
Metropolitana de Campinas.

Tayra Carolina Nascimento Aleixo

São Paulo

2016

TAYRA CAROLINA NASCIMENTO ALEIXO

**Afeto e política:
Gênero, processos midiáticos e participação digital das vereadoras da
Região Metropolitana de Campinas.**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de
Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper
Líbero.

Orientador: Prof. Dr. Luís Mauro de Sá Martino.

São Paulo

2016

Aleixo, Tayra Carolina Nascimento

Afeto e política: gênero, processos midiáticos e participação digital das vereadoras da Região Metropolitana de Campinas / Tayra Carolina Nascimento Aleixo. – São Paulo, 2016.

95f. : il. ; 30cm.

Orientador: Prof. Dr. Luís Mauro Sá Martino

Dissertação (mestrado) – Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação

1. Comunicação. 2. Afeto. 3. Política. 4. Gênero. I. Martino, Luís Mauro Sá. II. Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação. III. Afeto e política: gênero, processos midiáticos e participação digital das vereadoras da Região Metropolitana de Campinas.


ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Autora: TAYRA CAROLINA NASCIMENTO ALEIXO

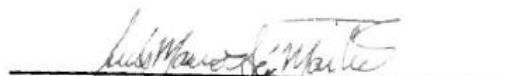
**“AFETO E POLÍTICA: GÊNERO, PROCESSOS MIDIÁTICOS E
PARTICIPAÇÃO DIGITAL DAS VEREADORAS DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CAMPINAS”**



**Prof. Dr. Luiz Antonio Signates Freitas
Universidade Federal de Goiás - UFG**



**Prof. Dr. Cláudio Neves Pinto Coelho
Faculdade Cásper Libero - FCL**



**Prof. Dr. Luis Mauro Sá Martino
Faculdade Cásper Libero - FCL**

Data da Defesa: 11 de abril de 2016

Emerson Franco Nascimento

In memoriam

AGRADECIMENTOS

Aos meus amados pais Leila e Robson Aleixo, por toda dedicação incondicional e incentivo decisivo para minha formação pessoal e acadêmica. Eu amo vocês de paixão, vocês são meu modelo ideal de casal.

Aos meus queridos irmãos Tawan e Taysa, por toda diversão e companheirismo que nossa convivência representa. A cor da minha vida vem de vocês.

Ao meu namorado Osvaldo Jr, por todo amor que iremos compartilhar nessa vida. Espero que ela seja repleta de conquistas e momentos felizes. Quer casar comigo?

Aos meus avós Cleuza, Francão, Iracema e Vô Aleixo, por todos os ensinamentos e memórias cheia de carinho.

À minha prima Cintia, por todas as conversas que me mantiveram firme na minha caminhada. Espero que você sinta toda consideração que tenho por você neste agradecimento.

Ao Prê, espero que este pequeno gesto represente, para você, a mesma felicidade que tive quando fui sua madrinha de formatura.

Ao meu primeiro orientador acadêmico Reinaldo Dias, minha fonte de inspiração e amizade, obrigada por me instigar a percorrer este caminho, você é o motivo de eu estar concluindo o mestrado.

Ao meu orientador Luís Mauro, por sua simpatia e competência incomparáveis.

Aos meus padrinhos: Gabriel, Vanessa, Denys e Larissa. São importantes agora e quero que sejam para toda vida.

Aos meus cachorros Prada, Gru e Pirulito, pela companhia fiel. Descansem em paz.

RESUMO

Esta dissertação estuda as imbricações entre política e afeto, destacando o gênero nessa relação a partir da captação de entrevistas com as doze vereadoras em exercício na Região Metropolitana de Campinas. Para analisar as entrevistas, o método qualitativo admite a perspectiva afetiva para articular os principais temas levantados no trabalho. Além disso, dados secundários foram coletados mediante netnografia e confrontados com o referencial teórico que sugere a extensão da participação política para a internet. O afeto é, portanto, uma questão transversal que percorre este trabalho. Figura como parte da construção histórica da figura feminina, naturalizada no sentido de indicá-la como alguém propensa à “vivência doméstica” e “experiência maternal”. O afeto também aparece nos comportamentos de alteridade ou repreensão, pautados em preconceitos e inclinações, das pessoas perante formações estereotipadas das identidades femininas no campo político, bem como nos processos midiáticos, a partir da apropriação da arte pela mídia ou da adoção do espetáculo pela política para angariar visibilidade. A apresentação da política, neste cenário, parece seguir uma orientação mercadológica da mídia, distanciando-a da possibilidade de culminar uma cultura politicamente crítica. O que Sodré (2006) chama de “estratégias sensíveis” utilizadas na política não incitam necessariamente uma racionalidade, mas promovem sensibilizações que beneficiam a imagem política do candidato. No tocante à questão de gênero, algumas diferenciações na visibilidade midiática de ambos os sexos sugere a permanência da desigualdade sob a forma de cisões no meio político. O recorte empírico investiga as incidências dessas diferenciações na experiência das vereadoras da Região Metropolitana de Campinas. Para tanto, foram realizadas nove entrevistas e verificado perfis online dessas políticas. Segundo as falas obtidas, essas mulheres se defrontam com discriminações sutis nas câmaras interioranas cujo ambiente é predominantemente masculino. O preconceito manifesta-se sob a forma de piadas e brincadeiras de mau gosto. Outras formas de minar o comportamento feminino na política vão de encontro com requisitos de vestuário, toque como divisor das relações sociais e da postura firme que as mulheres devem tomar, enquanto representantes políticas, para aproximar sua imagem da identidade pretensiosamente masculina de autoridade. A dimensão afetiva também pode ser voltada para ganhos de visibilidade na internet mediante postagens com elementos pessoais. Ou seja, na internet essas vereadoras buscam alimentar seus perfis com conteúdo considerado “leve”, promovendo ganhos de visibilidade a partir dos elementos pessoais embutidos nessas postagens. Com isso, a política não assume as ferramentas da democracia digital para compartilhar informações ou decisões políticas, ou seja, as ferramentas online perdem politicidade ao mesmo tempo que refletem a deficiente relação candidato-eleitor incrustada na cultura brasileira. As vereadoras ressaltam, por fim, o ônus da carreira política e o impacto dessa na sua privacidade, que é invadida até mesmo nas redes sociais voltadas para manutenção de contatos íntimos. Na internet, as vereadoras podem sofrer ataques verbais, desencorajando a exposição de posicionamentos políticos em seus perfis online. As resistências são identificadas em ambos os lados. O estudo finalmente considera que a comunicação, enquanto vinculação e veiculação, deve ser tratada com maior comprometimento pela sociedade, voltando esforços para promover o sentimento de comunhão com maior responsabilidade.

Palavras-chave: afeto; política; gênero; processos midiáticos.

ABSTRACT

This dissertation studies the overlaps between politics and affection, highlighting the gender in this regard from the capture of interviews with the twelve councilors acting in the Metropolitan Region of Campinas. To analyze the interviews, the qualitative method admits the affective perspective to articulate the main issues raised at work. In addition, secondary data were collected by netnography and faced with the theoretical framework suggests that the extent of political participation to the internet. The affect is therefore a cross-cutting theme that runs through this work. Figure as part of the historical construction of the female figure, naturalized in order to display it as someone prone to "home living" and "maternal experience." Affection also appears in the behavior of otherness or reprimand guided by prejudices and inclinations of the people before stereotyped formations of female identities in the political field as well as in media processes, from the appropriation of art by the media or the adoption of the show by politics to raise visibility. The presentation of politics, this scenario seems to follow a marketing orientation of the media, distancing the possibility of culminating a politically critical culture. What do Sodre (2006) calls "sensitive strategies" used in politics does not necessarily incite rationality, but promote sensitization that benefit the candidate's political image. Regarding the issue of gender, some differences in the media visibility of both sexes suggests the persistence of inequality in the form of divisions in the political arena. The empirical cut investigates the impact of such differences on the experience of councilors in the metropolitan region of Campinas. To this end, nine interviews were conducted and verified online profiles of those policies. According to the obtained lines, these women are confronted with subtle discrimination in the interior chamber whose atmosphere is predominantly male. Prejudice manifests itself in the form of jokes and pranks. Other forms of female behavior undermine the political will to meet clothing requirements, touch as a divisor of social relations and the firm stance that women should take as representatives policies to approach your image pretentiously male identity authority. The affective dimension can also be turned to gains visibility on the Internet by posts with personal elements. Ie on the internet these councilors seek to feed their profiles with content considered "light" by promoting visibility gains from personal elements embedded in these posts. Thus, the policy assumes the democracy of digital tools to share information or policy decisions, ie online tools lose political nature while reflecting poor candidate-voter relationship ingrained in Brazilian culture. The councilors point out, finally, the burden of political career and the impact of this on their privacy, which is overrun even in social networks focused on maintaining close contacts. On the internet, the councilors are subject to verbal attacks by discouraging exposure to political positions in their online profiles. The resistors are identified on both sides. The study finally believes that the Communication, while linking and broadcasting, should be treated with greater commitment by society, going back efforts to promote the feeling of communion with greater responsibility.

Keywords: affection; policy; genre; media processes.

SUMÁRIO

1	Introdução.....	10
1.1	Perspectiva comunicacional.....	11
1.2	Metodologia.....	14
2	Gênero: considerações históricas e desafios contemporâneos acerca da figura política feminina.....	16
2.1	A mulher como cidadã e agente política ativa.....	20
2.2	Breve panorama da representação feminina na política brasileira.....	23
2.3	A relação da política com a visibilidade e a importância para construção da imagem ..	28
2.3.1	Os desafios femininos na construção da imagem política.....	30
2.3.2	Vestuário e postura no cargo.....	33
2.3.3	Trajetórias políticas, filiações partidárias e ônus aos familiares.....	35
2.3.4	Outros alimentos da dominação masculina: o toque como divisor de posições sociais, a suposta maleficência da mulher e a rivalidade no universo feminino.....	39
3	Estética: a apropriação da arte pela mídia e as estratégias sensíveis.....	42
3.1	Estratégias sensíveis para construir proximidade.....	45
3.2	Identidade, estereótipos e seus reflexos no universo das relações sociais.....	48
3.2.1	O uso da identidade maternal pela figura política feminina.....	53
3.3	O impacto da política estética para a consciência política das pessoas.....	55
4.	A utilização da internet, resistências e fontes de contato mais utilizadas.....	59
4.1	A preferência pela política tradicional.....	63
4.2	Democracia digital.....	66
4.2.1	Capacitação das assessorias e resistências dos políticos.....	71
4.3	Práticas políticas online: as formas de utilização do Facebook e dos Weblogs por parte das vereadoras da RMC.....	74
4.3.1	Perfis no site da câmara.....	76
4.3.1.1	Configuração de perfis no Facebook: <i>fan page</i> ou perfil de usuário comum?.....	78
4.3.1.2	A preferência pelo <i>inbox</i> no Facebook.....	80
4.3.1.3	Elementos pessoais nas postagens online.....	81
	Considerações Finais.....	85
	Referências.....	88

1 Introdução

A civilização tentou evitar manifestações afetivas através de vigilância e controle, rejeitando-as nos meios sociais (SODRÉ, 2006). Entretanto, dentro do próprio sistema democrático, conhecer as imbricações entre afeto e política foi reconhecido como pertinente, pois dão pistas sobre o que as pessoas pensam, bem como o que afeta suas escolhas políticas (GONZÁLEZ-BAILÓN, BANCHS e KALTENBRUNNER, 2012).

Estudos localizam o afeto na política de diferentes maneiras, como por exemplo: a disposição da população de atribuir responsabilidade dos acontecimentos políticos ao governo vigente (GONZÁLEZ-BAILÓN, BANCHS e KALTENBRUNNER, 2012); as possíveis semelhanças entre figura política e celebridade, como no estudo que atribui ganhos da visibilidade midiática do ator Arnold Schwarzenegger para o político austro-americano que ele se tornou (BABCOCK e WHITEHOUSE, 2005); possibilidade de analisar grande quantidade de notícias a partir da identificação de palavras-chave ou frases-chave que carregam conteúdo afetivo, bem como o seu alcance (YOUNG e SOROKA, 2012); ou até mesmo as mudanças dos critérios de julgamentos dominantes da população acerca do que é pertinente, ou mesmo da responsabilidade da mídia, relatar aspectos da vida privada dos políticos (WOJDYNSKI e RIFFE, 2011).

Além de considerar o afeto, segundo Muniz Sodré (2006), a comunicação ainda carece de uma práxis para entender os fenômenos atuais possíveis pelo uso da tecnologia. Entretanto, o desenvolvimento teórico acerca da legitimação de alguns elementos pessoais dentro do discurso político é necessário para reconhecer as “estratégias sensíveis” que permeiam a política contemporânea, noção explicada ao longo dos próximos capítulos.

Entende-se também o afeto como elemento circunscrito na construção histórica da imagem da mulher. Ora por ser limitada à esfera doméstica, ora por ser fortemente vinculada ao âmbito maternal. É preciso reconhecer tais construções mentais que, ainda hoje, influenciam negativamente o reconhecimento das mulheres em cargos de direção ou representação na sociedade.

Apesar de observada a vantagem em termos de escolaridade, a mulher brasileira ainda não alcançou paridade em relação ao homem nos cargos de direção e poder. Apesar do governo Dilma Rousseff ter nomeado mulheres para comandar ministérios, de 2013 a 2014 o percentual de mulheres no alto escalão do governo caiu de 25,6% para 18% (10 e 7 mulheres, em termos absolutos, respectivamente). Do quadro de executivas nacionais, a liderança dos

partidos políticos com representação no Congresso Nacional também apresenta pouca participação feminina, apenas 18% (BRASIL, 2015).

Como objeto, enquanto material de estudo, foram selecionadas as vereadoras da Região Metropolitana de Campinas para execução de entrevistas e análise de perfis online. Ao passo que o afeto está no cerne da justificativa deste estudo, pois impacta tanto na imagem política feminina, quanto nas deficiências da mídia (inclusive sua extensão online) enquanto potencial construtora de uma cultura crítica, pois permanece estritamente projetada para fins comerciais. Mais detalhes acerca da metodologia, objetivos e justificativas, encontram-se nos tópicos a seguir.

Por fim, o afeto encontra-se como uma questão transversal que percorre todos os temas levantados no presente estudo. Primeiro, no capítulo 1 sobre gênero, os discursos e opiniões acerca da figura feminina ainda é fortemente vinculado ao lar, família e filhos. No capítulo 2, visitando a noção de estética, o afeto é localizado no apelo emocional que pode carregar a imagem de um político, com intuito de “afetar” seu público a partir de “estratégias sensíveis”. E, por último, as formas de utilização da internet por parte das vereadoras, bem como a identificação de elementos pessoais que figuram como apelo afetivo em prol da visibilidade online.

1.1 Perspectiva comunicacional

Conforme propõe Antônio Rubim (2004): a comunicação é um estatuto amplo, mas mal delimitado, da sociedade. Sua construção conjunta sofre constantes alterações, em diversos níveis e graus, sendo um campo científico deficiente de limites que configurem seu escopo de estudos. Não se sabe ao certo quando começaram os estudos comunicacionais justamente por conta da dificuldade de identificar o objeto de estudo da área. Para Muniz Sodré (2013:222), “simplesmente inexiste consenso teórico quanto a seu objeto”.

Segundo Eduardo Duarte (2010), existem três tendências apresentadas por pesquisadores sobre a configuração do objeto de estudo dentro da área científica da comunicação. Em cada tendência são observadas suportes teóricos de linhas diferentes, bem como concepção de problemáticas diversas (DUARTE, 2010).

Em sua categorização, o primeiro grupo de pesquisadores identifica o objeto exclusivamente na mediação técnica de informação e troca de sentido entre as pessoas (DUARTE, 2010). Segundo Dominique Wolton (2012), esta perspectiva reduz a comunicação

a um acontecimento técnico atestando, erroneamente, a velocidade tecnológica como a única portadora das modificações do estatuto geral da sociedade.

A segunda tendência abre um pouco mais o campo de estudos, estendendo para fenômenos não midiáticos encontrados na sociedade. A terceira tendência relaciona os dois anteriores, considerando que a comunicação está presente em toda e qualquer troca de informações e em qualquer nível que possa ocorrer (DUARTE, 2010).

Mas, segundo Eduardo Duarte (2010), o terceiro grupo de pesquisadores tende diluir a comunicação em outras ciências, tornando difícil sua identificação e delimitação, pois carece de fronteiras para o objeto comunicacional que inclui, nesta perspectiva de agigantamento do campo, desde contato entre os animais até transferência de signos maquínicos.

Quando Dominique Wolton (2012) denuncia a humanização da comunicação como um dos maiores desafios do século XXI, ou quando aponta a necessidade de alocar uma dimensão social para as novas tecnologias de comunicação, ele está indicando a deficiência nas habilidades humanas de comunicação como uma das maiores fontes de conflitos em toda a história da humanidade. Nas palavras do autor: “Todas as competências que se tem diante da técnica não induzem em nada uma competência nas relações humanas” (WOLTON, 2012:101).

Neste sentido, a comunicação deve ser utilizada para administrar diferenças, celebrar alteridades, enquanto que as novas tecnologias devem ser canalizadas para estas finalidades e não para aproximar os homens, de forma evidenciar suas diferenças (WOLTON, 2012).

Na perspectiva de Muniz Sodré (2013), a comunicação estaria limitada a três campos semânticos: veiculação, vinculação e cognição. O primeiro diz respeito ao peso prático que a comunicação carrega, ligada à produção de serviços e relacionada com o fenômeno de mediação da sociedade; a vinculação, no entanto, sugere a existência de um “*fio condutor do sentido*” pertinente à variedade das ações sociais”, que confronta o eu com o outro, sendo propriamente “a radicalidade da diferenciação e aproximação entre os seres humanos”; o terceiro significado propõe a comunicação como uma perspectiva científica voltada para a sociabilidade, a eticidade e as práticas de socialização pela cultura.

A veiculação propõe a troca de informações como objeto de estudo da comunicação. A informação “designa modos operativos, baseados na transmissão de sinais, desde estruturas puramente matemáticas até as organizacionais e cognitivas” (SODRÉ, 2013:12), podendo ser trocada, vendida, negociada, diferente da comunicação propriamente dita, que não pode ser “mercadorizada” pelo capitalismo (WOLTON, 2010)

Já a vinculação extrapola o processo interativo, uma vez que envolve a inserção social do indivíduo através da dimensão imaginária e da deliberação que respeita orientações práticas de conduta (valores). Ou seja, a vinculação supera as relações produzidas pela mídia para atingir outras formas de reciprocidade comunicacional, que podem envolver a dimensão afetiva e dialógica (SODRÉ, 2013).

Neste campo semântico, o emissor, as mensagens e o receptor, bem como o descompasso existente entre eles, figurariam como as três lógicas que guiam a compreensão comunicacional e traz a vasta complexidade das relações neste campo de estudos (WOLTON, 2012).

Além disso, a vinculação também pode ser entendida sob a origem da palavra comunicação. *Communitas*, *communio* e *communis* (palavras em latim, nas quais *cum* é o que liga e *munus* serviço que se presta ao outro) remetem o compartilhamento de tarefas ou disponibilização da possibilidade de realização ao coletivo. Esse compartilhamento, ou troca, pressupõe a partilha da realização: “Aqui se faz necessariamente presente o sentido eticopolítico do bem comum. Isto torna a questão comunicacional política e cientificamente maior do que a que se constitui exclusivamente a partir da esfera midiática” (SODRÉ, 2013:224).

Apesar da mídia ter elevado a consciência política das pessoas (BRIGGS e BURKE, 2006), “a ampliação técnica da tradicional esfera pública pelo advento da mídia ou de todas as tecnologias da informação não implica necessariamente o alargamento da ação política” (SODRÉ, 2006:158). Ainda que a comunicação seja, “não apenas um componente da democracia, mas seu próprio modo de ser, nas instituições, nos grupos sociais e na sociedade como um todo”, e deva “ser pensada dentro da própria razão do Estado” (SIGNATES, 2011: 12 e 15).

Ainda sobre os campos semânticos propostos por Muniz Sodré, a partir da cogni o   possível contemplar as “práticas de veicula o e as estratégias de vincula o” (SODRÉ, 2013:235). Neste sentido, a comunica o seria a própria perspectiva científica para estudar os f nomenos circunscritos nos campos da veicula o e vincula o (IDEM).

Para todos os efeitos, o presente estudo concorda com a segunda tendência identificada por Eduardo Duarte (2010) e com a limita o da comunica o aos campos semânticos proposta por Muniz Sodré (2013), na qual compreende não somente as ferramentas comunicacionais (rádio, TV, internet, impressos), como também outros elementos coletivos de contato social que não passam por aparatos tecnológicos (DUARTE, 2010). Parece haver, por fim, vários pontos de aderência entre essas duas propostas de delimita o da

comunicação enquanto campo científico: a segunda categoria de estudos identificada por Eduardo Duarte (2010) com os campos semânticos sugerida por Muniz Sodré (2013).

1.2 Metodologia

O presente estudo é tratado dentro da linha de pesquisa “Processos Midiáticos” do mestrado da Cásper Líbero, mais precisamente, dentro do eixo temático “Mídia, Opinião Pública e Processo Político”. Portanto, são resgatados conceitos da comunicação política para articular o referencial teórico com os dados primários e secundários coletados.

O estudo selecionou as vereadoras da Região Metropolitana de Campinas como recorte empírico para o estudo entre gênero, afeto e política. A RMC é formada pela cidade de Campinas e mais 18 municípios vizinhos, configurando a segunda região mais rica e desenvolvida do Estado de São Paulo, atrás apenas da região da própria capital paulista.

Das dezenove cidades que integram a RMC, onze apresentam mulheres em suas câmaras municipais, somando catorze vereadoras na primeira triagem da pesquisa. Na fase das entrevistas, duas delas não faziam mais parte da vereança, sendo que uma teve seu mandato cassado e a outra abdicou do cargo para assumir a Secretaria do Meio Ambiente, fazendo o número de cidades com representante mulher cair para doze, fechando a triagem nesta forma:

Tabela 1: As vereadoras da RMC no mandato de 2012-2016

Cidade	Vereadora	Nome Parlamentar	Partido
Americana	Leonora da Silva Périco	Leonora do Postinho	PPS
Artur Nogueira	Maria José Pereira do Amaral Hunglaub	Zeze da Saúde	PSDB
	Valdeir Rosa da Cruz	Dei da Escola	PV
Campinas	Neusa Elisabete Conschetta	Neusa do São João	PSD
Cosmópolis	Eliane Ferreira Lacerda Deváferi	Eliane Lacerda	PV
Holambra	Jacinta Elizabeth van den Broek Heijden	Jacinta van den Heijden	PTB
Hortolândia	Clemilda Pereira	Mida	PT

Jaguariúna	Rita de Cássia Siste Bergamasco	Rita Bergamasco	PMDB
Monte Mor	Neide Garcia Fernandes	Neide da Especialidade	PMDB
Paulínia	Angela Duarte	Angela Duarte	PRTB
Vinhedo	Marta Leão	Marta Leão	PSD
	Ana Genezini	Ana Genezini	PTB

Três vereadoras não concederam entrevistas: Ana Genezini, Valdeir Rosa da Cruz e Neide Garcia. Contudo, nove entrevistas semi-abertas foram executadas afim de capturar a percepção dessas mulheres dentro do ambiente político, bem como (ausência de) suporte familiar e doméstico para sua ascensão na carreira política.

Percepção é a intuição primeira de um conjunto ou um todo exterior ao sujeito, a partir de uma impressão sensorial e graças a uma estrutura específica, sempre na dependência de um sentimento de realidade – senão ocorre a alucinação, que é uma percepção sem objeto real. (SODRÉ, 2006:81).

Apesar da experiência feminina não ser uniforme, ela é útil para identificar elementos comuns (BIROLI e MIGUEL, 2013). Além disso, “o ‘empírico’ traz as marcas do verdadeiro sob a forma de rastros e vestígios” (RANCIERÉ, 2009:57).

Dentro da contemporaneidade, recorte temporal no qual este estudo está localizado, a perspectiva fenomenológica nos coloca também em contato com o evento enquanto este acontece, combinando o visível e o invisível da evolução da espécie, e buscando apreender os efeitos performáticos dos atos comunicativos (DUARTE, 2010).

Além da captação de entrevistas, como foco qualitativo do trabalho e ferramenta de identificação de possíveis afetos envolvidos nas vivências políticas dessas vereadoras, o estudo possui dados quantitativos, ora ligados ao referencial teórico para ilustrar o cenário político de baixa participação feminina, ora para trazer indícios de afeto em forma de elementos pessoais dentro de discursos online, encontrados nos próprios perfis online das vereadoras entrevistadas.

A seguir, são articulados os dados encontrados, com suas respectivas análises, embasadas em autores que trazem o afeto (Muniz Sodré), gênero (Pierre Bourdieu), a estética (Jacques Rancière), a democracia digital (Wilson Gomes) e a identidade (Thompson, Sibila, Sodré) para o desenvolvimento do raciocínio. O texto reconhece também estudos anteriores sobre gênero e política como os livros de Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel (2013), Raquel Paiva (2008) e Vanilda de Oliveira (2010) para confrontação de dados.

2 Gênero: considerações históricas e desafios contemporâneos acerca da figura política feminina.

Em primeiro lugar, é necessário distinguir sexo de gênero. Enquanto o primeiro trata-se a um sistema binário, cujas diferenciações são visíveis através da genitália do ser humano, o segundo não corresponde e nem depende do primeiro, necessariamente, para se formar (BUTLER, 2003).

Tanto um quanto o outro reflete diferentes comportamentos e expectativas sociais, uma vez que a imagem do outro não se limita apenas na captura do olhar, mas também depende dos padrões mentais articulados (SODRÉ, 2006). Na política, segundo as vereadoras entrevistadas, ser mulher remete barreiras para o exercício de cargos políticos. Entretanto, todas as vereadoras tentam renegar essa condição, nas palavras da vereadora Ângela Duarte (Paulínia):

Acho que somos seres humanos e a própria constituição fala que nós temos os mesmos direitos e deveres por sermos seres humanos. Pronto, sou ser humano, não sou sexo, que por coincidência, dentro dessa condição humana, eu nasci no sexo feminino, e você nasceu no sexo masculino. Só, mas a condição de igualdade é a mesma.

Todas as vereadoras concordam que o sexo não deveria impactar em decisões políticas. Algumas preferem até não levantar bandeiras feministas, como no caso da vereadora Rita Bergamasco (Jaguariúna). A vereadora diz que não gosta de defender nenhuma minoria, pois a política carece de pessoas boas, independente do sexo, raça, idade ou gênero.

Contudo, adotar esta postura vai contra o reconhecimento das diferenças que homens e mulheres (e outras minorias) enfrentam dentro do universo das relações sociais. Esta diferenciação pode começar nos aspectos biológicos, mas estende-se para as divisões arbitrárias do mundo social, que são construídas e tomam estas diferenças como evidentes ou naturais, atribuindo legitimação à essas divisões (BOURDIEU, 2012; MIGUEL, BIROLI, 2009).

Da psicanálise à sociobiologia, várias são as correntes de pensamento que, com pretensa cientificidade, tentaram embasar as diferenças sociais entre homens e mulheres como naturais. Mas até mesmo o instinto materno provou ser um produto histórico (BADINTER, 1980 apud MIGUEL e BIROLI, 2013).

Segundo a vereadora Clemilda Pereira (Hortolândia), mãe de dois enteados, essa diferenciação começa em casa, na atribuição das tarefas domésticas. A vereadora conta que o enteado já se recusou lavar louças justificando ser uma atividade “de menina”.

Outro exemplo trazido pela vereadora Clemilda Pereira foi a compra de um presente para uma menina de dois anos, ela conta ter encontrado uma gama enorme de opções atrativas que remetiam aos cuidados da casa (pias que sai água de verdade, máquinas de fazer sorvete, etc) ou a fragilidade da mulher (princesas, bonecas, etc). E tudo cor-de-rosa.

As mulheres recebem tratamento diferente desde à infância, na qual comportar-se “como um menino” (correr, pular, desmontar brinquedos, etc) remete comportamento inadequado, portanto, repreendido:

Desde a infância, os meninos são elogiados quando desmontam os seus jogos, bonecos e robôs. “Será engenheiro”, profetizam os pais (e as mães), orgulhosos. Entretanto, quando nós meninas desmontávamos nossas bonecas, éramos repreendidas por falta de cuidado. A relação entre o super herói de plástico desmontado e uma boneca sem cabeça nem braços é a equivalente a do correto e o incorreto, o normal e o patológico. Assim fomos crescendo, nessa espécie de *habitus* tecnológico binário, hierárquico e altamente desfavorável às meninas. (NATANSOHN, 2013:17).

Parece, portanto, que os homens já são educados, desde a infância, para reconhecerem os jogos sociais que promovem uma forma de dominação já expressa nas instituições. E, desde muito cedo, são creditados com o título de dominante graças a uma alienação genérica que fixa sua base neste privilégio específico (BOURDIEU, 2012).

Esse sentimento de dominação foi também identificado na pesquisa de campo. Como no caso da vereadora Jacinta Heijden (Holambra), na qual uma posição na mesa das sessões parlamentares ocorridas em Campinas são oportunidades para “secretariar” o evento. A sensação é de ser selecionada apenas por ser mulher (a título de inclusão feminina por parte dos homens presentes) e, uma vez lá, sua ocupação seria, de certa maneira, subalterna e relacionada com uma profissão (socialmente considerada) feminina: o secretariado. Isso sugere que tal representação feminina é meramente simbólica, sendo o corpo político oficial como “mundo dos homens e por eles dominado” (PATEMAN, 2013:72).

A diferenciação também parte do eleitorado. A procura por patrocínios para times de futebol na câmara de Hortolândia é um exemplo. Todos os vereadores são procurados para patrocinar um time de futebol do bairro ou do próprio município. Mas, a vereadora Clemilda Pereira, por sua vez, denuncia nunca ter recebido propostas assim, e acredita ser por conta, justamente, do seu sexo.

Ao longo deste capítulo, argumentos serão utilizados para discutir a construção histórica acerca da figura da mulher, submetida à dedicação ao lar e às questões familiares, cujo reflexo e incidência ainda são pertinentes nos dias atuais. Neste cenário, os homens ficaram (e ainda ficam) livres do tempo demandado pelas tarefas domésticas, usufruindo de maior tempo disponível para galgar posições de maior prestígio e maiores vencimentos.

Segundo Pateman (2013), a figura do trabalhador sempre foi acompanhada da figura da dona-de-casa.

Ou seja, seria necessário abstrair o lar e a maternidade da construção identitária da mulher, pois esta sugere certa subalternidade com relação à figura masculina. Essas “competências” impactam nas outras posições sociais por conta, a princípio, da distribuição do tempo citada no parágrafo acima. Apesar das conquistas femininas - de votar e ser votada, de galgar posições em organizações, construir carreiras científicas - a divisão de tarefas permanece praticamente a mesma, tanto no âmbito público como, principalmente, no privado (OLIVEIRA, 2010; PAIVA, 2008).

Com relação ao tempo da mulher voltado para os cuidados da casa, a vereadora Maria José Hunglaub indica sua preferência por fazer almoço e arrumação geral da casa por conta própria, apesar de ter empregada doméstica. Mas, segundo (PATEMAN, 2013), o cuidado dos filhos e da casa deveria ser compartilhado voluntariamente pelos maridos, indicando que, enquanto as mulheres se identificarem com este “trabalho ‘privado’”, seu status público será sempre prejudicado.” (IDEM, 2013:75).

Perguntadas sobre os maridos, as vereadoras da RMC tiveram o cuidado de frisar o apoio dos cônjuges como peça fundamental para o ingresso (e permanência) na carreira política. Em contrapartida, as vereadoras divorciadas assinalaram as barreiras colocadas na convivência com os ex-companheiros na prática da política. Cobranças e falta de auxílio em casa e com os filhos foram os mais citados.

A escolha por um cônjuge é colocada como essencial para o sucesso profissional da mulher, segundo a diretora de operações do Facebook, Sheryl Sandberg (2013). Em seu livro “Faça Acontecer: Mulheres, Trabalho e a Vontade de Liderar”, a mudança de perspectiva contribui para deslocar a culpa da casa e dos filhos para apontar o papel ausente do marido neste cenário, que parece permanecer, até então, livre de culpa.

Para as vereadoras entrevistadas, a posição do marido e do pai variam bastante de uma experiência para a outra. As vereadoras Eliane Deváferi, Jacinta Heijden e Maria José Hunglaub disseram que seus maridos preferem se abster da política, mas não deixam de apoiá-las. A vereadora Leonora Périco (Americana) ressaltou que seu marido sempre auxiliou nas suas tarefas maternas. A vereadora relembra do marido levando o filho recém-nascido na câmara em seu período de trabalho para que ela pudesse amamentá-lo.

Por outro lado, a vereadora Neusa Conscetta (Campinas) - única que indica o estado civil como divorciada em seus perfis online, apesar de não ser a única divorciada - diz que não enfrenta problemas com sua atividade política e nem com o horário de chegar tarde em

casa justamente por não ser casada. Acrescenta ainda a admiração pelos pares casados, pois julga ser difícil conciliar família e política. Já para a vereadora Rita Bergamasco, conciliar os âmbitos familiar e político é como “fazer uma boa salada”.

Além da falta de auxílio do marido/pai, outro empecilho para as mães que seguem carreira política pode ser relacionado com a falta de tempo para ascensão, primeiro, da carreira profissional, resultando em dificuldades das candidatas financeiramente desfavorecidas, que não podem abdicar de seus empregos, tampouco da sua família, para dedicar-se à sua campanha política. Em outras palavras, algumas candidatas veem sua jornada triplicada na hora de fazer campanha quando não há recursos suficientes para livrá-la do trabalho remunerado ou dos afazeres domésticos, encarando, de uma só vez, todos os âmbitos que lhes são conferidos: o profissional, o privado (tarefas domésticas e relacionado aos filhos) e o político (corrida eleitoral) (OLIVEIRA, 2010).

A vereadora Ângela Duarte (Paulínia) conta sua história e oferece um exemplo bem próximo do turno triplo citado acima: para chegar na sua atual posição, ela trabalhou em várias funções, inclusive como catadora de algodão, empregada doméstica e babá. Ela ainda enfrentou demandas da casa e dos filhos, uma de 6 anos e outro de 11 anos, quando já estava divorciada e, na época, cuidava de um partido novo na cidade. Hoje, a vereadora é formada em Direito e exerce cargo político, mas levou tempo para que conseguisse alcançar seus objetivos.

Neste sentido, os partidos poderiam ser mais solidários com relação às mulheres. A possibilidade dos partidos oferecerem uma pessoa para cuidar dos filhos das candidatas mulheres, por exemplo, é vista como uma atitude simples que desafogaria o tempo delas, uma vez que a responsabilidade dos filhos ainda pende para o sexo feminino (PAIVA, 2008). A vereadora Jacinta Heijden conta que o pleito no qual não se elegeu (segundo ela por uma questão de legenda, visto que foi a sexta mais votada) acabou sendo benéfico para ela, pois seus filhos ainda eram pequenos.

Essa responsabilidade na criação dos filhos pode ser identificada no tratamento com terceiros, conforme a vereadora Ângela Duarte indica ao dizer que as mulheres expressam a preocupação com o outro quando cuidam de um animal de estimação, dos sobrinhos, das próprias mães, e aponta reflexos disso até mesmo no discurso político projetado pelo sexo feminino, preocupadas em melhorar saúde, educação, diferente do discurso masculino, focado em verbas, economias.

Ou seja, a partir das suas vivências domésticas e gestão dos afetos nas relações familiares, a mulher engendraria uma ética diferente, fundada na preocupação com o outro

(ELSHTAIN, 1993). Para os eleitores, os elogios às mulheres geralmente são nesta direção, sustentadas pela crença de que elas são “mais humanas” e “mais sensíveis” por terem o dom natural de gerar vidas. Já àqueles direcionados aos homens, costumam reconhecê-los como “mais fortes” (OLIVEIRA, 2010). Nas palavras de Boris Cyrulnik (2007:193), “parece portanto que as mulheres se socializam por seus modos de amar, enquanto os homens se socializam por seus modos de agir”.

Os próximos subitens deste capítulo trazem articulações pertinentes entre afeto, gênero e política, elucidando questões a partir do referencial teórico e das falas captadas nas entrevistas para tentar compreender as construções sociais que pautam a figura feminina na política.

2.1 A mulher como cidadã e agente política ativa

Em termos de cargos de liderança nos partidos políticos, as mulheres representam, aproximadamente, 18% dos executivos nacionais. Entretanto, 91,3% dos partidos políticos com representação no Congresso apresentam mulheres em suas instâncias de organização, segundo dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher de 2014. Com a projeção da mulher na esfera pública, as demandas de sociabilidade e comunicação recebem o gênero feminino, habilitando-o para constituição e manutenção do campo político. Essa projeção foi possível mediante algumas mudanças no comportamento da mulher ao longo do tempo.

A saída da mãe de casa para atuar profissionalmente figura como um dos fatores primordiais dessa mudança, conforme aponta Pierre Bourdieu (2012). A independência econômica alcançada por essa decisão retira parte da influência masculina sobre a mulher e a casa. O acesso ao ensino secundário e superior, além do trabalho assalariado, remetem também ao acesso à esfera pública, e neste momento, o distanciamento das tarefas domésticas.

Mas essa saída nem sempre foi voluntária ou conveniente, nem mesmo pode garantir o distanciamento da mulher das tarefas domésticas. Muitas mulheres saem para trabalhar pois precisam “se virar”, como assinala a vereadora Rita Bergamasco, para criar seus filhos sem a ajuda dos pais. Segundo a vereadora Ângela Duarte, o homem sai solteiro de um casamento, ao passo que a mulher continua sendo mãe.

Antigamente, essa saída era tratada de maneira ainda pior, como conta a vereadora Ângela Duarte sobre o início da enfermagem (sua profissão anterior) nas Grandes Guerras,

nas quais eram imersas nas pestes, fome, mutilações. E para cuidar dos combatentes, as mulheres que não eram mães e que iniciavam suas vidas sexuais antes do casamento, eram convocadas para atuarem como enfermeiras nessas ocasiões. Ou seja, eram marginalizadas por não se adequarem aos padrões morais da época e acabavam recebendo as piores atribuições.

Não obstante, a decisão por atuar profissionalmente reflete nas escolhas das próximas gerações. Pierre Bourdieu (2012) aponta, por exemplo, o desapego do modelo tradicional de família das filhas de mães que trabalham fora de casa, nas quais apresentam aspirações de carreira mais elevadas. Na entrevista com a vereadora Ângela Duarte, ela assinala que sua filha de 24 anos possui total autonomia e leva sua vida de maneira independente da mãe, que por sua vez, sempre trabalhou fora de casa.

Outras mudanças que contribuíram para projeção da mulher no espaço público são com relação ao adiamento do casamento, elevação dos índices de divórcios, técnicas anticonceptivas e redução do núcleo familiar, cujas incidências impactam diretamente na estrutura da família e *timing* profissional da mulher (BOURDIEU, 2012).

Apesar de todas essas mudanças, Vanilda de Oliveira (2010) identificou pensamentos retrógrados na fala de alguns entrevistados que ainda circunscrevem a mulher ao ambiente doméstico. Algumas pessoas chegam indicar o fracasso da família e enfraquecimento da mesma como consequências da saída da mãe para atuar fora de casa (OLIVEIRA, 2010).

Apesar da vinculação da mulher com a esfera privada, esta seria justamente o motor propulsor de reivindicações femininas junto aos representantes políticos. A vereadora Ângela Duarte assinala que as mulheres exercem maior atividade política do que os homens. São elas que buscam respostas, pois a responsabilidade da casa e dos filhos, incluindo a administração do orçamento da família é, hoje, da mulher.

Segundo indicadores do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), a proporção de famílias chefiadas por mulheres no Brasil subiu de 22,9% (1995) para 38,8% em 2013 (IPEA, 2015). Muitas dessas mulheres são mães trabalhadoras, que segundo Fanny Tabak (1982), são desassistidas pela sociedade.

Em outras palavras, no tocante à política feita no dia-a-dia, a maioria das vereadoras apontaram as mulheres como principais agentes políticas, pois o maior número de atendimentos são feitos justamente para o público feminino. Para ilustrar este cenário, as vereadoras levantaram uma série de exemplos, exclusivos da esfera privada (moradia, saúde, educação etc), presenciados com suas munícipes: reclamações com relação ao atendimento em unidades de pronto atendimento de saúde, proximidade de empreendimentos imobiliários

com escolas e mercados, o preço do arroz e do feijão, reivindicação de emprego para o marido, qualidade da quadra nas escolas, falta dos professores nas escolas, dentre outros exemplos dados pelas próprias vereadoras.

Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel (2009) apontam certa prevalência de assuntos da esfera privada (noção discutida no trabalho de ambos) também na agenda de debate das mulheres na tribuna. Assuntos como moradia, saúde e educação são os mais evidentes nos discursos e atuação delas. No caso das vereadoras da RMC - guardada as proporções e diferenciações entre instância federal, estadual e municipal - elas recebem maior demanda justamente nesses âmbitos, ora por estar relacionado com atuação profissional antes do pleito, ora por considerarem ter maior identificação com as mulheres e suas demandas.

No primeiro caso, nomes parlamentares podem remeter ocupações profissionais anteriores ao pleito, mas que vinculam a imagem das vereadoras de maneira decisiva para as demandas que recebem da população. Por exemplo, a vereadora Valdeir Rosa da Cruz (Artur Nogueira) utiliza o nome parlamentar Deí da Escola, a vereadora Leonora da Silva Périco (Americana) possui o nome parlamentar Leonora do Postinho, e assim por diante.

São nomes populares que facilitam a identificação da imagem pública dessas vereadoras por estarem atrelados com a atividade profissional que exerciam antes de ingressarem na carreira política. Há ainda o exemplo da vereadora “Zezé da Saúde” que, depois de percorrer uma carreira bancária de 17 anos, hoje trabalha como representante da Uniodonto de Campinas. A vereadora acredita receber maior demanda na área da saúde por conta da sua profissão fora da câmara, visto que ainda vende planos dentários.

A experiência profissional no mercado de trabalho da vereadora Jacinta Heijden, também dentro do sistema bancário, fê-la reconhecer a disfunção salarial entre homens e mulheres. Entretanto, a vereadora alerta que essa disfunção não existe na esfera pública, porém a discriminação é exponencial, muito maior que aquela do âmbito profissional privado.

Parece que a predominância masculina na esfera política sugere maior aptidão do homem e reforça a mulher como legítima da esfera privada em vários momentos, podendo constranger a participação delas nos espaços de discussão política, como acontece nas cidades das entrevistadas.

Para a vereadora Clemilda Pereira (Hortolândia), as reuniões de cunho político nas quais participa na cidade, contam com mulheres em sua maioria. Porém, essa é uma exceção. Assim como relatou Eliane Defáveri, em Cosmópolis as mulheres não participam das esferas públicas de discussão política. Ou seja, as sessões da câmara e reuniões de partido, mesmo

quando a pauta é voltada para as mulheres, sempre contam com poucas municipais. Isso ocorre em todas as demais cidades, conforme relatos captados nas entrevistas.

Reforçando a ausência da mulher na política, algumas vereadoras apontam ainda a dependência decisória da mulher sobre o voto nos candidatos com relação ao marido. Em outras palavras, algumas vivenciaram exemplos de algumas municipais, mesmo na condição de chefe de família (neste caso, entendida como provedora do sustento da casa), ainda votam no candidato do marido. Outras vereadoras apontam que esta é uma inverdade dentro do seu município, atribuindo o adjetivo “porretas” às mulheres que precisam fazer malabarismos para cuidar dos filhos e não se limitariam a decisões políticas dos maridos.

Por fim, apesar de se mostrarem ativas nas reivindicações (mesmo estas sendo de maneira pessoal), as mulheres não “dão a cara a tapa” na hora de se candidatar ao pleito. Essas são palavras da vereadora Clemilda Pereira, cujo mandato é dedicado para conscientização política da mulher. Sua vivência sugere que as mulheres estão, muitas vezes, a frente de questões políticas, mas na hora de sair como representantes, recuam. O próximo item dedica-se justamente à baixa representação feminina na política brasileira.

2.2 Breve panorama da representação feminina na política brasileira

Longe de ser um preconceito teórico, elencar a noção de afeto para discutir gênero é considerar o percurso histórico no qual a mulher foi submetida. Além disso, sugerir tal preconceito é negar a existência da dimensão afetiva do homem.

O afeto, neste capítulo, remete à circunscrição da mulher no ambiente doméstico, bem como os preconceitos de gênero enfrentados por elas no campo político. Na época da ascensão da burguesia, por exemplo, as mulheres sequer podiam fazer parte dos encontros com os amigos que os maridos frequentavam, tampouco podiam debater sobre política (SENETT, 1988).

Como evidência de que a mulher não podia fazer parte do jogo político, sua participação nas discussões comuns não era permitida, ela só pode começar participar, através do voto, em 1934 (GODINHO, 1998). E quase um século depois, a participação feminina parece se limitar ao sufrágio.

O primeiro país a conceder o direito ao voto para o sexo feminino foi a Nova Zelândia, em 1893. Na América Latina, o precursor dessa conquista foi o Equador, em 1929. No Brasil, foi no governo de Getúlio Vargas que - não por mérito deste, mas de várias mobilizações

travadas no decorrer das décadas anteriores - em 1932, o direito foi incorporado no Código Eleitoral, e em 1934, na Constituição Federal Brasileira (BITTENCOURT, 2009).

Depois de 30 anos da conquista do voto, em 1965/66, apenas 16 mulheres elegeram-se prefeitas municipais. Já em 2006, - na época, a Lei das Cotas fazia dez anos - nenhum partido cumpria a exigência de apresentar 30% de mulheres no quadro de candidatos (PAIVA, 2008). Hoje, a participação feminina na política ainda é baixa: 9% na Câmara dos Deputados, e no Senado, 10% (PORTAL BRASIL, 2014).

Esses dados colocam o Brasil como o segundo país da América Latina com menor número de representantes no Poder Legislativo do sexo feminino. Todos os demais 19 países apresentam mais mulheres em suas casas legislativas. Estes foram dados do relatório apresentado pela comissão que discute a reforma política que preve cotas de pelo menos 10% na primeira legislatura subsequente àquela que a PEC (se aprovada) for promulgada, seguidas de 12% e 16% na proporção de representantes na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais (G1, 2015).

Na RMC, as vereadoras expressaram certo ceticismo com relação às cotas. Frente à cota vigente de 30% de mulheres imposta atualmente aos quadros de candidatos dos partidos políticos, elas disseram que a maior parte das mulheres são candidatas apenas no papel e atribuem a responsabilidade da baixa aceitação a elas mesmas, pois não se valorizam enquanto potenciais representantes políticas.

Para aumentar a consciência política da mulher, após a celebração do Ano Internacional da Mulher pela ONU, em 1975, vários grupos femininos colocaram o tema em voga, fortalecendo essa consciência e trazendo-as para dentro dos partidos políticos brasileiros (PAIVA, 2008).

Duas década depois, uma campanha intitulada “Mulheres sem medo do poder” estimulou a candidatura de mulheres nas eleições municipais de 1996. Na ocasião, foi possível constatar que as brasileiras reconheciam a importância de sua participação nas esferas públicas, mas consideravam também as dificuldades dessa atuação que, segundo a vereadora Maria José Hunglaub, é muito sofrida.

Mas, mesmo com ações afirmativas, armas da consciência ou da vontade, a inserção de mulheres na política é difícil de ser executada. Para Pierre Bourdieu (2012), isso ocorre porque as condições para sua realização dependem de predisposições, inscritas intimamente sob a forma de inclinações e aptidões das pessoas.

A diferenciação entre gênero, entretanto, não está somente nas interpretações resguardadas dos interlocutores (SIMMONS, MCCALL, 1980), mas também nas

significações que os sujeitos sociais decidem apreender (alteridade) ou reprimir (exercício do poder) em suas interações com os outros (EISENBERG, 2003).

As repressões são expressas de muitas formas e podem constriar a ação política feminina. Essas inclinações submetem o gênero feminino ao masculino, e podem passar despercebidas, apesar de afetar diretamente a simbologia recorrente na comunicação:

Também sempre vi na dominação masculina e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento [...], mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2012:7 e 8).

Essas repressões persistem, especialmente, nos espaços políticos, nos quais o ambiente é ainda muito hostil com relação às mulheres (BORBA, 1998). Existe um preconceito “velado”, conforme apontam as vereadoras Clemilda Pereira e Ângela Duarte. Dessa forma, “como regra, as mulheres que ingressam na arena política não tardam a perceber o ônus que representa um enfrentamento aos estereótipos de sexo” (MIGUEL; BIROLI, 2009:70).

Para ilustrar o ambiente político predominantemente masculino, as eleições de 2008 trouxeram números que afirmam a política como lugar de homem (OLIVEIRA, 2010). Mesmo nas capitais, consideradas melhor instruídas, os números denunciam a predominância do sexo masculino no campo político. Em 2012, os números da capital ficaram assim:

Tabela 2: Eleições de 2008 para vereador

Abrangência	Cargo	Sexo	Qt Candidatos	Eleito	2º Turno	Não Eleito
Brasil	Vereador	Masculino	11.894	708	0	11.186
Brasil	Vereador	Feminino	4.951	103	0	4.848
Total Geral			16.845	811	0	16.034

Fonte: TSE, Última Atualização 19/10/2015 - 19:51 <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012>. Acessado em 20/10/2015 às 17:48h.

Isto contraria a crença da vereadora Jacinta Heijden. Ela aponta a melhora na aceitação da mulher na política conforme o nível de instrução e as novas gerações, predispostas a incluírem minorias, forem tomando os postos de comando e influenciando a opinião pública vigente. No segundo caso, a vereadora Clemilda Pereira também reforça a posição da vereadora Jacinta, dizendo que a interação com pares mais jovens é mais produtiva, sendo que eles demonstram maior entusiasmo mediante participação feminina do que vereadores mais velhos.

Salvo os atritos partidários que possam motivar o tratamento nas câmaras, a vereadora Maria José Hunglaub (Artur Nogueira) denuncia que sua voz não tem o mesmo peso em comparação aos colegas. A vereadora Jacinta Heijden (Holambra) também sofre com a

mesma situação. Entretanto, ambas sentem que sua parte está sendo feita, na medida do possível, e servirá para alertar gerações futuras de vereadores.

Fanny Tabak (1982) identificou esse sentimento de dever cumprido como justificativa das mulheres para não tentarem a reeleição. Entretanto, isso não ocorre com as vereadoras entrevistadas, que apesar de todo ônus encarado por elas, todas pretendem seguir com a carreira política.

Referente aos ônus encarados na política, as pressões sofridas foram apontadas pelas vereadoras Eliane Defáveri e Maria José Hunglaub no cansativo contato com “coisa errada”. Apesar disso não estar, necessariamente, ligado à questão de gênero, o eleitorado identifica as mulheres como mais sensíveis à questão da corrupção por serem provedoras de vidas (OLIVEIRA, 2010; PAIVA, 2008).

Entretanto, o posicionamento com relação à participação da mulher na política varia de acordo com o falante, considerando perfil socio-econômico, cargo, posição social e nível educacional. As vereadoras entrevistadas se posicionaram favoravelmente, enquanto que alguns eleitores entrevistados por Vanilda de Oliveira (2010), por vezes, demonstram rejeição assídua pela ocupação feminina nos cargos políticos.

Frente a todas as barreiras enfrentadas por mulheres que tentam projetar sua carreira no terreno político, a teoria política deveria superar seus ancestrais e assumir as inadequações que permeiam o meio (MIGUEL e BIROLI, 2013), admitindo novas práticas de governo sob a ótica de fenômenos contemporâneos. Seria necessário, portanto:

[...] criar um modo de pensamento político que ajude as mulheres a redescrever a realidade social a partir de um ponto de vista que permita a reflexão crítica e a sustente. Precisamos conceituar alternativas plausíveis. Precisamos evitar impulsos potentes rumo à repetição das compulsões do passado, incluindo a sentimentalização e a opressão de mulheres sob algum pretexto novo. (ELSHTAIN, 2013:125).

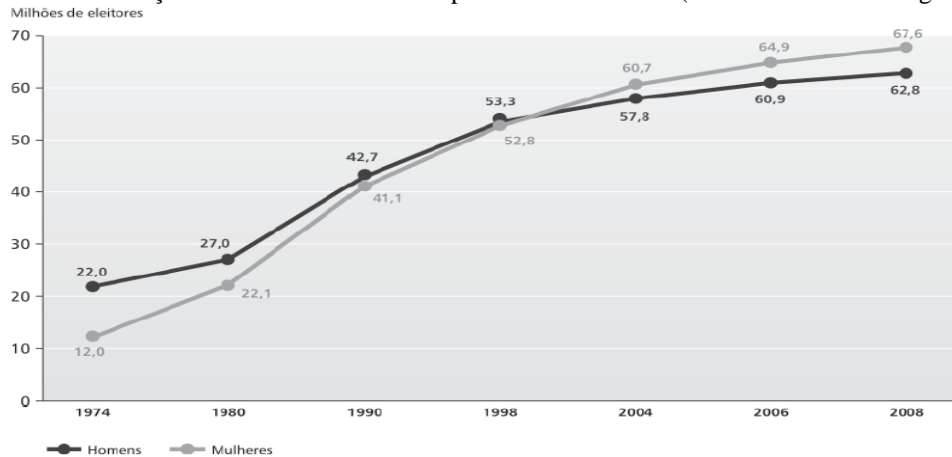
Para discutir a maneira como as mulheres eleitas estão lidando com o ambiente político contemporâneo, foram selecionadas, dentro de 296 pessoas que compõe o quadro eleito nas últimas eleições na Região Metropolitana de Campinas, as doze mulheres em atividade atualmente nessas câmaras municipais. Destas, cinco fazem parte da Mesa Diretora.

Proporcionalmente, a participação delas nas Mesas Diretoras é significativa. Quase metade delas tomaram posições nas atividades da mesa. E isto pode indicar um esforço maior para se afirmarem como competentes ou mesmo serem melhor aceitas na esfera política.

Com relação à aceitação frente ao eleitorado, algumas vereadoras indicaram o baixo apoio das próprias mulheres com relação às candidatas do mesmo sexo. Em Hortolândia, na primeira vez que a vereadora Clemilda Pereira foi eleita, apenas uma mulher do Conselho Municipal da Mulher apoiou sua candidatura. As demais, todas apoiaram homens.

Isto demonstra que o eleitorado feminino não apresenta predisposição em votar nas candidatas mulheres. Dados de 2014 demonstram que 52,11% dos eleitores eram mulheres (TSE, 2014), e mesmo assim, proporcionalmente, as eleitoras não favoreceram as candidatas do sexo feminino. Abaixo, segue um gráfico para ilustrar a reversão do hiato de gênero no eleitorado brasileiro:

Gráfico 1: Evolução do eleitorado brasileiro por sexo: 1974-2008 (Reversão do hiato de gênero)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral/TSE <www.tse.gov.br>.

Para se candidatar, a eleitora deve obedecer, basicamente, às seguintes exigências para concorrer ao pleito: ter 18 anos ou mais, ter nacionalidade brasileira, estar em pleno exercício dos direitos políticos e possuir filiação partidária. Apesar de possuírem as mesmas condições de candidatura dos homens, selecionando os parâmetros “cargo” e “sexo” no site do Tribunal Superior Eleitoral referente as eleições municipais de 2012, foi observada uma participação de 32% de mulheres no quadro de candidatas, e apenas 13,3% foram eleitas:

Tabela 3: Eleições municipais de 2012

Abrangência	Cargo	Sexo	Qt Candidatos	Eleito	2º Turno	Não Eleito
Brasil	Vereador	Masculino	274.531	49.067	0	225.464
Brasil	Vereador	Feminino	129.218	7.552	0	121.666
Total Geral			403.749	56.619	0	347.130

Fonte: TSE, Última Atualização 19/10/2015 - 19:51 <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012>. Acessado em 20/10/2015 às 17:41h.

Mas, além das exigências eleitorais, várias são as motivações que afetam a decisão delas de não concorrer aos cargos de liderança ou representação. Comodismo, timidez, excesso de modéstia e até mesmo sentimento de inferioridade são algumas das razões identificadas por Fanny Tabak (1982), que impediriam a mulher de ter inclinação para exercer tais posições.

Contudo, essas motivações nem sempre são verificadas na prática. A falta de tempo foi uma dos apontamentos feitos nas entrevistas, seguido de baixo financiamento dos partidos

para campanhas eleitorais de mulheres e ônus aos familiares. Corroborando com a perspectiva encontrada nas motivações da pesquisa empírica:

Sobretudo a partir dos anos 1970, o movimento feminista obteve êxito em apontar que tal ausência era sinal de um *problema* – que não se tratava do reflexo de uma pretensa inclinação menor das mulheres para a participação na vida pública, mas do sintoma de uma exclusão, com base estrutural, que devia ser combatida. (MIGUEL, BIROLI, 2009:66).

Com relação ao baixo financiamento dos partidos nas candidaturas femininas, por exemplo, existe um impasse a ser resolvido: mulheres entram apenas para preencher legenda e o partido, precisando apostar naqueles com maior probabilidade de serem eleitos, preterem as candidaturas femininas na hora de distribuir o orçamento das campanhas. De um lado, mulheres que não entram para, de fato, concorrerem, do outro, o partido com recursos limitados para investir nos candidatos.

O investimento na campanha refere-se ao alcance de visibilidade para angariar votos nas eleições. Construir a imagem perante o eleitorado é uma ação que exige constância e compromisso. Segundo a vereadora Jacinta Heijden, que abriu mão da carreira privada quando a escolha entre a empresa e a câmara foi imposta pelo empregador, a imagem deve contar com postura coerente e honrar a imagem construída perante os eleitores.

2.3 A relação da política com a visibilidade e a importância para construção da imagem

A percepção social é constituída da relação entre identidades e interações (SIMMONS, MCCALL, 1980), ao passo que o reconhecimento social da identidade percebida é diretamente proporcional ao padrão identitário valorizado (SODRÉ, 2013).

Ora, se a percepção social depende de elementos constitutivos do outro, as mudanças de comportamentos não são imunes à variação de gênero. Debater isso é tentar entender como "as mulheres enfrentam o desafio de se construírem como dirigentes" (GODINHO, 1998:29), dentro do cenário político predominantemente masculino.

Resgatando Aristóteles e Platão (apud SODRÉ, 2006), podiam fazer parte do jogo político aqueles que eram visíveis na *polis* e dotados da fala comum. Ou seja, "a visibilidade de algum modo 'precodifica' as posições a serem assumidas por aqueles a quem se destina o suposto jogo livre da política" (SODRÉ, 2006:129). E isto parece ser reproduzido na política contemporânea quando "o político é investido pela lógica da circulação de signos no mercado" (SODRÉ, 2013:37).

A exposição de um político na mídia pode fazê-lo “existir”, dando legitimidade a sua figura por aparecer no espaço da visibilidade pública, amplamente valorizado. Porém, longe de determinar alguma coisa, a visibilidade midiática consegue apenas preescrever decisões sobre o voto. Em outras palavras, a exposição excessiva da imagem de um político não garante sua candidatura ou sucesso na carreira pública. Seria necessário, portanto, apelar para efeitos narcísicos a partir da criação de identificações entre a imagem e a audiência (SODRÉ, 2013). Essas identificações são tratadas com maior profundidade no próximo capítulo.

A princípio, a noção da visibilidade pode ser entendida sob a perspectiva de ser visível ou invisível aos interlocutores (THOMPSON, 2012). E, ao longo do surgimento da imprensa na Europa moderna, a visibilidade mediada pode ser concretizada, apontando a ampliação da imagem do político através de aparatos tecnológicos, que antes se limitava ao alcance dos olhos e ouvidos, pois suas aparições se restringiam a pequenos grupos ou reuniões da corte (THOMPSON, 2010). Em outras palavras, a liberação dos limites espaço-temporais pelos meios de comunicação tornou a imagem pública passível de maior audiência.

A discussão sobre visibilidade pode ainda ser relacionada com a perspectiva dicotômica público-privada que, por sua vez, articula a primeira para delimitar suas fronteiras: “um ato público é um ato visível, realizado abertamente para que qualquer um possa ver; um ato privado é invisível, realizado secretamente atrás de portas fechadas” (THOMPSON, 2012:165):

Público neste sentido é o que é visível ou observável, o que é realizado na frente de espectadores, o que está aberto para que todos ou muitos vejam ou ouçam. Privado é, ao contrário, o que se esconde da vista dos outros, o que é dito ou feito em privacidade ou segredo entre um círculo restrito de pessoas. Neste sentido, a dicotomia tem a ver com *publicidade* versus *privacidade*, com *abertura* versus *segredo*, com *visibilidade* versus *invisibilidade*. (IDEM).

A possibilidade de conversão de um ser humano em realidade midiática, equipando-se de regras vigentes da visibilidade pública, elucida a estratégia da política contemporânea que aproxima o candidato a uma mercadoria. Para além de uma representação tecnicamente construída, aquela identidade passa adotar um “eu ideal” (SODRÉ, 2013).

Segundo a vereadora Ângela Duarte, essa é uma postura hipócrita da sociedade, pois sugere que todos sigam um modelo moralmente ideal nos espaços públicos, independente do que vivenciam a portas fechadas. Exemplificou o estado civil como balizador de interpretações acerca da reputação de uma mulher, colocando em dúvida seus métodos para angariar votos mediante essa posição socialmente considerada volúvel.

Portanto, a visibilidade está intimamente relacionada com poder e política desde o nascimento da democracia no Ocidente. Nessa discussão, vários desafios são relacionados

com a construção e manutenção da imagem pública, especialmente para os políticos. Vestuário e postura são dois dos vários componentes performáticos necessários para projeção da imagem política no espaço de visibilidade pública, ainda mais para as mulheres, como assinala o subitem a seguir.

2.3.1 Os desafios femininos na construção da imagem política

A construção e manutenção da imagem pública adotam certa plasticidade visual. A incidência desta na atração da atenção e produção de simbologias e sentidos legitimam sua prática na política contemporânea. Portanto, a política espetacular utiliza cenários, gestos, roupas, performances, expressões corporais e faciais, pronúncias e outros dispositivos estéticos para seduzir o público (RUBIM, 2004).

Entretando, sob a ótica do gênero, a simbologia e linguagem do poder se expressam com pretensa superioridade masculina (GODINHO, 1998) que, combinadas com ambientes predominantemente masculinos no meio político, levantam barreiras para entrada e construção das mulheres como representantes políticas.

A linguagem possui elementos que contribuem para colocar a mulher em segundo plano. Materiais oficiais do TSE não englobam dois gêneros, “eles” e “elas” (BITTENCOURT, 2009). Entretanto, isso pode ser explicado pela adoção do gênero masculino, na língua portuguesa, como o mais próximo do gênero considerado universal, neutro.

Mas, até mesmo a linguagem popular contribui para manutenção do machismo na sociedade, sendo reproduzida até mesmo nos espaços de poder, conforme episódio contado pela vereadora Eliane Defáveri. Em suas próprias palavras: “Aí esses dias um vereador comentou assim: - Aqui todo mundo tem saco roxo pra aprovar isso daí; aí eu falei: - Opa, por favor, me respeite.”

Acreditando ser resultado do comportamento de outras vereadoras anteriores, a vereadora Ângela Duarte sentiu certo preconceito ao entrar na câmara. A condição de “sexo frágil” foi percebida como limitadora de debates políticos entre ela e os pares. O mesmo acontece na câmara de Cosmópolis, onde a vereadora Eliane Deváferi também aponta a hostilidade como fruto de uma construção anterior. A vereadora Maria José Hunglaub sofre o mesmo processo dentro da câmara de Artur Nogueira, dizendo que alguns políticos da cidade

esperavam que ela fosse “vaquinha de presépio” (no sentido de submissa e alienada) por ser mulher.

Identificar a figura feminina com a fragilidade humana é uma forma de vinculação dos atos discursivos. Estes são importantes pois, não apenas difundem mensagens, mas também, assim como num discurso, propicia a relação entre subjetividades e afetação entre os sujeitos (SODRÉ, 2006). Conforme a vereadora Ângela Duarte colocou: as mulheres precisam ter a prudência de uma serpente, mas a graça de uma pomba.

Palavras, comentários e outras expressões verbais podem ferir a ponto de bloquear iniciativas. Pessoas podem deixar de agir por conta de reflexões colaterais de falas maldosas, reflexos estes apreendidos no psicológico e na alma, e só servem para alimentar constrangimentos, auto-repreensão e frustrações.

Um comentário indelicado “machuca” como se tivesse sido dado um tapa ou um outro golpe doloroso tivesse atacado o corpo. Um comentário mordaz faz com que “sangre” o alvo, como se a pele deste tivesse sido cortada. As palavras também ardem fundo como uma ferroada. (MONTAGU, 1988:354).

Dentre estas expressões verbais estão as brincadeiras de mau gosto, piadas ou a ausência delas por “ter uma mulher na sala”. Estas foram as modalidades mais apontadas pelas vereadoras entrevistadas como situações de desconforto pelo fato de serem mulheres, forçando-as a adotarem uma postura firme. Tal postura é assumida como necessária para a manutenção da sua imagem até mesmo para aquelas que disseram não ter enfrentado nenhuma situação parecida, ainda assim apontam a postura como um dos artifícios para evitar que certas hostilidades se verbalizem.

A vereadora Ângela Duarte (Paulínia) viveu um episódio no qual outro político comentou sua juventude e beleza, e ela rebateu dizendo que provavelmente essas não foram características que o teriam colocado na posição que está agora.

Numa das sessões da câmara de Cosmópolis, a vereadora Eliane Defáveri (Cosmópolis) foi recebida com o seguinte comentário: “A vereadora mais bonita da câmara chegou”. E sendo a única mulher vereadora, ela não gostou do comentário e rebateu dizendo que não gostaria de ser lembrada como a vereadora mais bonita, mas sim como o membro da câmara mais competente.

Segundo Raquel Paiva (2008), as mulheres políticas sofrem com essa vinculação de aspectos pessoais em notícias ou ataques da oposição. No primeiro caso, ofuscando seus feitos dentro da política, e no segundo, como tentativa de afetar negativamente sua imagem frente ao eleitorado. A autora traz o exemplo da deputada Manuela D’Ávila, na qual teve que rejeitar o rótulo de “musa da política” em diversas ocasiões, para diversos meios de

comunicação. Outro caso é da deputada que só usava *jeans* e camiseta branca. E tantos outros exemplos de aspectos físicos suprimindo a visibilidade das ações políticas das mulheres.

Se estivesse na posição da Manuela D'Ávila, a vereadora Clemilda Pereirea aceitaria o rótulo para promover sua imagem política. Diferente do que pensa Rita Bergamasco ao apontar que rótulos nunca contribuem para construir a imagem de uma pessoa. A vereadora Neusa Conscetta diz ainda que utilizar artifícios femininos para se beneficiar perante os homens é, nos seus próprios termos, “um absurdo”.

Concordando com a vereadora Neusa, todas as vereadoras disseram que o vestuário deve ser recatado e comportado nos espaços públicos. Muitas ainda apontaram exemplos de mulheres que utilizam a roupa como artifício para chamar atenção. Segundo a vereadora Eliane Defáveri, esta postura retira a atenção do que a mulher nessa posição tem a dizer ao convidar o interlocutor para contemplar seu vestuário, ou o que ele sugere.

Além do vestuário, estado civil ou histórias particulares, mesmo os estabelecimentos que frequentam devem ser cuidadosamente escolhidos para não dar abertura aos julgamentos negativos. Para eventos realizados a noite, as vereadoras Jacinta Heijden e Maria José Hunglaub sentem desconforto para participarem desacompanhadas dos maridos, visto que o ambiente é predominantemente masculino.

Estas informações (privadas e pessoais) são usadas para desonrar um oponente, representando uma arma crítica da política contemporânea (CASTELLS, 2003) que atacam diretamente a reputação do alvo. A pertinência desta estratégia é validada mediante a figuração pública dos políticos, passíveis de curiosidade e julgamento das pessoas (WEBER, 2004).

A vereadora Eliane Defáveri vê essa curiosidade como algo natural, fonte de referências mais confiáveis do que aquelas encontradas no ambiente profissional. Concordando com ela, a vereadora Clemilda Pereira diz que sua empregada doméstica é sempre questionada sobre a casa e vida da vereadora e dos seus familiares, mas vê isso como uma prática comum, não representando incômodo.

A exposição de informações é algo tão relevante para a política contemporânea, que a administração de informações e das fronteiras entre o visível e o invisível são estratégias para o governo oficial: “limitar a invisibilidade do poder não torna o poder inteiramente visível: pelo contrário, o exercício do poder nas sociedades modernas permanece de muitas maneiras envolto em segredo e escondido da contemplação pública.” (THOMPSON, 2012:167).

Na comunicação eleitoral, por exemplo, a tentativa de desqualificação preve expressões, comentários e falas que atribuem juízos de valor ao adversário, mediante aspectos pessoais, para influenciar julgamentos em torno da imagem política do outro (PANKE, 2012).

Assim como a postura, as expressões faciais e os gestos, o vestuário seria um dos elementos da cosmética cênica utilizados na performance midiática dos políticos que abusam de artifícios artísticos para encenarem suas representações identitárias (SODRÉ, 2013). Para estender o assunto, o próximo subitem fala sobre vestuário e postura no cargo.

2.3.2 Vestuário e postura no cargo

Em estudo anterior, Lundell (2012) discute a importância da composição da imagem do político na imprensa, sendo a configuração dessa fotografia pensada desde a cor da roupa até a posição das mãos, postura, gestos e roupas. Essa composição busca potencializar a imagem profissional, ou mesmo banalizá-la. Nas entrevistas, a maioria das vereadoras mostrou preocupação com vestuário dentro das sessões da câmara e outros ambientes públicos.

Isto ocorre porque a aparência visual foi promovida pela extensão do alcance da figura política com a mediação da visibilidade através dos meios de comunicação, conforme comentado em tópicos anteriores. A maneira de se portar e se apresentar são vitais, portanto, para atingir audiências remotas (THOMPSON, 2012).

O cuidado com a construção da imagem política foi lembrada pela vereadora Marta Leão (Vinhedo). Nas investigações de Vanilda de Oliveira (2010), o eleitorado repara e compara a imagem das mulheres políticas de diferentes estados, em termos de vestuário, cabelo, estilo.

A vereadora Clemilda Pereira lembra de um evento no qual uma mulher política foi proferir um discurso com um decote abusivo. Ao final da sua explanação, perguntada sobre sua roupa chamativa, a mulher assinala que sua roupa não deveria tirar o foco da atenção de suas palavras. Ou seja, na concepção dela as roupas femininas não deveriam ser um empecilho para construção de sua imagem e proferimento de discursos, diferente da opinião de Eliane Defáveri exposta no tópico anterior.

Enquanto o ato de reparar nas roupas carregar *viéses* negativos, a figura feminina sofrerá interpretações estereotipadas. A vereadora Ângela Duarte assinala que o deslocamento do foco depende do interlocutor, pois refere-se ao modo como homens e mulheres reparam o

vestuário de uma mulher. O homem, portanto, teria uma lente sexual embutida nessa interpretação do vestuário feminino, enquanto que a mulher perceberia a outra com lentes de ciúme e rivalidade.

No tocante ao vestuário, as vereadoras tomam-no como artifício para reforçar suas posturas, evitando decotes ou saias curtas para não serem “mal-vistas”. Para todos os efeitos, toda roupa seria parte não-verbal do discurso, cujos “signos têxteis substituiriam os signos sonoros da fala ou os signos desenhados da escrita.” (CYRULNIK, 2007:28).

Na época das eleições, a vereadora Clemilda Pereira (Hortolândia) recebeu sugestões para mudar a cor do cabelo e parecer mais velha no material de campanha, pois sendo loira chamaria muito a atenção e daria impressão de ser muito nova. Ela recusou-se e manteve o cabelo loiro sob a justificativa de perder parte da sua personalidade expressada na tonalidade do cabelo.

Mas a administração da visibilidade não se detém somente nos períodos eleitorais. Ela é considerada uma parte integrante da arte de governar e sustenta sua importância nos meios de comunicação (THOMPSON, 2012).

A vereadora Eliane Defáveri, por exemplo, preserva sua personalidade nas expressões midiáticas que mantém, evitando qualquer tipo de interpretação errônea sobre ela. Sentenciou “o fazer tipo” como algo negativo perante a larga exposição de informações atual e também infiel aos princípios que já tinha antes mesmo de ser candidata ao pleito.

Resumindo, o vestuário e a postura podem influenciar a formação de estereótipos, balizando o comportamento e a interação entre os envolvidos no evento comunicacional. Entretanto, assim como estes não são os únicos balizadores da imagem pública de uma pessoa, a visibilidade de aspectos físicos também não é a única barreira que constrange as mulheres no exercício da política.

Características individuais também podem ser úteis na tentativa de questionar a integridade ou adequação de um político para o cargo no qual concorre/exerce. Em outras palavras:

Outro estratagema bem semelhante aos estereótipos é a *reputação pessoal*, ou o conhecimento indireto de outra pessoa, que pré-condiciona os julgamentos a seu respeito. Ao contrário dos estereótipos, referentes à identidade *social* dos indivíduos, a reputação diz respeito à identidade *pessoal*. (SIMMONS, G. J.; MACCALL, J. L., 1980:82).

Os aspectos físicos podem servir como estratégias atinentes à imagem política das mulheres, mas também são utilizadas como munição para ataques negativos da oposição. A vereadora Ângela Duarte admite ter sofrido vários ataques contra sua reputação, principalmente na época que militava na oposição.

Esse exemplo, bem como outros exemplos trazidos nas entrevistas que serão citados no próximo subitem, carregam indícios de que a visibilidade pública depende não somente de elementos visíveis, como também de motivações tácitas, movidas por relações partidárias, familiares e inspirações pessoais.

2.3.3 Trajetórias políticas, filiações partidárias e ônus aos familiares

Perguntadas sobre a trajetória política, as vereadoras auto intitulam-se natas. A vereadora Ângela Duarte, por exemplo, exerceu profissão de enfermeira durante 20 anos, ficando sempre a frente de questões relacionadas a reivindicações de salários e outras projeções políticas. Ela expressou ter ideais políticos desde o início de suas manifestações junto ao Hospital Municipal.

A vereadora Jacinta Heijden, por sua vez, trabalhou na Guarda Mirim, desenvolvendo várias atividades voluntárias na cidade que fizeram-na pensar na conciliação da sua formação acadêmica com a vereança, portanto aplicando as Relações Públicas nas questões governamentais mediante atendimento e assessoria política para os holambrenses.

Outra questão é a relevância e visibilidade do nome da família nas cidades interioranas. A vereadora Eliane Deváferi, por exemplo, não acreditava na sua candidatura pois não era de família tradicional da cidade. Nas cidades interioranas, essa preocupação foi amplamente constatada nas entrevistas.

As vereadoras Jacinta Heijden, Neusa Conssetta, Rita Bergamasco, Marta Leão contam com um histórico familiar na política e/ou no comércio das suas respectivas cidades. Ou seja, essas circunstâncias auxiliaram tanto na formação delas como agentes políticas, como na visibilidade perante os munícipes. Parece haver, portanto, um apoio maior vindo nessas trajetórias políticas.

A vereadora Neusa Conssetta, por exemplo, resolveu seguir carreira política depois de constatar que tudo o que solicitava para o bairro deveria passar pelas mãos de um político da cidade. Segundo ela, essa situação já era vivenciada por sua mãe pois, como comerciante, ela conhecia as pessoas do bairro e ajudava nas questões comuns.

Apesar dos candidatos serem identificados por legendas partidárias no Brasil, toda a mensagem emitida ao eleitorado preocupa-se em ser transmitida pela imagem do candidato em si, e não sua proposta programática ou vinculada à ideologia do partido no qual faz parte (CASTELLS, 2003).

Mas isto não impede do partido de reivindicar o cargo do candidato eleito, caso este mude de partido no curso do seu mandato. Foi o que aconteceu com a vereadora Rita Bergamasco (Jaguariúna) que, ao mudar de partido no exercício do seu mandato, perdeu seu cargo por cobrança do partido anterior (aquele com o qual foi eleita). Esse episódio remete uma contradição em termos: ora se a imagem do político é sobreposta aos programas do partido, este não deveria se impor ao primeiro.

No tocante à escolha do partido, várias motivações afetam a decisão sobre a filiação, mas de maneira geral, as vereadoras escolhem o partido com base na aceitação dentro do município ou do histórico familiar na política.

Ou seja, a filiação pode depender da identificação da população local com o histórico do partido. Por exemplo, em Holambra, a maior parte dos trabalhadores da cidade é rural, tanto na profissão quanto na moradia, estabelecendo um elo direto com o Partido dos Trabalhadores. E este elo influenciou a decisão da vereadora Jacinta Heijden para que, estrategicamente, fosse vinculada ao governo federal na época em que se filiou ao PT (primeiro mandato do Lula).

Por outro lado, algumas vereadoras frisam que são atreladas aos partidos apenas por uma legal, buscando não vincular sua imagem de forma direta com o partido para não perder votos. A vereadora Eliane Deváferi, por exemplo, diz que não tem partido, e acrescenta: “Meu partido é Cosmópolis”.

A vereadora Eliane Defáveri sente dificuldade em concordar com o partido em todos os sentidos. Apesar da sua formação estar fortemente ligada às bandeiras defendidas pelo Partido Verde, ela não concorda com algumas posturas do partido. Além disso, considera o PV uma bandeira partidária mais “leve”, com menos envolvimento em escândalos de corrupção no Brasil.

Já a vereadora de Paulínia, Ângela Duarte, diz que mudou de partido por conta da reestruturação sofrida pelo partido anterior. migrando para um novo partido feito de pessoas que não sustentaram as mudanças de outros partidos. Neste sentido, o enfraquecimento da lealdade parte também das divergências ideológicas de cada político.

Além disso, por conta da facilidade do tráfego entre partidos, falta de critérios para entrada de pessoas no mesmo e a sobreposição de projetos eleitorais sobre programas partidários, os partidos acabam sendo esvaziados de ideologia compartilhada ao elevar o objetivo eleitoral como único (PAIVA, 2008).

No tocante a ideologia, “os partidos políticos de massa, quando e onde ainda existem, são conchas vazias, mal atiradas com máquinas eleitorais a intervalos regulares”

(CASTELLS, 2003:116). No Brasil hoje são mais de 30 partidos ativos que concorrem por cadeiras no poder, sendo este sistema partidário-eleitoral ingovernável do ponto de vista consensual.

Neste sentido, segundo Muniz Sodré (2013), são as próprias tecnologias que promovem a convergência de posições que antes ficavam escondidas sob a hegemonia das polaridades antagônicas que alimentava grandes partidos:

As coalizões e as táticas pragmáticas abrem caminho para novas formas de política, que acabam por tornar contínua a erosão de identidade dos grandes partidos doutrinariamente centralizados. [...] Ao lado de outras mediações, os partidos vão sendo progressivamente esvaziados de seu papel histórico de canalização dos interesses coletivos e de institucionalização representativa (não apenas estatal) do acesso ao poder. (SODRÉ, 2013:33).

Em outras palavras, este fenômeno contemporâneo abala os modos clássicos de identificação e organização das mudanças sociais (SODRÉ, 2013). A antiga concepção de partido político como catalisador de condições para mudanças sociais frustra a tentativa estética para organizar demandas (RANCIERÉ, 2009).

Em termos de fidelidade ao partido, apenas a vereadora Clemilda Pereira explanou sobre a posição do Partido dos Trabalhadores no que se refere a participação feminina no campo político. Contou que a cor do PT Mulher é lilás pois é resultado da mistura entre as cores rosa e azul. Seu gabinete é cheio de objetos lilás, inclusive uma das paredes leva o retrato da presidente Dilma Rousseff com moldura da mesma cor.

Os partidos de esquerda parecem ter uma maior sensibilidade em relação as mulheres na política. Foi o PT que lançou a candidatura de uma mulher negra para prefeitura do Rio de Janeiro em 1992, que apesar de não ser eleita, quebrou muitos preconceitos das classes mais altas ao chegar no segundo turno das eleições (PAIVA, 2008).

Em prol da alteração do quadro de representação feminina nas casas legislativas, Marta Suplicy (PT-SP), apoiada em experiências de países europeus e da Argentina, propôs a inclusão de políticas de ação afirmativa em 1995 a partir de uma cota mínima de 20% de mulheres nas listas partidárias. Entretanto, a proposta foi acolhida, mas com uma redução de 30% para 20% e com aumento de 100% para 120% do número de candidatos, o que na prática representou uma cota de 16,66% (BORBA, 1998).

O Partido dos Trabalhadores também instituiu cotas dentro do partido antes mesmo destas se tornarem obrigatórias. Em contrapartida, em termos de orçamento, a vereadora Eliane Defáveri conta que na primeira vez que saiu candidata, o Partido dos Trabalhadores não amparou sua campanha de maneira igualitária. Já no Partido Verde, partido com o qual se elegeu, existe uma divisão igualitária da verba para homens e mulheres nas campanhas

políticas, dizendo que recebeu o mesmo tratamento e condições que candidatos homens. Entretanto, na ocasião em que saiu candidata pelo PT, a vereadora acredita ter sido convidada apenas para preencher legenda. Mas, conforme dito anteriormente, este é um impasse ainda não resolvido.

A partir da pesquisa empírica, nota-se a ausência de uma fidelidade com os partidos políticos. Por outro lado, os próprios partidos não dão margem para construção de um relacionamento de longo prazo. Especialmente no caso das mulheres, nos quais os partidos estão deixando a desejar, tanto em termos de orçamento para campanhas, quanto no cumprimento de cotas impostas para fomentar a participação feminina nos cargos políticos.

Por fim, no que se refere aos ônus dos familiares, a escolha do partido acarreta algumas consequências negativas para quem, nas palavras da vereadora Jacinta Heijden, “toma partido”. Ou seja, você escolhe um lado e pode sofrer consequências com isso, assim como seus familiares. Para combater essas consequências aos familiares, as vereadoras Maria José Hunglaub e Jacinta Heijden frisam que a escolha pela carreira política é delas, tentando poupar ao máximo seus filhos e maridos para livrá-los dos inconvenientes do cargo.

Vários exemplos de ônus aos familiares foram trazidos nas entrevistas. A vereadora Ângela Duarte, por exemplo, lembra do carro riscado do filho e de jogarem o carro encima dele no trânsito, todos incidentes motivados por desafetos políticos.

O livro de Fanny Tabak (1982) indica reincidência de relatos sobre consequências deploráveis para famílias de classe média que tiveram um familiar envolvido na política. Ameaças na internet, ataques verbais, prejuízos com carros, até mesmo a perda de oportunidades de passar tempo com a família, são alguns dos exemplos trazidos nas entrevistas realizadas. Além disso, os filhos foram lembrados como defensores inconsequentes, que muitas vezes não conseguem desvincular a imagem materna da figura política da mãe vereadora e acabam sendo verbalmente agredidos por “tomarem partido”. A vereadora Maria José Hunglaub, para evitar essas situações, proibiu os filhos de falarem sobre seu cargo e seus posicionamentos.

Outros pontos levantados como ônus, mas dessa vez para si mesmas, foram referentes a falta de tempo (principalmente com a família), ataques verbais (da oposição) e críticas, imagem pessoal exposta e os cuidados necessários com a mesma (a frequência em bares foi mencionada como exemplo, bem como a manutenção da postura retilínea frente aos eleitores) e retrocesso financeiro pela opção de seguir com a carreira política.

Existem ainda outras formas de inculcar as diferenciações entre candidatos homens e candidatas mulheres, que estendem-se para interações sociais e formação de identidades de gênero que emergem nessas relações, tratadas a seguir.

2.3.4 Outros alimentos da dominação masculina: o toque como divisor de posições sociais, a suposta maleficência da mulher e a rivalidade no universo feminino

Os comportamentos diferem em relação aos gêneros até nas pequenas coisas, que geralmente passam despercebidas. Nas interações cotidianas, as mulheres são muito tocadas nas zonas cobçadas pelos homens. Tocar os braços, mãos, ombros, cabelos, cintura são socialmente permitidos (CYRULNIK, 2007). E isso acontece desde muito cedo. Ainda na fase infantil, meninas são muito mais tocadas do que os meninos, tanto pelos pais quanto pelas mães (MONTAGU, 1988).

O ato de tocar alguém pode denotar desde uma declaração de intimidade até invasão de privacidade. Ao passo que mulheres são muito mais tocadas desde a infância, o encontro social negocia essas fronteiras de acordo com posições sociais e reciprocidade, não beneficiando mulheres, salvo situações nas quais elas detem *status* superior. Neste caso, é provável que iniciem o toque (MONTAGU, 1988).

Até mesmo a concepção de namoro difere para ambos os sexos. Partindo do pressuposto que o sexo não carrega apenas o objetivo reprodutivo, e nem se limita a copulação baseada nos órgãos genitais (MARGULIS, 2002), os garotos tendem a enxergar o sexo como um objetivo, ao passo que as garotas entendem um namoro como um conjunto de experiências compartilhadas que envolve carinho, passeios e tantas outras coisas que não se relacionam diretamente com a virilidade (BOURDIEU, 2012).

Aliás, os sexos não se enganam a esse respeito, já que as mulheres são seduzidas sobretudo pelos indicadores sociais que os homens exibem como promessas de vida, e os homens são seduzidos sobretudo pelos indicadores físicos e afetivos que as mulheres trazem consigo como promessas de amor. (CYRULNIK, 2007:193).

Definir os elementos pelos quais os sexos se engajam sedutivamente é anular as possibilidades dessas interações. Além disso, como já dito anteriormente, considerar a preferência da mulher em ocupar posições submissas para usufruir da dominação, ou sugerir que elas gostam da dominação exercida sobre elas, faz parte de uma estrutura que promove os mecanismos de reprodução calcados na violência simbólica praticada aos custos dos oprimidos (BOURDIEU, 2012). Em contrapartida, segundo Richard Sennett (1988), a vítima possui papel ativo em sua própria degradação.

Entretanto, Baudrillard (1991) insiste que a história do feminino não deveria se basear apenas em opressão e sofrimento. Para o autor, o sexo e o poder se curvam para a sedução, e esta é uma faculdade do poder feminino que manipularia as decisões masculinas.

A astúcia da mulher, para Baudrillard (1991), estaria circunscrita no domínio do universo simbólico, da mesma forma que o poder se limitaria ao domínio do universo real. Política e sexo, dominados pelo masculino, estariam submetidos a soberania da sedução que, por sua vez, retira alguma coisa da ordem do visível: “A sedução é da ordem do ritual, o sexo e o desejo são da ordem do natural. Defrontam-se no feminino e no masculino essas duas formas fundamentais e não alguma diferença biológica ou ingênua rivalidade de poder” (BAUDRILLARD, 1991:27).

Neste sentido, Pierre Bourdieu (2012) denuncia as interpretações malignas submetidas à figura da mulher no decorrer da história. Desde Cleópatra, segundo registros, a mulher possui uma magia capaz de desvirtuar os homens e influenciar decisões. A própria Iara, personagem do folclore brasileiro, ilustra o atributo da sedução e malignidade da mulher.

Esta face maléfica pode ser usada para explicar o que as vereadoras Clemilda Pereira e Ângela Duarte indicam como sendo uma das barreiras impostas pelas próprias mulheres ao seu crescimento: a rivalidade.

A vereadora Clemilda Pereira conta que na formação de sua chapa, nas últimas eleições, as mulheres não se mostravam solidárias umas com as outras. Nas investigações de Vanilda de Oliveira (2010) em Goiânia, a inveja também foi apontada como indício de rivalidade entre mulheres, e este aspecto configuraria a “desunião das mulheres que estão no poder público”, percebida pelos próprios eleitores (IDEM, 2010:77).

A vereadora Ângela Duarte, por sua vez, indica essa rivalidade na maneira como a mulher expressa ciúme. A mulher seria, portanto, incapaz de enxergar a outra como uma potencial aliada. Esta característica acarreta perdas de potencialidades políticas e acesso de benefícios mútuos.

Talvez outra característica que possa contribuir para o entendimento da formação da rivalidade entre as mulheres seja a captura delas pelo romance, enquanto seus maridos usufruíam de uma vida social ativa. Sendo assim, a medida em que as infidelidades eram descobertas, as desconfianças aumentavam, refletindo nas interações femininas até hoje. Afinal, a concorrência ainda vem da mesma fonte e a postura viril dos homens ainda é aclamada.

Enfim, o afeto será identificado dentro da face estética da política contemporânea no próximo capítulo, deslocando o foco de identificação do universo das relações sociais para a

produção de conteúdo midiático na contemporaneidade. Ou seja, o afeto aparece tanto através das motivações já inscritas neste capítulo (inclinações, aptidões e preconceitos), quanto pelas estratégias sensíveis que capitalizam elementos considerados bons pela população para afetar o eleitorado (tema do próximo capítulo).

3 Estética: a apropriação da arte pela mídia e as estratégias sensíveis

No primeiro capítulo, o afeto figurou como elemento constitutivo da imagem feminina, por conta do maior envolvimento da mulher com o lar e com os filhos. Neste capítulo, no entanto, há um deslocamento do afeto: do interlocutor para o produtor. Esse deslocamento é identificado na maneira como a mídia se apropria da arte para afetar o público e no modo como a política apresenta-se, dentro deste cenário, com uma face espetacular que incorpora estratégias sensíveis para capitalizar a empatia do eleitorado.

No primeiro caso, mediante a percepção de que obras podem gerar sentimentos de maior profundidade ou intensidade (SODRÉ, 2013), essa passa sustentar a escolha por essa apropriação no cenário midiático, visando maior audiência. No segundo, a política tenta criar identificações do eleitorado com seus representantes a partir de discursos moldados pela estética. Ambos seguem a orientação mercadológica da mídia (SODRÉ, 2013) e, neste sentido, “a mídia então faz a política”, pois a política, em sua face espetacular, se despolitiza para atender aos padrões de produção da mídia (RUBIM, 2004).

Há um pressuposto inevitável que nos compele ao exame da interface entre esfera pública e comunicação de massa: na sociedade contemporânea, não há espaço de exposição, exibição, visibilidade e, ao mesmo tempo, de discurso, discussão e debate que se compare em volume, importância, disseminação e universalidade com o sistema da comunicação de massa. Por isso mesmo, grande parte das práticas políticas democráticas estabelece relações fundamentais com o espaço discursivo predominante: a cena midiática. Nesse contexto, parece natural indagar sobre a possibilidade de ainda se pleitear a existência, por detrás da estruturação peculiar a que se submete tudo o que se expõe no grande palco dos meios de comunicação, de formas de discussão pública em que se consiga ainda reconhecer a existência de uma esfera pública dotada de valor, alcance e sentido democráticos. (GOMES, 2008:118).

A generalização do espetáculo na sociedade traria indícios da importância na estética dentro da política. A estética, no caso, é entendida como algo inerente aos produtos da arte, e por isso, vinculado a um regime específico do sensível. Ou seja, ela própria não tem relação direta com o sensível, mas o regime estético das artes abre esta possibilidade de identificar o sensível e inverter o significado nele próprio, como o *logos* em *pathos* (RANCIERÉ, 2009).

Essa inversão, no entanto, exige que a experiência estética torne-se essencialmente relacional, pois depende da interpretação e da reação das pessoas (BRAGA, 2010) para alcançar a sensibilidade almejada. Ou seja, segundo José Luiz Braga (2010), a experiência estética passa a ser uma experiência estética compartilhada dentro da perspectiva comunicacional, uma vez que existem infinitas conexões que pautam a experiência estética de modo a partilhar uma produção informacional, deformando conteúdos a partir de provocações e repertórios pessoais envolvidos. Em outras palavras, “conceituar diretamente uma

experiência estética implica lidar com várias experiências correlatas que se agregam trazendo afetos que compõem um quadro complexo” (DUARTE, 2010:98).

A experiência da vereadora Clemilda Pereira permite verificar a identificação criada a partir do conteúdo emitido por suas ações políticas. Violência contra mulher e defesa dos animais, segundo a vereadora, são assuntos com grande apelo emocional e recebem bastante interação quando postados nos seus perfis online. Além da internet, a vereadora ressaltou que, por estar atrelado a assuntos atualmente promovidos na agenda midiática nacional, seu discurso recebe maior atenção também na mídia local.

Isto acontece, pois a partilha do sensível incita a reação das pessoas na experiência estética. Além disso, “em uma sociedade na qual a mediatização vai se tornando o processo interacional de referência, os produtos em circulação mediatizada tornam-se geradores probalísticos de experiência estética” (BRAGA, 2010:79).

No cenário político, a arte pode ainda estar inscrita na forma de “posições e movimentos dos corpos, funções da palavra, repartições do visível e do invisível” (RANCIERÉ, 2009, p. 26) e tentam, a todo momento, angariar visibilidade ao atrair atenção do público. Sob entendimento de Muniz Sodré (2006):

Ao invés da sociedade definida exclusivamente pela otimização econômica, emerge a ideia do ‘ser em comum’, mais centrado no afeto ou na sensibilidade do que em qualquer fundamento de caráter ético-racionalista. No lugar, portanto, de uma comunidade argumentativa e consensual, produtora de normas e sentido num contexto intersubjetivo de livre discussão, emerge uma comunidade afetiva, de base estética, onde a paixão dos sujeitos mobiliza a discursividade das interações. (SODRÉ, 2006:66).

O recorte sensível do comum emprestaria a arte para interpretar a política na sociedade ou intervir em questões sociais. Jacques Rancière (2009) aponta a apropriação de elementos artísticos pela mídia para atrair a atenção do público e introduzir maior sensibilidade neste contato. A comunidade afetiva, citada no trecho acima, é possível a partir da partilha do sensível, conforme articula Muniz Sodré (2006) frente Jacques Rancière (2009). Em suma:

Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como o *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. (RANCIERÉ, 2009:15).

Mas essa noção vai além do entrelaçamento de atividades humanas plurais dentro de uma habitação comum que propicie a constituição de um sensível. Existe uma distribuição polêmica das possibilidades de ser e de “ocupar”, na qual a excepcionalidade da arte se opõe a ordinariiedade do trabalho (RANCIERÉ, 2009). Noção que poderia ser redefinida se observar as ocupações profissionais que envolvem criação artística, como publicitário ou arquiteto, por exemplo.

Neste sentido, a dimensão imaterial prevalece sobre a materialidade, sobrepondo o valor estético sobre o valor de uso/troca (SODRÉ, 2006). Noutro modo de falar, a espetacularização, herdada da modernidade, preescreve alto valor para a imagem-mercadoria na contemporaneidade (SODRÉ, 2013).

O valor estético também é sobreposto ao valor moral, e seu reconhecimento equivale a chamar atenção, e mantê-la sobre si, dentro deste cenário publicitário-mercadológico (SODRÉ, 2013). Antônio Rubim (2004) elucida a noção de espetáculo a partir da raiz semântica (latina) da palavra espetáculo, *spetaculum*, que significa propriamente atrair e reter o olhar e a atenção.

A esfera do espetáculo, por sua vez, preenche parte da vida comum, transformando-a em *medium* publicitário (SODRÉ, 2013). Em Paulínia, a vereadora Ângela Duarte diz que as reivindicações populares na câmara são oportunidades para os munícipes angariarem visibilidade, pois vão com intuito de tumultuar as sessões que tratam justamente de temas polêmicos, presentes na grande mídia.

Para Antônio Rubim (2004), a banalização do espetáculo acaba suscitando na sua invisibilidade, por outro lado, nem tudo que é visível almeja ser espetacular ou deve conter, de imediato, essa conotação.

A noção de *medium* mencionada acima pode ser explicada, por exemplo, pela relação da internet com o computador, sendo que o primeiro é *medium* e o segundo apenas um dispositivo técnico. O *medium*, portanto, é mais amplo. Em termos gerais, o fluxo comunicacional seria *medium*, sendo ele mesmo a própria “ambiência” existencial estruturada em códigos próprios, na qual a inclusão de uma nova tecnologia não é capaz de modificá-la linearmente (SODRÉ, 2013).

Por outro lado, existe a noção de dispositivo interacional no qual encontra-se imerso no processo de comunicação e é dependente de matrizes interacionais e práticas compartilhadas que influenciam a maneira como a interação avança. Entende-se por dispositivo, portanto, propriamente “tais matrizes - culturalmente disponíveis no ambiente social (e em constante reelaboração e invenção)” (BRAGA, 2011:5).

Ainda, segundo Agamben (2009), que interpreta a noção de dispositivo a partir de Foucault, este é se não a própria “rede” estabelecida entre elementos como: discursos, instituições, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. Além disso, o dispositivo sempre terá uma função estratégica e inscrição numa relação de poder. A internet não pode ser excluída da análise do dispositivo contemporâneo, uma vez que pode carregar elementos

de tal “rede”. Tanto por isso, as interações online serão descritas no próximo capítulo, reconhecendo seu papel dentro da comunicação política a nível municipal.

Resumindo, as imagens ganham um lugar privilegiado no campo das representações (RUBIM, 2004), no qual o apelo sensível é legítimo das estratégias sensíveis apontadas por Muniz Sodré (2006) como característica da política contemporânea. A identificação de imagens estéticas utilizadas pelas vereadoras da RMC são discutidas no tópico seguinte, articulando falas captadas com as noções descritas acima e aprofundadas ao longo do texto que segue.

3.1 Estratégias sensíveis para construir proximidade

O espaço de expressão pública passa ser um espaço de representação pessoal, e não apenas de encenação de personagens na cena espetacular da política, conforme propõe Schawrtzenberg (1978). Nesta transição, aquilo que a figura pública sente é supervalorizado a medida que suscita a crença dos interlocutores. As manifestações afetivas, localizadas outrora na esfera privada, competem autenticidade às personalidades.

Conforme Sibila (2008) demarca, o relato pessoal faz emergir aspectos únicos, valorizados na contemporaneidade. E neste sentido, o elemento pessoal no discurso político daria a genuinidade necessária para afetar os interlocutores.

Trazendo a autenticidade para o campo político, enfim, o representante tentaria obter credibilidade ou legitimação não por ações ou programas que faz ou segue, mas sim por quem ele é (SENNETT, 1988), ou pelo menos quem se mostra ser. Neste ponto, a política contemporânea se assemelha a “política moderna, [na qual] seria suicídio para um líder insistir em dizer: esqueçam a minha vida privada; tudo o que precisam saber a meu respeito é se sou bom legislador ou bom executivo e qual a ação que pretendo desenvolver no cargo.” (SENNETT, 1988:41).

A fidelidade com a personalidade é uma preocupação da vereadora Eliane Deváferi e, por isso, a promoção da sua imagem nem sempre segue as regras estéticas da política. Devido a visibilidade exarcebada, ela acredita que uma postura reservada e balizada pela honestidade possa servir como uma das bases para manutenção da sua candidatura ao invés da construção de uma personagem que figuraria entre o espaço público para lhe representar.

Em contrapartida, a interpretação depende da contribuição ativa do intérprete “que traz uma estrutura pessoal de apoio à mensagem”, fazendo a mesma mensagem variar de significado mediante diferentes grupos em diferentes épocas (THOMPSON, 2012:69 e 70).

Parece existir, portanto, uma sintonia necessária para que a interação gere valor estético, e por fim, sensibilize quem escuta. A criação visa a fruição, e para aumentar a probabilidade desta acontecer, existem esforços para construir proximidade e sintonizar sentimentos (BRAGA, 2010).

Este esforço pode ser percebido no recorte empírico. Algumas entrevistadas construíram uma ponte de conversação com as mulheres a partir da experiência maternal ou, simplesmente, do fato de terem vivenciado experiências comuns, estimulando a identificação das mulheres com sua figura política. Segundo essas vereadoras, essa estratégia facilita a troca de informações e entendimento das demandas.

Entretanto, a atenção afetiva depende de vivências e experiências anteriores para estimular sua ocorrência, ou seja, “só reajo a flores ou a músicas ou a beijos de novela se – de algum modo – tenho estímulo, no ambiente em que vivo, para ‘destacar’ esses materiais de sua contextualidade prática e cognitiva” (BRAGA, 2010:83).

Sob diferente concepção, “o que percebo no meu mundo exterior revela aquilo a que meu mundo interior é mais sensível”, fechando o ciclo de afeto-exclusividade (CYRULNIK, 2007:119). Mas, esta percepção pode ser (parcialmente) afetada por consensos devasados pregados culturalmente através das relações sociais.

Tomar partido por bandeiras com grande apelo popular não remete somente ao que o político é sensível, mas pode figurar como oportunidade para vinculação da imagem e promoção desta no espaço de visibilidade alçado pelo assunto em pauta. Por exemplo, integrar a luta pelas minorias no discurso político aumenta, potencialmente, a visibilidade daquela figura pública nos espaços de debate das minorias defendidas. A vereadora Rita Bergamasco enxerga essa postura como oportunista e prefere não tomar partido de nenhuma minoria.

Qualquer acontecimento, situação ou relação entre pessoas e objetos tem potencial de gerar valor estético, com possibilidade de transferir a apreciação da obra para a autoria. Entretanto, a experiência estética só pode ser constatada a partir do compartilhamento explícito, ou seja, ela só se realiza se for “dita”, se o estímulo for captado pela “escuta” e percebido pelo emissor, caso contrário se limitará a uma experiência psicológica íntima (BRAGA, 2010).

O mandato voltado para o contato direto com as mulheres, da vereadora Clemilda Pereira permite a criação de probabilidades estéticas vinculadas ao afeto pois, a partir da

abertura de diálogo com as munícipes, a experiência estética pode ser identificada nas manifestações afetivas das mesmas.

A expressão do afeto pode ser manifestada por emoções, denunciando as falsas crenças e enganos que o ser humano pode captar em seu intelecto. Entretanto, essa forma de expressão também pode dar indícios sobre a dimensão do real. Aceitar a emoção, permitindo sua expressão, é reconhecê-la como fenômeno inscrito na realidade (SODRÉ, 2006).

Resgatando o caráter político considerado neste trabalho, o Estado passa ser produtor de espetáculo (SCHAWRTZENBERG, 1978) e, dentro da contemporaneidade, introduz modos de sensibilização na disputa pelo poder, construindo legitimidade política (RUBIM, 2004).

Uma das formas de obter credibilidade a partir da visibilidade é a *photo opportunity*. Essa experiência estética foi identificada numa fala da vereadora Clemilda Pereira como elemento válido para a política interiorana. Ela diz que se a presidente Dilma Rousseff aparecesse nos arredores da cidade de Hortolândia, ela seria uma das primeiras da fila para tirar uma fotografia com a presidente.

Segundo Muniz Sodré (1991), principalmente num país de terceiro mundo, a política passa vigorar mediante aparências, alimentadas por imagens televisivas, relações públicas ou até mesmo pela oportunidade de fotos citada acima:

[...] isto é, o Presidente da República viaja, é recebido, é fotografado ao lado dos maiores, mas nada de essencial realmente se decide. O brilho do governante circunscreve-se à mídia eventualmente favorável. No fundo, o horizonte desejável de tudo isso é que o governante jamais assuma verdadeiramente o cargo, para que o imaginário não entre em curto-circuito com o real. (SODRÉ, 1991:59).

O funcionamento da política contemporânea tem, portanto, os meios de comunicação no cerne da sua própria organização. A gestão de imagens depende da construção e uso da opinião pública dominante, que por sua vez, “é organizada segundo princípios de persuasão e sedução, tornando-se cada vez mais refratária à argumentação coerente e demonstrativa” (GOMES, 2008:121).

Dessa forma, o fato de a cena política contemporânea, midiática e espetacular organizar-se segundo os princípios da sedução e preferir a imagem ao argumento, o lúdico ou o extraordinário ao contraste de idéias, a velocidade à profundidade, não a transforma em algo melhor ou pior que a prática política de qualquer época. É a mesma velha arte política, simplesmente atualizada pelas novas tecnologias da comunicação e formatada para o consumo de um público educado pela lógica dos meios de comunicação. (GOMES, 2008:125).

Declarada a oposição de linhas argumentativas adotadas por ambos os autores, neste momento, no entanto, a noção de estética pode ser aproximada da noção de sedução, uma vez que transfigurar a sedução em aparência pura quer dizer encantar signos para dominar o campo da visibilidade, sendo este o objetivo do espetáculo. Seduzir quer dizer tirar alguma

coisa do campo visível para atrair atenção e é exatamente por isso que o discurso interpretativo não se mostra tão sedutor quanto aquele que utiliza elementos ocultos para invocar a afetividade inconsciente (BAUDRILLARD, 1991):

Efeito prismático da sedução. Outro espaço de refração. Consiste não na simples aparência ou na pura ausência mas no eclipse de uma presença. A única estratégia é estar lá/não estar lá e assim garantir uma espécie de intermitência, de dispositivo hipnótico que cristaliza a atenção fora de qualquer efeito de sentido. A ausência seduz a presença. (BAUDRILLARD, 1991:97).

Em contrapartida, este cenário não faz necessariamente uma cisão entre razão e afeto. Seria na própria sedução, convencimento ou persuasão que a racionalidade é presidiada, ou seja, “a própria razão emerge do afeto” (SODRÉ, 2006:41).

Por fim, os políticos criam oportunidades de aproximação com as pessoas a partir de elementos autênticos da vida privada, assinalando os elementos comuns como evidências do compartilhamento das vivências com o interlocutor, validando os argumentos utilizados no discurso. Neste sentido, a pesquisa identificou alguns desses esforços, chamados de estratégias sensíveis, utilizados para atingir o afeto do eleitorado a partir da canalização de elementos identitários que beneficiam a imagem pública, no caso, da mulher.

3.2 Identidade, estereótipos e seus reflexos no universo das relações sociais

O “eu” só existe quando a referência identifica o outro como entidade distinta. Nomes são dados desde o nascimento, e com o passar do tempo, títulos (doutor, advogado, professor, etc.) são conferidos como forma de independência e relativa separação dos demais. Entretanto, sob uma perspectiva biológica, essas construções identitárias faz esquecer que o ser humano é um sistema aberto, que depende da troca de informações biológicas para perpetuação da espécie (MARGULIS, 2002).

As relações sociais são pautadas por essas identidades. As formações imagéticas acerca do outro quase sempre são carregadas de enquadramentos culturais estereotipados. As percepções do outro, bem como suas motivações, são julgadas a partir de dados incompletos, levando, muitas vezes, ao erro. Em outras palavras: “As visões e sons que percebemos não representam simplesmente a recepção passiva de fenômenos externos pelas janelas transparentes dos sentidos, mas são ativamente construídos, de maneira intuitiva e, muitas vezes, incorreta.” (MARGULIS, 2002:139).

As identidades podem ser conferidas coletivamente, como no caso das identidades nacionais que são, cada vez mais, enfraquecidas em nome da hibridização cultural e da mundialização, por conta do domínio das indústrias de comunicação (WOLTON, 2012).

A identidade pode ainda ser canalizada para politizar conflitos, criando representações nos espaços regidos pelo Estado a partir da possibilidade de vincular subjetividades (SODRÉ, 1999). Ou ainda, pode conotar estereotipagem.

Os estereótipos figuram como sustentáculos dos prejulgamentos e pressuposições que circulam pela sociedade e são geralmente reproduzidos e alimentados pelo jornalismo de declaração, cujo objetivo é reforçar ideias hegemônicas. Chistes populares, anedotas e piadas são algumas das formas que o jornalismo-espetáculo utiliza para contribuir com a permanência de preconceitos ultrapassados (PAIVA, 2008).

Este cenário é propício para veiculação de estereótipos de mulheres que disputam ou ocupam cargos políticos. Quando mulher, a tendência de apontar atributos físicos, jeito de vestir, estado civil é evidente, tais atributos são logo colocados sobre qualquer proposta de governo que a candidata possa ter (PAIVA, 2008). Exemplos disso foram dados no primeiro capítulo, como o caso da vereadora Ângela Duarte que foi elogiada por sua juventude e beleza, ou no caso da vereadora Eliane Deváferi, quando foi chamada de “a vereadora mais bonita da cidade”.

Ou seja, o conjunto de identidades podem formar imagens de minorias e, no âmbito político, a mulher é minoria. Essa imagem pode ainda carregar conotação mercantil, estilizando símbolos das diferenças que visam rentabilidades comerciais ao invés de promover sua emancipação (CARVALHEIRO, 2010). Segundo a vereadora Ângela Duarte (Paulínia), esta prática coloca mesquinhas e outros assuntos menores na frente de qualquer discussão política pertinente. E isto ocorre pela lógica de venda das mídias na qual a busca pela audiência prevalece.

A TV brasileira é um exemplo disso. O corpo da mulher é amplamente utilizado como promotor de marcas de cerveja ou programas televisivos voltados para o entretenimento (SODRÉ, 1991). E como a maior parte dos estímulos simbólicos são apreendidos através dos meios de comunicação (CASTELLS, 1999), identifica-se aí um dos alimentos do machismo na sociedade.

Outro exemplo é a atitude dos programas jornalísticos da TV. Eles chegam veicular cinco vezes mais mulheres nas opiniões enquadradas como “populares”, contrastando com a opinião de homens cientistas, técnicos, profissionais especializados nos assuntos jornalísticos:

“o noticiário reproduz estereótipos de gênero, ao mesmo tempo em que tem papel ativo na sua naturalização e manutenção.” (BIROLI, MIGUEL, 2009:75).

Isso ocorre porque as identidades femininas costumam ser atreladas à esfera doméstica, conforme mostra o primeiro capítulo (MIGUEL e BIROLI, 2013; OLIVEIRA, 2010; PAIVA, 2008). Neste sentido, a identidade social dos indivíduos é balizada pelos estereótipos que as pessoas aplicam a todos e quaisquer representantes de uma posição social específica dentro de uma sociedade (SIMMONS, G. J.; MACCALL, J. L., 1980), influenciando o julgamento e formação de imagens sobre essas pessoas (WEBER, 2004).

Entretando, reduzir alguém a partir da objetividade e impessoalidade da identidade reduz a complexidade característica do “eu”, culturalmente identificado no campo da experiência, separando-o da sua dimensão sensível (SODRÉ, 2006).

[...] O pensamento da identidade sempre pressupõe uma estabilidade espacial: em várias línguas, o “eu sou” coincide com “eu estou” (inglês, alemão, francês e outras). A identidade reflete uma certa opacidade do sujeito ou uma expectativa de fechamento da subjetividade diante das mudanças, mas também diante do “outro” (seja dentro ou fora do grupo). Com a troca do enraizamento espacial pela aceleração temporal (transportes, telecomunicações), a estabilidade identitária perde força. (SODRÉ, 1999:41).

Contribuindo para o aumento dessa complexidade, diferente do que se via no início da modernidade, “ser” equivalia a tornar-se visível ao se construir como autônomo diante da natureza e da divindade (SODRÉ, 2006). Na contemporaneidade, as identidades são mais maleáveis, uma vez que o personagem construído na arena da visibilidade pública pode não remeter à própria vida vivida, uma vez que essa é passível de ficcionalização para admitir novas identidades (SIBILA, 2008).

Dessa maneira, a identidade pode ser estudada a nível individual, segundo o sexo e o gênero, por exemplo. Nascer mulher é sexo, ser feminina é gênero. Tornar-se mulher seria produto de pressões, expectativas sociais e constrangimentos, e não expressão pura e simples da natureza (BEAUVOIR, 1970). Em outras palavras, a feminilidade é cobrada da mulher, independente da ocupação profissional ou política que ela exerce:

A lógica, essencialmente social, do que chamamos de “vocação”, tem por efeito produzir tais encontros harmoniosos entre as disposições e as posições, encontros que fazem com que as vítimas da dominação simbólica possam cumprir *com felicidade* (no duplo sentido do termo) as tarefas de subordinadas ou subalternas que lhes são atribuídas por suas virtudes de submissão, de gentileza, de docilidade, de devotamento e de abnegação. (BOURDIEU, 2012:72 e 73).

Espera-se que as mulheres sejam femininas. Sorriem, sejam simpáticas, atenciosas, discretas, contidas (BOURDIEU, 2012). E a vereadora Ângela Duarte denuncia essa cobrança mediante sua vivência como vereadora, ao passo que a vereadora Eliane Defáveri localiza essas expectativas no vestuário exigido.

Ser 'feminina' é essencialmente evitar todas as propriedades e práticas que podem funcionar como sinais de virilidade; e dizer que uma mulher de poder que ela é 'muito feminina' não é mais do que um modo particularmente sutil de negar-lhe qualquer direito a este atributo caracteristicamente masculino que é o poder. (BOURDIEU, 2012:118).

Essa expectativa sobre o comportamento do outro pode ser alimentada dentro do que Muniz Sodré (2013) chama de instituições mediadoras (família, escola, sindicato, partido, etc). Dessa maneira, o esteriótipo pode ser controlado não somente por pessoas conhecidas, dentro do círculo familiar e escolar, como também no ambiente de trabalho, no bairro, na igreja e em outras instituições que fiscalizam, o tempo todo, o desempenho de papéis que se espera que as mulheres desempenhem (PLOU, 2013).

Isso acontece porque houve o alargamento dos meios de penetração dos produtos midiáticos fazendo com que a família e a escola não sejam mais os únicos responsáveis pela autoconsciência de uma pessoa (THOMPSON, 2012). Este alargamento estendeu a arena de autoformação do indivíduo.

A autoformação, por sua vez, tem relação direta com a educação e pode combater formas de repreensão mediadas por estereótipos. Educar-se abriria caminhos para o novo. Novas formas de pensar desconfiam dos costumes traduzidos nas linguagens correntes da sociedade. É justamente o exercício de pensar, e a consciência despertada no processo de educação, que afirmam a base não absoluta do ser humano (SODRÉ, 2013).

Mas parece que os reforços vindos das instituições prevalecem na construção dos estereótipos femininos se comparados com as pessoas que tentam esgotar as formas de discriminação correntes. E, para Pierre Bourdieu (2012), o âmbito familiar é o maior reprodutor da dominação masculina. Nele ainda são inscritas as linguagens e divisões de trabalho que, desde muito cedo, fazem distinções entre os sexos (BOURDIEU, 2012).

A vereadora Clemilda Pereira atesta essa dominação na relação com seus enteados (a recusa do menino por lavar louça, citada anteriormente). Assinala que a mudança deve começar ocorrer de dentro pra fora, ou seja, do núcleo familiar para transbordar nas relações fora deste círculo.

Com relação à igreja, apesar de viver num dos países com maior número de adeptos ao cristianismo do mundo, nosso governo atende ao princípio da laicidade. Entretanto, as pessoas não separam incisivamente os valores religiosos dos políticos, tampouco negam rótulos religiosos em sua comunicação. A vereadora Maria José Hunglaub (Artur Nogueira), por exemplo, atribuiu o alcance do cargo a Deus na entrevista, mesmo a Igreja carregar valores que ferem a paridade de gênero:

Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajes, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. (BOURDIEU, 2012:103).

Mas parece que a religião, assim como a família e segurança existencial, são valores que podem basear a construção imagética dos políticos (SODRÉ, 2013). Sua legitimidade se traduz na identificação do eleitorado com seu devoto representante.

Como no caso da representação online da vereadora Ana Genezini sugere que a internet reproduz identidades adotadas nas ações de política tradicionais, uma vez que seu perfil carrega imagens de santos católicos, ela pode expressar crenças e valores pessoais que compartilha com seu eleitorado, também na internet.

Não somente nos espaços de sociabilidade, como também em outras situações de contato com outras pessoas, a mulher pode sofrer constrangimentos. A internet tem se mostrado própria para prática da agressão verbal, imputada em sites de compartilhamento de informações até em jogos online, este último mostrando-se hostil com relação a participação da mulher nas comunidades *gamers*. “A perseguição, assédio, o roubo de informações e a publicação de fotos e vídeos íntimos sem autorização ou a distorção dos seus conteúdos já resultam em algo usual [na internet]” (PLOU, 2013:125).

Esses comportamentos podem ser interpretados como conteúdo humorístico e gerar entretenimento às custas de terceiros. Negociar o contexto que são inseridas as minorias é um ponto de difícil consenso. Isto porque o discurso universal é limitado e, por vezes, no caso do entretenimento, não consegue entender o elo fraco que o humor, como ponto de articulação entre grupos da sociedade, apresenta-se como eficiente (RIBEIRO, 2004).

Neste sentido, o papel seria formado pelo comportamento somados aos códigos de crença. Novos padrões de conduta poderiam ser interpretados sob velhos códigos de crença ou permanecer sob a mesma significação apesar de novas definições balizarem o comportamento. Então, as pessoas atribuem valor para comportamentos, nos quais, o mesmo comportamento poderá denotar significados diferentes para pessoas diferentes e em circunstâncias diferentes (SENNETT, 1988).

As identidades podem balizar o comportamento das pessoas, assim como os estereótipos podem moldar as expectativas das pessoas acerca de outra. A maternidade figura como elemento benéfico para identidades femininas na política, e as experiências captadas nas entrevistas são confrontadas a seguir.

3.2.1 O uso da identidade maternal pela figura política feminina

Para a vereadora Marta Leão (Vinhedo) ser mãe é algo sagrado. As atribuições da experiência maternal aparecem neste sentido nas entrevistas. A vereadora Rita Bergamasco (Jaguariúna), por exemplo, mãe de dois filhos adotivos, diz que a experiência de ser mãe deve ser vivida por todas as mulheres, pois não existe sentimento que se iguale ou se compare. Essa ideia foi reproduzida mesmo por aquelas vereadoras que não são mães.

Apesar de toda luta por divisões de poder mais igualitárias, essa ideia reforça a maternidade como “o ideal supremo de todas as mulheres, a sua maior realização” (FARIA, 1998:90). E apesar do tempo dispendido na dedicação das atividades maternas, as vereadoras não atribuem suas dificuldades a isso.

A sobreposição da carreira do marido foi, por outro lado, a causa mais apontada por mulheres - insatisfeitas com sua carreira profissional - que compunham a amostragem de um estudo publicado na Harvard Business Review (2014). A dedicação de tempo para os filhos, diferente do que alguns livros da presente bibliografia trazem, não foi a principal causa do insucesso das carreiras. Ou pelo menos, não é assim que elas interpretaram.

Essa interpretação parece ser reproduzida nas entrevistas da pesquisa de campo. As mulheres enxergam a maternidade como um dom, e não deixariam de ter seus filhos por causa das dificuldades que estes representaram em suas trajetórias. Por outro lado, a falta de auxílio dos maridos com essa responsabilidade parental foi mencionada pelas vereadoras divorciadas. Já as vereadoras que são casadas buscaram assinalar o apoio que recebem dos cônjuges.

A maternidade chega ser apontada como barreira para o exercício da corrupção por parte das mulheres (OLIVEIRA, 2010). A vereadora Clemilda Pereira manifestou essa preocupação na entrevista. Disse que jamais se envolveria com improbidades pois esta conduta poderia afetar o bem-estar dos seus enteados, que sofreriam ataques verbais nas ruas.

O inverso também seria verdadeiro na opinião de algumas mulheres no poder: a ampla vivência masculina como construtora natural de vínculos com a corrupção (PAIVA, 2008). Isto porque os homens teriam maior maleabilidade, dado seu histórico e formação identitária para encarar essas situações.

Estendendo os cuidados maternos para a política, sob todas as atribuições que ela remete, esta perspectiva corrobora com a ideia de maternidade social cunhada por Lênin (1934), na qual a maternidade individual não precisaria ser a única gestação realizada pela mulher.

Ângela Duarte cita a própria vivência como exemplo deste ética altruísta, voltada para o outro, nas próprias palavras dela: “eu sou tão dura e enérgica com meus filhos e sou tão dura e enérgica com a política; eu sou tão meiga e carinhosa, assim como também tenho uma parte meiga e carinhosa com a política”.

Esta concepção de maternidade social estaria vinculada a um amor genérico pelos outros, devendo ser distinguida do desejo amoroso, que segundo Muniz Sodré (2006) o amor é um conceito que deve ser discutido, atribuindo as devidas contextualizações necessárias.

Sendo mãe, você consegue entender melhor a demanda do seu eleitorado segundo as vereadoras da RMC, facilitando até mesmo a identificação do mesmo com a sua imagem política. Essa busca por identificação candidato-eleitor tenta promover um diálogo que ressalta o político como um indivíduo como qualquer outro, sensível às mesmas questões. Estudo de Raquel Paiva (2008) demonstrou que algumas das políticas entrevistadas por ela, também compartilham a mesma opinião sobre essa maior identificação com eleitoras mulheres a partir da identidade materna.

A virtude de ser mãe, portanto, pode ser utilizada como uma estratégia sensível para afetar o eleitorado. A virtude, por sua vez, é medida em detrimento da imagem na política contemporânea que, nas próprias palavras de Sodré (2006:168), “abre mão do racionalismo argumentativo e introduz o fazer sentir”.

A vereadora Ângela Duarte lembrou da campanha da vereadora Siméia Zanon (apesar desta não fazer mais parte da câmara e nem ter participado das entrevistas, vale mencionar): a vereadora fez uma campanha eleitoral amamentando o filho, posando para fotos oficiais com o bebê no colo.

A vereadora Clemilda Pereira (Hortolândia) lembra ainda da imagem de mulheres com crianças nas reuniões partidárias e outras esferas políticas que acolhem as discussões e mobilizações dos munícipes, ressaltando a participação delas mesmo com a responsabilidade materna.

Embora o contato paterno com o bebê vem desconstruindo a prevalência da mãe no cuidado e tempo dispendidos com ele, as sociedades civilizadas criam artifícios para desenvolvimento de identificações mais fortes com a mãe do que com o pai (MONTAGU, 1988). Parece, portanto, que “a mãe ancora-se na sensorialidade enquanto o pai se ancora na designação. Essas diferentes amarras criam estruturas afetivas diferentes” (CYRULNIK, 2007:150).

Esta maior identificação pode ser relacionada com o tato na fase infantil. Este contato seria uma das privações da relação pai-filho que remeteriam o distanciamento precoce da

figura paterna em detrimento da materna. As estimulações sensoriais são, em sua maioria, geradas com a mãe, numa comunicação cutânea que o pai tende ser anulado pelas barreiras artificiais, principalmente pelo uso de roupas (MONTAGU, 1988).

Na prática, conforme experiência da vereadora Leonora Périco, a aproximação da figura paterna foi ainda mais efetiva em face a sua carreira política: ao ser eleita, era mãe de um recém-nascido que deveria receber cuidados constantes e mamar de três em três horas. Seu marido era responsável por levá-lo e assistí-lo nos lugares que a vereadora estava para que ela pudesse amamentá-lo.

Ainda em comparação ao sexo masculino, a eleitora tende acreditar que apenas uma mulher poderia solucionar, ou até mesmo entender, os entraves femininos (OLIVEIRA, 2010). Isto pode ser ilustrado pelo caso da vereadora Clemilda Pereira, que em suas visitas as mulheres contam absolutamente tudo, falam sobre qualquer tipo de assunto com ela, fazendo-a acreditar que se fosse um homem em seu lugar, as informações dadas seriam drasticamente menores, justamente por conta da identificação da mulher eleitora com a vereadora mulher. Disse ainda que homens costumam ser mais diretos nessas ocasiões, não dando oportunidade para diálogos mais prolongados.

Apesar da criação de oportunidades para aproximar o eleitorado da figura política, essa face estética da política traz alguns entraves para a deliberação pública de assuntos comuns, conforme sugere o próximo subitem.

3.3 O impacto da política estética para a consciência política das pessoas

Como visto anteriormente, a estética surge para extrair visibilidade dos afetos e dos valores simbólicos. A mídia tenta instrumentalizar o sensível com objetivo de manipular os afetos, mediante discursos e linguagens que vinculam subjetividades nas chamadas “estratégias sensíveis” (SODRÉ, 2006).

Nesta lógica mercadológica da mídia, Muniz Sodré (1991) denuncia uma deficiência na sociedade, cujo o social e a política são substituídos pelo sequestro da fascinação, e ainda aponta a origem latina da palavra fascinação: vem da palavra *fascina* (pênis), muito próxima de *fascio* (donde vem fascismo). O autor traz um exemplo para servir como metáfora ao explicar este ponto cego:

Foi esfaqueado um funcionário da Presidência da República, diante da guarda de segurança do Palácio do Planalto, sem obter socorro durante ou depois da agressão. Os guardas encontravam-se provavelmente seqüestrados, enquanto sujeitos de solidariedade humana, pela natureza de sua função, que os mandava guardar apenas o

palácio. Imobilizados, reféns do cargo, tipificavam tanto a indiferença de um plano diante de algo que escape à atribuição técnica quanto a paralisia fascinada das massas diante do acontecimento real. A mídia tece sua parte: o ferido foi entrevistado, mas não socorrido. (SODRÉ, 1991:73 e 74).

Ou seja, prevalece o cuidado com a visibilidade frente ao social e político. Se a política obedece às regras cosméticas e estéticas da mídia, deixa de atender alguns conceitos básicos da política de antes, que privilegiava a racionalidade ou, pelo menos, a perspectiva do bem público nos debates na ágora pública. Com a imagem no primeiro plano, “[...] é a visibilidade que ancora a discutibilidade na democracia” (GOMES, 2008:162).

Para Luiz Signates (2009), a posição social dos argumentantes, por exemplo, sempre influenciará o comportamento dos demais, assim como a visibilidade do falante. Ou seja, apesar da mídia ter contribuído para elevar a consciência política das pessoas (BRIGGS, BURKE, 2006), fez o *modus operandi* da política se modificar, pois “o espaço público da contemporaneidade é cada vez mais construído pelas variadas dimensões do entretenimento ou da estética, em sentido amplo, cujos recursos provêm do imaginário social, do *ethos* sensorial e do subjetivismo privado” (SODRÉ, 2013:40).

Neste momento, há um distanciamento da noção de discussão pública segundo modelo ideal de Jürgen Habermas, no qual requer meios, modos, princípios e regras de procedimento predefinidos, livres da arbitrariedade do *status social* dos participantes (GOMES, 2008), mas essa discussão nem sempre pode caminhar segundo este cenário ideal.

A expansão da visibilidade pelos meios de comunicação mudaram as regras do jogo político. Apesar da orientação de transnacionalidade do Estado, a política começa se desprender da vida social, antes característica da burguesia ou da cena grega. Dessa maneira, o debate de decisões fica cada vez mais especializado e restrito (SODRÉ, 2013).

Entretanto, se uma discussão de cientistas quiser ter uma pregnância política, o discurso deve ser cognitivamente acessível a uma dimensão relevante de cidadãos. Por outro lado, a conversação civil também não pode seguir desordenada se quiser influenciar politicamente a sociedade (GOMES, 2008), conforme tem acontecido na internet.

Mediante a ligação da mídia com as regras do espetáculo, então a lógica predominante tende pressionar as instituições e atores a trabalharem sua apresentação e representação tendo em vista os padrões midiáticos vigentes, introduzindo a dimensão estética necessária para angariar visibilidade (RUBIM, 2004).

Em contrapartida, segundo Jean Baudrillard (1991), o cuidado com a imagem existia antes da contemporaneidade ou da modernidade na cena política. Para o autor, desde Maquiavel, o simulacro sempre foi lugar de origem do poder para a política, cujo efeito se

alcança com os atos manifestos que seria o próprio segredo da aparência, alimentada pela estética. Essa prática ganha legitimidade a medida que aumenta a visibilidade e, conseqüentemente, a influência e o poder políticos, uma vez que a imersão das práticas sociais (entendidas como eventos comunicacionais) na dimensão política, remeteria, necessariamente, uma inscrição do poder como “aspecto central de toda e qualquer comunicação social” (EISENBERG, 2003:497).

Se “espetáculo, mercadoria e capitalismo estão umbilicalmente associados” (RUBIM, 2004:183), então o espaço compartilhado de conversação pública sofre alterações com as novas tecnologias digitais. Dentro da internet, por exemplo, a abertura do diálogo pode acarretar perda de tempo, uma vez que o comprometimento ou o ódio gratuito podem invadir os fóruns online.

Além disso, assim como fora da rede, o debate na internet pode ser desvirtuado, levando aspectos da vida pessoal para o centro das discussões como argumentos válidos para desqualificar o outro.

Por exemplo, noticiar a vida privada das figuras políticas é uma das formas de desqualificar o outro. Ao passo que o julgamento das pessoas acerca da responsabilidade da mídia em relatar notícias pertencentes a vida privada dos representantes políticos varia de acordo com o tempo (WOJDYNSKI e RIFFE, 2011).

A separação da esfera privada da pública sempre tentou negar o caráter conflitivo das relações familiares e das relações de trabalho em detrimento da atividade política do ser humano, isolando relações de poder que, uma vez inscritas na esfera privada, são politicamente desconsiderados (MIGUEL e BIROLI, 2013).

Nesse sentido, é particularmente relevante ressaltar a intrínseca ligação existente entre a conversação cotidiana – que se processa geralmente em espaços privados de convivência – e a discussão política – essencialmente pública e ligada à tomada de decisão. A discussão sobre assuntos de interesse humano e danos morais, físicos ou afetivos e a elaboração de normas socialmente vinculantes são fontes de conflitos que se processam na esfera pública. (MAIA, MARQUES e MENDONÇA, 2008:99).

O que acontece dentro dos limites da vida privada tem impacto naquilo que as pessoas são sensíveis, nas repercussões acerca disso e, por último, nas decisões políticas pressionadas pela opinião pública. Ou seja, o elemento pessoal dentro do discurso pode contribuir para construção da imagem positiva do político mediante identificações com a sensibilidade do eleitorado.

Nas entrevistas, a maior parte das vereadoras postam conteúdo com elemento pessoal para angariar visibilidade nos perfis do Facebook, uma vez que estes, em geral, recebem maior interação do que conteúdos de cunho político. Frases bíblicas, fotos com animais de

estimação, amigos e familiares, bem como eventos e passeios particulares são alguns dos exemplos que serão exibidos no próximo capítulo.

4. A utilização da internet, resistências e fontes de contato mais utilizadas

Neste capítulo, o afeto é identificado tanto nas barreiras da atividade política online (já observada antes da internet), circunscrito sob resistências e má utilização da internet para fins públicos, quanto na atividade online das vereadoras. Quando entrevistadas, reconheceram o conteúdo de cunho pessoal em seus perfis e justificaram com o maior número de interações obtidas com essas postagens. Algumas vereadoras apontaram ainda o contato com amigos e familiares na rede como motivo dessas postagens, distanciando-os da atividade política delas.

Primeiramente, ao passo que o fluxo de capitais torna-se global, a comunicação passa ser a própria face organizativa da sociedade, voltada para manutenção de transações financeiras e mercantis (SODRÉ, 2006). A qualidade da comunicação, portanto, impacta diretamente qualquer negócio ou sociedade.

A comunicação propriamente dita pode ser identificada no processo de midiaticização da sociedade passando, portanto, pela tecnologia. As tecnointerações apresentam novas possibilidades através do uso de “objetos nômades” (celulares, computadores, aparelhos de autodiagnóstico médico, TV, etc) que contem a identidade de cada um. Neste sentido, a vida social e práticas mercantis se reorganizam para confortar o “nômade” que, em qualquer lugar, poderá se sentir em casa (SODRÉ, 2013).

Um *medium* como a internet inclui desde dispositivos televisivos até os de comunicações interpessoais, como telefone e correio. É uma reconfiguração realística do mundo por homologação de imagens adrede elaboradas, com o acréscimo da interatividade: a interface cria uma outra realidade cultural, que outorga ao usuário um nível de controle da ação e o coloca simulativamente no cenário midiático. (SODRÉ, 2013:146).

Mas o impacto da comunicação (inclusive mediante novas modalidades) nas atividades do mercado globalizado não é clara, “menos claro é o impacto que ela terá sobre atividades e interações com fins públicos” (EISENBERG, 2003:492).

A internet oferece um canal de auto-expressão, a princípio, livre de coações para aqueles que não possuem acesso às esferas formais, munindo-os de potencial para fazer ressoar seus discursos (ALTHEMAN, 2012). Entretanto, o uso da internet como ferramenta útil para política esbarra em questões vinculadas à barreiras culturais, organizacionais e constitucionais, que remetem à baixa participação e o engajamento cívico deficiente característicos do cenário político atual (GUZZI, 2010).

Essas barreiras podem estar relacionadas com a falta de conhecimento político, em dimensões estruturais e circunstanciais, por parte do eleitorado. Como por exemplo, a dificuldade de debates na esfera civil, de oportunidades de participação em grupos de pressão

e instituições democráticas, além da falta de comunicação da esfera civil com seus representantes, em termos de cobrança de explicações e prestação de contas (BUCY E GREGSON, 2000; MIGUEL, 2008; GOMES, 2005).

Parece haver, no entanto, uma deficiência ou desinteresse por ambas as partes, não somente por parte do eleitorado. Segundo Manuel Castells (2003), “parlamentares costumam ter seus próprios websites, mas não lhes dão excessiva atenção, seja no seu design ou em suas respostas às solicitações dos cidadãos” (IDEM, 2003:128).

Ou seja, as pessoas poderiam estar vigiando o seu governo, ao invés do governo vigiar as pessoas, através da solicitação de informações, expressão de opiniões e pedidos pessoais junto aos representantes, mas não o fazem (CASTELLS, 2003). Segundo Muniz Sodré (2013), a infovigilância é uma realidade, mas o controle moral escapa perante a diversidade de idiomas e costumes. Além disso, o individualismo agressivo presente na rede cibernética incita formas violentas de intersubjetividade que acabam imunes em meio a velocidade de transmissão e anonimato (SODRÉ, 2013).

No que se refere à política, a dificuldade de acesso, raridade de meios e escassez de oportunidades não podem ser as únicas características que fomentam a debilidade da participação política contemporânea: “a abundância de meios e chances não formará, *per se*, uma cultura de participação política” (GOMES, 2005:14). Existem muitas outras barreiras que pertencem ao campo afetivo das subjetividades e impactam diretamente nas escolhas políticas.

Portanto, a concretização (quando o abstrato assume condições efetivas de existência) da política na internet sugere extração do potencial do agir pertencente à dinâmica do real . Entretanto, a virtualidade enquanto potencial reunião das condições de realização está submetida, primeiramente, à ordem humana para gerar realidades (SODRÉ. 2013), que neste caso, possui gargalos a serem superados.

Ainda sobre a política, os melhores parâmetros e limites que podem ser praticados numa democracia são constantemente debatidos e parecem longe de atingir o consenso. “Democracia” pressupõe o controle compartilhado do governo com o povo, no qual o segundo influencia as decisões do primeiro. Em outras palavras, o “quanto de democracia”, afirma Beetham (1993:55) “é desejável ou praticável, e como ela pode ser realizada numa forma institucional sustentável”.

Nesta tentativa de articular a política com os novos meios de comunicação e diagnóstico da baixa participação civil nas decisões do Estado, a teoria divide-se em vários modelos de democracia, conforme Wilson Gomes (2008) anota:

Em suma, a política contemporânea aparece, em grande parte da literatura que trata da relação entre os novos meios de comunicação e a política, como incapaz de satisfazer os requisitos da democracia em seu sentido mais próprio. E o fenômeno mais comumente identificado como em estreita relação ao déficit democrático contemporâneo, é, em geral, designado pelo verbete “participação política”. O sujeito dessa participação política, cuja crise é aqui diagnosticada, é evidentemente o público, a cidadania, a esfera civil. Mas quando a pergunta sobre o *locus* de tal participação, as respostas podem variar, indicando, também numa lista aleatória, a vida pública, as eleições, a política institucional, os negócios públicos, a decisão política. A variação na resposta indica, em geral, os modelos de democracia de cada um: há desde modelos mais institucionais de democracia, aos quais bastaria, em princípio, a indicação de um déficit de participação civil na genérica “vida pública”, até modelos de democracia *forte* (participativa ou direta), que vêm uma crise justamente na baixa efetividade política do cidadão, no baixo nível de influência civil na esfera de decisão política. Ficando nos dois extremos do exemplo, a uns bastaria que a população votasse e fosse politicamente bem informada, enquanto para outros seria necessário, ademais, que o cidadão tivesse oportunidades de deliberação no que se refere às políticas adotadas pelo Estado. (GOMES, 2008:295).

Salvo as diferenças de linhas argumentativas entre deliberacionistas e participacionistas, entender as novas formas de participação e deliberação online é importante no sentido de contribuir para o entendimento, construção e consolidação de uma nova fase da comunicação política, agraciada pela possibilidade de interação liberta das limitações espaço-temporais. Além disso, “as modalidades que os intercâmbios afetivos adquirem nos espaços informáticos constituem novos desafios para o estudo das relações sociais e pessoais.” (DELARBRE, 2009:87).

Neste trabalho, os intercâmbios afetivos já foram relacionados com a face estética da política e também foi identificado nas postagens com conteúdo pessoal. As análises de dados acerca de perfis online das vereadoras trouxeram evidências que também foram trabalhadas nas entrevistas, e serão discutidas nos tópicos seguintes, mostrando a aderência do discurso político-afetivo dentro dos sites de compartilhamento, em especial, o Facebook (maior rede social do mundo em termos de usuários, são 1,32 bilhão de membros, segundo dados divulgados no Portal G1 em 2014).

A experiência das vereadoras entrevistadas sugere a intensa atividade online delas enquanto pessoa comum (perfis mantidos com objetivo de contato frente amigos e familiares) e também enquanto imagem política. A recorrente justificativa para elas trabalharem suas imagens políticas na internet refere-se ao número de pessoas que se conectam diariamente no site Facebook (59 milhões de brasileiros), enquanto 55% das pessoas que acessam mensalmente, fazem essa conexão através de aplicativos e dispositivos móveis (G1, 2014).

Para relatar a importância que os dispositivos tecnológicos vem ganhando no cenário contemporâneo, sugere-se que a partir de 1995 os brasileiros começaram incorporar o uso das mídias digitais no seu cotidiano, não somente através de computadores pessoais, mas também com celulares, *smartphones* e outros dispositivos eletrônicos (MARTINO, 2014).

Por isso, as figuras políticas devem adaptar suas atividades à novas formas de visibilidade (THOMPSON, 2012). Construindo e fazendo a manutenção da imagem pública, pois “a gestão da visibilidade midiática tornou-se um elemento crucial para o avanço das carreiras políticas” (MIGUEL, BIROLI, 2009:60), e hoje é estendida para a internet.

Tal cenário contribui para o deslocamento dos estudos dentro da área de comunicação, deixando de lado o modelo informacional linear clássico, abrindo espaço para a face interacional da comunicação, atribuindo um papel fundamental aos interlocutores e ao contexto sociocultural no qual este processo de troca está imerso (FRANÇA, 2001; SODRÉ, 2006).

Antes, ser espectador ou ouvinte da mídia não se limitava numa atividade exclusiva. As pessoas combinavam isto com as atividades domésticas, refeições familiares e interações sociais, sendo basicamente um pano de fundo (CASTELLS, 1991). Mas, ao passar de mero receptor para produtor de conteúdo e potencial interagente, as relações sociais na internet são diretas e manipuladas de maneira diferente.

[...] a facilidade de contato e comunicação provida pelas redes de computadores alteraram a vida fora da tela – não existem barreiras entre as relações sociais reais e as relações virtuais, acontecimentos de um site de relacionamentos como o Orkut ou o Facebook podem acabar com um namoro real, o lançamento de uma nova ferramenta de busca pode fazer empresas lucrarem com ações virtuais, enquanto o terrorismo virtual igualmente avança, clonando cartões de crédito, tirando empresas do ar como uma ação política. (MARTINO, 2013:274-275).

Hoje, em um dos países com maior concentração *per capita* de celulares, estes ganharam o apelido de “kanny” dos finlandeses, nome derivado da palavra “mão” e que remete a extensão do corpo humano a partir do uso constante de aparelhos celulares (FERREIRA, 2010). A vereadora Ângela Duarte faz essa analogia, assinalando que vive 24 horas por dia conectada com o uso do celular.

Sob outra ótica, munidas da estética do flagrante, as pessoas podem produzir conteúdos da vida urbana, reposicionando o observador como agente, distribuindo microespetáculos a partir de câmeras portáteis e conectadas. Neste sentido, a captura de imagens pode testemunhar, equiparadamente, como imagens policiais e midiáticas (BRUNO, 2010), guardadas as proporções de difusão. Os políticos também podem estar na mira dessas câmeras, conforme episódios relatados pela mídia e que não vale a exaustão de sua exposição neste trabalho.

Em Artur Nogueira, a vereadora Maria José Hunglaub conta que começou entrar no Facebook depois de eleita, para acompanhar a opinião expressa pelos contatos na rede social sobre o governo federal. Ou seja, apesar de possuir o perfil antes da candidatura, o acesso só

foi interessante depois de ocupar um cargo político, ilustrando a preocupação com a opinião pública online para figuras políticas em exercício.

Portanto, o processo de vigilância está sendo naturalizado (BRUNO, 2013), em ambas direções. Optar por não ingressar e interagir com as pessoas na internet não impede que elas levistem questionamentos sobre ações políticas dos representantes eleitos. Ou seja, estar ausente não limita a discutibilidade do mandato em questão, uma vez que este debate não é submetido à aprovação dos representantes políticos.

Talvez a ambiguidade necessária da política contemporânea (STROMER, GALLEY, 2013) seja confrontada com o registro das conversas no ambiente online (RECUERO, 2012) e justifique a preferência pela política feita pessoalmente, na qual as palavras podem ser varridas no instante que forem ditas.

4.1 A preferência pela política tradicional

A primazia das ruas era local privilegiado da política moderna, movida por comícios, barricadas, passeatas, discussões, nos quais ser presente nos espaços de convivência era imprescindível para o político. Na contemporaneidade, houve um deslocamento da visibilidade para a tela, ou seja, para espaços midiáticos. Hoje, a política de rua tem impacto direto na política mediada, e vice-versa (RUBIM, 2004).

Segundo Antônio Rubim (2004), esse expediente político continua funcionar razoavelmente, mas a rede de mídias implicaria uma parcela significativa da atividade política. Ou seja, a ausência do político também pode ser vista como descaso (OLIVEIRA, 2010), impedindo qualquer político de se abster do contato direto com os eleitores.

A vereadora Eliane Deváferi expressa a necessidade de olhar nos olhos dos eleitores, como modo de expressar sinceridade e passar a mensagem da melhor maneira possível, inclusive para aqueles que não tem facilidade de acesso à internet (a vereadora citou, em especial, os idosos). Nas palavras dela: "embora nova na política eu sou uma política à moda antiga".

E é justamente no momento da conversa que o olhar pode minar o comportamento do outro. Segundo Boris Cyrulnik (2007), a conversa seria o ato mais humano, propício para criação de um campo sensorial cujos "psiquismos se encontram e tecem a afetividade que vai nos ligar. No transcurso desse ato, infinitamente repetido, nossas afetividades são trocadas ao

mesmo tempo que as histórias que definem nossas identidades são contadas” (IDEM, 2007:143).

Iniciando os exemplos com a preferência da vereadora Eliane Deváferi, a pesquisa netnográfica mostra que a internet não ganhou espaço significativo na atividade política. Nas entrevistas, a maioria das vereadoras (sete entre nove entrevistadas), apontam a política feita nas ruas, aquela sem mediações tecnológicas, como a mais efetiva e, portanto, a mais praticada por elas. A internet, neste caso, é excluída como ferramenta de atendimento de demandas por seis de nove dessas vereadoras, por demandar muito tempo, ou ainda, por ser “fria” e distante do eleitor.

Segundo a vereadora Maria José Hunglaub, o contato na internet é com pessoas elitizadas. Ela também conta que as pessoas que necessitam vão procurá-la no gabinete, assim como acontece com a vereadora Rita Bergamasco, em Jaguariúna.

Apenas duas vereadoras dedicam até mesmo um blog para explicar sobre opiniões políticas, explicar posicionamentos, informar o eleitor e promover ações políticas feita por elas. São as vereadoras Clemilda Pereira (Hortolândia) e Ângela Duarte (Paulínia).

Em contrapartida, a vereadora Rita Bergamasco diz que não pode canalizar tempo e recursos para ferramentas online. A vereadora Maria José Hunglaub justificou sua decisão ao apontar a mulher que saiu gritando do seu gabinete: “as pessoas vem até aqui, e se não impuser limites, vão até na sua casa pedir coisas”, desabafou ela.

A vereadora Eliane Defáveri conta que já recebeu propostas de agências de comunicação para estender sua comunicação política para internet, mas terceirizar seu diálogo online com os eleitores vai contra o que acredita ser genuíno na apresentação da sua personalidade.

Ou seja, ferramentas online poderiam encurtar distâncias e facilitar a divulgação de informações relevantes para os munícipes, detalhando posições políticas, apontando ações realizadas, dentre outros elementos que colocariam o cidadão a par dos acontecimentos políticos. Porém, por serem reconhecidamente atestadas e aprovadas, as estratégias de campanha tradicionais são preferidas na hora de canalizar tempo e energia dos membros das equipes e do próprio candidato (STROMER-GALLEY, 2013).

A vereadora Leonora Périco (Americana) inaugurou um escritório no seu bairro logo após ser eleita, cumprindo uma de suas promessas feitas na campanha eleitoral. A política identifica a necessidade de estar próxima e disponível para seus eleitores, pois assim fica mais fácil de tratar prontamente as demandas populares.

Em contrapartida, as atividades online podem denotar utilidade política como no caso da assessoria política que a vereadora Jacinta Heijden faz para os municípios de Holambra. Ainda assim, ela não deixa de verificar demandas *in loco* para atestar sua pertinência ao bem comum e, então, atender às reivindicações.

Ou seja, as vereadoras, mesmo aquelas com vasta atividade online, não abrem mão do contato direto com as pessoas. Atestam que é justamente nesta convivência que podem conhecer melhor suas demandas. Além disso, a internet enquanto parte da vida social contemporânea é alimentada, afinal, por acontecimentos fora da rede.

A vereadora Clemilda Pereira, mesmo sendo uma entre duas entrevistadas com maior atividade online, dedica seu mandato à conscientização da importância da participação feminina na política, e para isso, faz muitas visitas nas residências das municipais. Ela também faz ações da rua que são amparadas pela cobertura das redes sociais, figurando como convites frente aos internautas para que eles integrem essas ações políticas enquanto acontecem.

Outra possível implicação na preferência pelo espaço comum de convivência do eleitorado é a seguinte ideia que, atualizada por algumas vereadoras, apontam as campanhas políticas como distribuidora de presentes, e a candidatura como mantenedora de cabide de empregos e retenção de votos para futuras eleições:

À margem dele [dos grandes centros urbanos da região Centro-Sul], dentro e fora das cidades, continuam em vigor as velhas alianças de compadres e coronéis, as negociatas e os cambalachos de apuração. O dinheiro, em sua pura e simples obscenidade, é um delegado-eleitor. Não é, portanto, a televisão *stricto sensu* que faz ganhar eleições. Mas sem dúvida nenhuma impõe-se progressivamente na ordem dita “política” o fenômeno das desmaterialização de suas referências clássicas, de ausência de sentido ou finalidade social, que fabrica figuras como empresário-político, candidato-vedete, eleitor-consumidor é princípio ibopeano de realidade. (SODRÉ, 1991:82).

Diferente da internet, a ausência de registros para vigilância possibilitaria tais ações corruptas no ambiente livre de mediações. A vereadora Maria José Hunglaub (Artur Nogueira) chama atenção para a permanência deste problema na política atual. Os políticos, quando eleitos, trabalham em prol da próxima candidatura, ou seja, tomam ações que ao invés de promover o bem comum, visa a manutenção de votos mediante favores e presentes. Para a vereadora, o político deve trabalhar para o mandato no qual foi eleito, e não antecipar a campanha da próxima eleição.

Na fala de vários entrevistados por Vanilda de Oliveira (2010), essa compra de votos é evidente, apontando o egoísmo como motor propulsor das trocas inapropriadas de bens por votos. Há, ainda, as ocasiões de visitação de candidatos em espaços de trabalho dos eleitores como feiras, por exemplo, cujo contato pontual é sugestivo e próprio para essas propostas.

Isto ocorre por que, assim como a mídia, a política pertence a ética deontológica predominante na contemporaneidade, que por sua vez assume um viés pejorativo: o oportunismo. O político passa então de virtuoso (Antiguidade) para atendente de demandas particulares ou classistas (jornalistas, empresários, médicos, advogados, etc) (SODRÉ, 2013).

Esse individualismo, voltado para o cumprimento de objetivos pessoais, confunde a esfera pública com a privada. Além disso, essa prática decorre do “coronelismo”, prática atualizada que beneficia grupos específicos em troca de influência na formação da opinião pública acerca dos candidatos. A vereadora Jacinta Heijden (Holambra) aponta essa característica como uma das deficiências que barram o estabelecimento de câmaras mais ativas no desenvolvimento das cidades:

A política nacional pautada pela troca de favores entre o Estado e as oligarquias regionais deu também margem ao conhecido fenômeno do “coronelismo” (expressão advinda da política patrimonialista dos coronéis da Guarda Nacional, criada pelo Regente Feijó em 1831), analisado por Nunes Leal, um autor já clássico do pensamento identitário. Demonstra ele que, para controlar a vontade política desde suas bases municipais, numa época em que mais de dois terços da população pertenciam ao campo, o governo federal fez do “coronel” o seu representante no interior, estimulando a negociação patrimonial (na prática, a troca de proveitos) entre o poder público e os agentes do privado. (SODRÉ, 1999:109).

Segundo recorte empírico, a política fora da internet é ainda o maior trunfo do político interiorano. Tem-se, então, a perda do potencial de uso político da internet por uma série de restrições tanto dos eleitores, quanto das resistências dos políticos. Essas potencialidades e algumas peculiaridades da democracia digital são explanadas a seguir.

4.2 Democracia digital

Wilson Gomes (2011) chama de democracia digital a ampliação do campo de discussão político das pessoas a partir de aparatos tecnológicos. Em outras palavras, é o próprio emprego de dispositivos (*smartphones, ipads, computadores, etc.*), aplicativos (programas) e ferramentas (sites, fóruns, redes sociais, etc.) voltados para a política. Para Drica Guzzi (2010) existe um potencial acerca dessa democracia digital, com ganhos em termos de participação cidadã num espaço não mais virtual, mas sim com possibilidades interativas reais que podem promover ganhos democráticos.

Contudo, essa perspectiva parte do pressuposto que as pessoas estariam dispostas a discutir questões políticas nas ferramentas dispostas na internet. Para a vereadora Eliane Deváferi, as pessoas que buscam o contato online estão interessadas nas informações pessoais e não, necessariamente, no conteúdo politicamente relevante.

A pesquisa netnográfica mostrou que as vereadoras também preterem os conteúdos políticos às postagens com elementos pessoais. Elas ampliam sua visibilidade política para as ferramentas online mediante dispositivos que ficam conectados o tempo todo, porém, a política nem sempre é o objetivo dessa conexão.

Perguntadas sobre o número de interações obtidas através de conteúdo que carregam elementos pessoais no Facebook, as vereadoras apontam maior número de comentários e curtidas nessas postagens. Diferente do que acontece com conteúdos de cunho estritamente político. As análises vindas da netnografia deste estudo corroboram com essas falas.

Entende-se por elemento pessoal desde fotos com familiares e amigos, até postagens de eventos sociais não vinculados à política. E a linha entre o que é ou não é considerado um elemento pessoal é tênue. Pressupõe-se que a postagem de uma foto dentro de uma sessão ordinária dentro da câmara municipal, por exemplo, não estaria enquadrada neste âmbito afetivo, pois está vinculado à atividade política do agente público mesmo se for uma *selfie* (ALEIXO, 2014).

No tocante a um elemento pessoal específico, apesar de receber maior interação, a vereadora Maria José Hunglaub compartilha fotos com familiares apenas em grupos fechados de parentes no Facebook. A vereadora Jacinta Heijden também evita postagens públicas que envolvam seus familiares.

A maior interação em postagens com elementos pessoais só não foi reproduzida nos perfis da vereadora Clemilda Pereira. Segundo ela, a profissionalização da assessoria auxiliou para o reposicionamento da sua *fan page*, cujo prefixo “Vereadora” já demarca o objetivo dela na internet. Entretanto, não é somente este nome que catalisa maior ganhos de visibilidade online (outras vereadoras também possuem o título nos perfis), mas por conta do apelo das bandeiras que promove, inscritas também na grande mídia (comentadas em capítulos anteriores).

As demais vereadoras, mesmo as três que não foram entrevistadas, recebem maior interação nas postagens com conteúdo pessoal. Mediante os ganhos de visibilidade que essas postagens afetivas representam, as vereadoras acabam postando mensagens mais “leves”, com mensagens bíblicas, frases famosas, fotos com amigos, familiares e animais de estimação para atrair essa interação.

Ganho de visibilidade se beneficia diretamente do aumento da interação, sendo esta justamente a característica que muda na comunicação virtual online (ANDRIGUETI, 2010; EISENBERG, 2003). As interações, por sua vez, são entendidas neste trabalho sob a concepção da Raquel Recuero (2014), que chama as curtidas, comentários e compartilhados

de funções conversacionais. A primeira, função “curtir”, estaria atrelada à ideia de tornar-se parte da discussão vigente, demonstrando que a mensagem foi recebida. Mas seu sentido pode não esgotar-se apenas nisso, pode também expressar apoio ao que está sendo publicado, sem necessidade de elaborar uma resposta. Já a função “compartilhar” tem como principal missão ampliar o alcance da mensagem, contribuindo com maior visibilidade da mesma. A função “comentar”, por sua vez, é a prática mais conversacional, na qual contribui diretamente para a construção da conversação em si, remetendo uma ação mais participativa, demonstrando atenção aos demais comentaristas e dispêndio de tempo para imprimir uma posição perante ao assunto em questão.

As funções descritas acima fazem parte do que Recuero (2014) chama de conversação online. O que equivale dizer que as pessoas vem se comunicando através de ferramentas digitais através de elementos convencionais (emoticons, onomatopéias, etc) da conversação face a face são simulados no ambiente digital, independente se são sincrônicas (chats, conferências, etc) ou assíncrônicas (fóruns, e-mails, etc).

Neste sentido, a internet contribui para tensionar o alcance da imagem da figura política a partir dessas possibilidades interativas. E existem pontos positivos para os políticos que decidem adotá-la: além de apresentar possibilidades de avaliação dos representantes políticos acerca da compreensão das pessoas sobre suas mensagens e propostas através do *feedback*, a internet dá suporte às decisões sobre a exposição pontual de certos argumentos e posicionamentos que julgar mais eficaz no que se refere ao ganho de visibilidade (AQUINO, MARQUES E MIOLA, 2014).

Mas nem sempre a exposição de conteúdo político serve para aumentar os ganhos de visibilidade na internet. Além disso, no que se refere a participação online frente questões políticas lançadas nos perfis das vereadoras, a baixa interação pode ser fruto de inúmeras motivações. Em Paulínia, a vereadora Ângela Duarte conta que muitas pessoas foram perseguidas politicamente e, por isso, não expressam posicionamentos políticos na internet.

Apesar da preferência por conteúdos mais “leves”, as vereadoras assinalam a preocupação da imagem pública na internet. Perguntada sobre a presença nas redes sociais, a vereadora Neusa Conschetta confirmou a inserção do seu perfil em outros sites de compartilhamento (mencionou o Instagram) dentro de alguns meses.

Ou seja, todas as vereadoras, mesmo aquelas que não possuem atividade online constante, sentem que essa presença na rede é importante, e dão previsões para o início dessa expansão do discurso e abertura de diálogo na internet, a partir da inscrição em várias ferramentas.

Mas, conforme captado na pesquisa netnográfica parece haver uma resistência das vereadoras no uso e fomento da democracia digital, identificada logo pela falta de objetivo na internet e uma utilização específica voltada para política.

Isto pode acontecer, pois, a internet e os sites de compartilhamento de informação e experiências incentivarem a expansão das redes de interação para além das pessoas que, a princípio, constituem os círculos sociais mais próximos (EISENBERG, 2003). Ou seja, todas as vereadoras já possuíam perfis em sites de compartilhamento, principalmente o Facebook e, quando eleitas, não fizeram alterações além da criação de uma *fan page* (das entrevistadas, apenas três vereadoras possuíam *fan page*) ou inclusão de um título “Vereadora” no próprio perfil de usuária comum.

Esse círculo social mais próximo, composto de amigos e familiares, pode figurar como defensor nas interações online, como no caso da vereadora Eliane Deváferi que recebeu *prints* (cópia) dos parentes com comentários depreciativos acerca de um projeto social que promoveu na câmara municipal. Segundo a política, a pessoa sequer leu o conteúdo da proposta para criticar, uma vez que seu comentário online carregava apenas o título do projeto e abstinha-se de detalhes para discorrer negativamente sobre ele. Seus amigos e familiares defenderam o projeto neste episódio de conversação online.

Este registro da interação online pode ser vítima de más interpretações ou más expressões, configurando disfunções que distorcem qualquer objetivo envolvido. Esta disfunção também é ampliada com a disseminação da informação sendo feita através do compartilhamento online nas diversas redes sociais existentes, dando corpo à conversação online e sendo republicada a cada novo acesso (RECUERO, 2012).

Essa reprodução e extensão da mensagem pode ser feita através dos blogues que compartilham automaticamente em perfis no Facebook e Twitter da própria agente política, como no caso das vereadoras Clemilda Pereira (Hortolândia) e Ângela Duarte (Paulínia).

Em qualquer página online que esteja o conteúdo, no entanto, este pode ser comentado e/ou compartilhado por outras pessoas. E, justamente por conta desta falta de controle sobre os conteúdos correntes na internet, a vereadora Eliane Deváferi (Cosmópolis), por exemplo, prefere não compartilhar opiniões políticas na rede pois tem medo da repercussão e do recebimento de comentários negativos. Nas palavras dela: “[...] questão a homofobia, eu não coloca jamais uma coisa desse tipo, embora eu tenha uma opinião formada, eu não coloco, porque eu sei que as opiniões são muito divididas”, e acrescenta, “meio que a gente não pode ter opinião formada.”

Em contrapartida, segundo estudo de 2014 sobre os hábitos de consumo de mídia pelos brasileiros, realizado pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República, apenas 25% das pessoas entrevistadas buscaram o contato com o governo nos últimos 12 meses, seja por e-mail, formulários eletrônicos, chats, redes sociais, fóruns de discussão ou de consultas públicas (BRASIL, 2014).

As vereadoras, de maneira geral, apontam que essa busca de contato para assuntos de cunho político geralmente vem por mensagens privadas dentro do Facebook, e configuram, na maior parte das vezes, reivindicações pessoais. Esse assunto será revisitado num próximo tópico.

O baixo comprometimento com o bem comum sugere uma inclinação negativa com relação à política. De um lado está a falta de disposição dos políticos em abrir o diálogo com as pessoas no ambiente online, que poderia alimentar a crise de legitimidade política, ampliando o tipo de governo que estamos gerando nas sociedades atuais, que não promovem a participação e o conhecimento dos cidadãos (CASTELLS, 2003). Do outro, a inclinação para a desconfiança que a população expressa em relação aos políticos (MIGUEL, 2008).

Nas entrevistas, a maior parte das vereadoras indicaram a descrença política à nível municipal como um reflexo do descontentamento frente ao governo federal. Conforme salienta a vereadora Clemilda Pereira, os representantes atuais não podem arcar com mais de 500 anos de corrupção. Mas de algum modo eles devem trabalhar para esta ruptura, caso contrário, estariam contribuindo para seu manutenção.

Enfim, para funcionar, a oportunidade de diálogo online com os cidadãos deve apresentar benefícios que compensem o dispêndio de tempo e recursos para interação. Ou seja, a eficiência ou efetividade devem ser calculados por iniciativas de produção da democracia digital. A conjunção de ocasiões e circunstâncias, a oportunidade propriamente dita, deve produzir fins desejáveis para os interagentes (GOMES, 2011).

Outra perspectiva seria fomentar exigências de participação em campanhas que abraçariam não somente as eleições, como também vincularia as pessoas mediante práticas políticas e elevaria o sentimento de pertença dessas na política dos seus municípios, estados ou país. Dessa maneira, os níveis de participação democrática aumentariam (AGGIO, 2011).

Neste sentido, a internet seria o meio com maior potencial para estimular este sentimento. Segundo Hyde-Clarke (2013), as pessoas tem a sensação de que suas vozes são levadas em consideração na conversação online, sendo um meio propício para estimular o debate acerca dos assuntos públicos. Neste sentido:

[...] lidamos com concepções disseminadas, imagens públicas dominantes, impressões e opiniões sobre matérias, posições e sujeitos, e tudo o mais do domínio das representações, dos valores e do imaginário. Pois bem, parece bastante comum a idéia de que convicções e representações podem ser importantes para promover ou desestimular a participação civil na política. Assim, se o público tem a impressão de que a sua intervenção política pode fazer alguma diferença para conduzir nesta ou naquela direção a decisão acerca dos negócios públicos, então possivelmente se sentirá compelido a produzir intervenções mais constantes e mais qualificadas. Na mesma linha, estaria a convicção de que a esfera civil é, ao fim e ao cabo, aquela que exerce a soberania política e que a ela estaria associada, essencialmente, como mandatária de uma mandante civil, a sociedade política. Ainda, acredita-se, uma imagem adequada dos representantes, do Estado e das suas demais instituições, entendidos como coisa e serviço públicos, seria decisiva para uma cultura cívica de maior participação. (GOMES, 2008:298).

Ou seja, além de adotar estruturas comunicacionais eficientes, a política deveria também apresentar motivações corretas para fomentar a participação, respeitando os interesses, contextos sociais e habilidades cognitivas das pessoas. Portanto, não depende apenas de instituições propícias para participação, mas também de selecionar formatos, níveis e tipos de informações políticas que seriam úteis para os cidadãos (GOMES, 2008).

Entretanto, a articulação da interatividade nos sites estaria apenas engatinhando (ANDRIGUETI, 2010), inclusive, e talvez principalmente, na relação cidadão-representante, na qual os candidatos eleitos tendem resistir ao diálogo online com seus eleitores (STROMER-GALLEY, 2011).

Uma das barreiras identificadas nas entrevistas, e também mencionadas em trabalhos anteriores que inspiraram a verificação neste, refere-se a capacitação das assessorias dos políticos. A falta de conhecimento técnico e ausência de domínio do Língua Portuguesa podem ser barreiras cuja solução está nesta profissionalização com objetivo de garantir politicidade aos perfis online das figuras políticas.

4.2.1 Capacitação das assessorias e resistências dos políticos

A interação coloca os interagentes no centro dos eventos comunicacionais contemporâneos dentro das possibilidades interativas da internet. Dominique Wolton (2012) identifica três aspectos que conferem a internet seu sucesso atual: autonomia, domínio e velocidade. Ou seja, a liberdade de tráfego e contato, livres de intermediários ou hierarquias e disponíveis a qualquer hora são os encantos dessa nova tecnologia de comunicação.

Antes, os políticos detinham a mediação de informações através do contato com jornalistas. Com a internet, o fluxo de informações pode ser feito de maneira direta, desde interações através das chamadas redes sociais (Facebook, Twitter) e correios eletrônicos, até ações pontuais em páginas próprias (tópicos de discussão, fóruns, questionários).

Frente a isso, as informações já são pensadas de maneira diferente do que se fossem lançadas na TV ou mídia impressa. As pessoas que buscam informações políticas online sabem disso (GOMES, 2011), mas parece que as vereadoras da RMC ainda não possuem este cuidado.

As disposições digitais de conteúdo serão aproveitadas na medida em que existam esforços para conscientizar e capacitar equipes de governo e os próprios cidadãos (GUZZI, 2010):

Um sistema democrático no qual as campanhas se fecham para oportunidades de diálogo com os cidadãos é menos democrático. [...] O poder, então, reside nas elites políticas que já tem suas necessidades e opiniões reverberadas na esfera pública. (STROMER-GALLEY, 2013:56).

Em tese, os websites proporcionariam o detalhamento das posições políticas, divulgação de realizações pertencentes a mandatos anteriores, bem como a circulação de biografias dos políticos. Entretanto, os custos envolvidos para engajar os cidadãos e canalizar tempo e pessoas para sua manutenção, fizeram os políticos declinar sobre o uso da internet (STROMER-GALLEY, 2013).

Os canais para a interação humana na internet não são utilizadas pelos candidatos por, ao menos, três razões: são onerosos para a campanha, os candidatos correm o risco de perder o controle sobre seus ambientes de comunicação e, conseqüentemente, eles deixam de preservar a ambigüidade de seus discursos. (STROMER-GALLEY, 2013:47).

Para superar tais restrições, a complexidade e novos formatos de conversação pedem profissionalização e novas competências para as assessorias políticas (SERRANO, 2010). A seguir, algumas dessas motivações que evidenciarão essa necessidade.

A produção de conteúdo online é feita a partir de sistemas hipermodais. A navegação é conduzida de maneira multilinear, cujos caminhos de cada internauta é feito de inúmeras maneiras possíveis. Além disso, a construção de significados conta com linguagens verbal, imagética, sonora, animação, além do uso de cores, fontes tipográficas e outros recursos gráficos para produção do conteúdo digital (BRESSANE, 2010). “A interação humana, mediada por redes digitais, existe de um modo que os outros tipos de comunicação mediada não são capazes de oferecer” (STROMER-GALLEY, 2013:37). Aqui, a falta de conhecimento técnico pode figurar como a primeira barreira.

Em outras palavras, a narrativa digital possui elementos exclusivos, diferenciando os modelos de ação tradicionais, como o virar de uma página impressa. Na internet, é possível alterar o movimento do conteúdo e conduzir as ações requeridas pelos internautas com animações instantâneas, apresentações automatizadas de slides, dentre outras ações de acesso ao conteúdo (PAUL, 2010). A falta de *webdesign* estratégico para passar a mensagem correta pode figurar, neste caso, como segunda barreira.

Retomando, a narrativa digital permite que o internauta possa escolher o caminho que seguirá na internet, exercendo controle sobre o acesso ao conteúdo disponível que podem não ser produzidos ou pertencentes a uma elite mediática. Ou seja, tem liberdade de escolher qual tipo de experiência, entretenimento e informação irá consumir (STROMER-GALLEY, 2013).

Porém, dentro das possibilidades de caminhos, um site pode conter informações invasivas que equivalem a ordens, ou verbos imperativos. Como exemplo, uma página que abre sozinha, sem permissão, e bloqueia a visão do usuário do site que ele estava navegando. Essas estratégias são chamadas de modulação, e podem aparecer em níveis diferentes (BRESSANE, 2010).

A modulação na navegação, por sua vez, pode ser entendida como o subsistema que diz respeito à maneira como as propostas de navegação para oferecer ou pedir bens e serviços são elaboradas. Para que o usuário tenha acesso a bens e/ou serviços, muitos sites exigem ações como as de abrir e fechar janelas, registrar senhas, preencher formulários etc. Podemos perceber variações na maneira como as propostas são oferecidas ou solicitadas, em graus diferentes de obrigação e de inclinação. Para essa variação também adotamos a mesma gradação da linguagem verbal: modulação alta, média e baixa. (BRESSANE, 2010:159).

Traduzindo para a comunicação política, conforme a ampla cobertura dos custos pelos benefícios indicada por Wilson Gomes (2011), os políticos devem ser cautelosos na adoção das modulações em seus sites. Ao invés de impelir a permanência do internauta em sua página online com modulações invasivas, ele pode trabalhar estratégias mais sutis, agradáveis para atrair a atenção e conduzir a geração de conhecimento político. Nas palavras de Adriane Canan (2010:145), seria o mesmo que “autoconduzir os leitores pelos labirintos da não-linearidade. E, através dessa autocondução, tentar entender melhor os processos de produção das informações.”

Por conta dessa autocondução, apesar dos estímulos incorporados através das modulações, a determinação de fronteiras da conversação online é bastante difícil. Nem todos os atores envolvidos numa determinada conversação podem ter acesso integral ao contexto, fazendo com que a intersecção das redes pública e privada, além da presença de audiências imprevistas, configurem um problema característico das conversações mediadas por redes sociais (RECUERO, 2012).

Neste sentido, a vereadora Eliane Deváferi (Cosmópolis) aponta a defesa de amigos e familiares quando um internauta se posiciona de maneira agressiva contra suas ações políticas, conforme citado anteriormente. Por outro lado, a vereadora Ângela Duarte (Paulínia) assinala as interações de opositores na rede, cujo problema a vereadora Clemilda Pereira (Hortolândia) tenta contornar com a categorização das interações, conhecendo a natureza das mesmas (se é proveniente de opositores, se pertence a motivações externas, etc).

Isto ocorre porque não existem regras e nem preocupações que balizem a conversação online. Se as discussões não forem politicamente orientadas, os efeitos podem ser negativos, enfraquecendo as possibilidades online de deliberação (STROMER-GALLEY, 2013).

Neste sentido, Suely Fragoso (2011) identifica três naturezas distintas de interação online: interações de construção, interações de manutenção e interações de desgaste. A primeira visa construir uma audiência a partir da formação de laços, estabelecendo conexões e buscando uma relação de intimidade. A segunda visa a manutenção propriamente dita, destes laços construídos, matendo-os no mesmo patamar no qual se encontram. Por fim, a terceira forma de interação especificam uma briga ou conflito entre os interagentes.

Apesar das interações de desgaste, as possibilidades negativas atinentes ao contato online com eleitores não deve barrar a iniciativa de políticos e partidos políticos de fomentar a participação online. Somente explorando as potencialidades interativas da internet, a aproximação conversacional eleitor-candidato poderá se realizar (AGGIO, 2011).

No entanto, apesar de todas as vereadoras entrevistadas já possuírem perfis no Facebook antes de se tornarem parte da câmara, as interações e postagens de conteúdo online, com a candidatura, passaram receber maior cuidado, evitando exposição de familiares e prevenindo críticas negativas com abstenção de opiniões polêmicas na rede.

4.3 Práticas políticas online: as formas de utilização do Facebook e dos Weblogs por parte das vereadoras da RMC

Para facilitar a identificação na internet, as pessoas constroem perfis com elementos de fácil reconhecimento. Ou seja, a “presença” identifica o “eu” através de atos performáticos e identitários, sendo que essa representação “pode ser constituída de um perfil em um site de rede social, um weblog personalizado, um nickname em uma sala de chat, uma foto etc. Ela delimita o indivíduo naquela ferramenta” (RECUERO, 2012:58 e 59). Ou seja:

Ao construir um perfil, os atores precisam reconstruir indícios que deem pistas aos demais interagentes a respeito de quem são. Assim, elementos representações do corpo (como avatares), descrições, expressões linguísticas, gostos, convenções etc. são transportados para este perfil. São essas pistas que darão a quem entra no perfil uma ideia de quem é aquele ator. (RECUERO, 2012:140).

Elementos utilizados nas campanhas eleitorais podem ser replicados nos perfis para facilitar a identificação do político eleito, por exemplo. Uma vereadora que utiliza um discurso religioso pode carregar uma capa do Facebook (localizada no topo do perfil) com imagem de um santo, como a vereadora Ana Genezini (Vinhedo).

Por outro lado, conforme observado nas análises netnográficas, algumas vereadoras utilizam foto de avatar ou de capa (Facebook) com imagens de familiares, animais de estimação, figuras religiosas ou com amigos, distanciando-se dos propósitos políticos que poderiam ser estendidos para a internet.

Uma estratégia utilizada para facilitar o reconhecimento do ator em diferentes contextos online é a utilização da mesma identidade em diversos sites de rede social. Ou seja, uma pessoa que utilize o mesmo avatar (foto de perfil) ou mesmo apelido como forma de unificar o perfil em diversos sites diferentes.

Nas análises acerca dos perfis das vereadoras, muitas adotam o prenome “vereadora” nas páginas do Facebook. A vereadora Clemilda Pereira (Hortolândia) também replica o mesmo avatar para perfil do site da câmara, Facebook e blogue, facilitando a identificação de páginas pertencentes àquela figura pública.

Ao longo deste item serão contempladas as práticas mais usuais identificadas nas entrevistas em relação ao uso da internet como ferramenta da comunicação política. Apesar de expressarem resistências (citadas em tópicos anteriores), as demandas populares também são enviadas através da internet, nos próprios perfis no Facebook das vereadoras.

Além da mídia tradicional, a mídia nova cria espaços virtuais que também impactam diretamente nas estruturas sociais em termos de influência ou poder na construção da realidade social. Ou seja, altera a moldagem de percepções, afetos, significações, costumes e produção de efeitos políticos (SODRÉ, 2013).

Neste sentido, os estudos de comunicação colocam a mídia como estruturadora ou reestruturadora da realidade social, aproximando-se de uma espécie de agenda coletiva (SODRÉ, 2013). Mas, para todos os efeitos, “[...] a comunicação é muito mais uma ressonância do que um exercício de dominação.” (GUZZI, 2010:89). A internet, apesar de menos expressiva em termos de audiência absoluta frente a mídia tradicional (em especial, a TV), pode representar um braço da comunicação política.

Esse âmbito online, entretanto, infere em uma das consequências do surgimento das atualizações em tempo real que é a própria multiplicação e valorização da informação individualizada. Neste sentido, “[...] não há prazo, a informação é imediata” (RAMONET, 2013:56). Em outras palavras, atualmente a comunicação tem acumulado problemas para democracia, revelando que a credibilidade da informação só pode ser afirmada pela repetição nos diversos meios: rádio, TV, jornal e internet. Não há continuidade e as informações podem ser desmentidas de uma hora para outra, pois não há tempo de verificá-las sob a aceleração da informação na contemporaneidade.

Contudo, para a vereadora Clemilda Pereira, a internet é uma ferramenta fácil para atingir o público. A profissional responsável pelas redes sociais da vereadora posta conteúdo em tempo real das ações feitas na rua. A vereadora enxerga o potencial de atrair mais pessoas para aquela ação, convidando os munícipes a se juntarem a eles no momento que está ocorrendo.

Neste sentido, apenas duas vereadoras possuem blog nos quais expressa suas opiniões políticas, evidenciam suas ações, abrindo diálogo e colocando o fluxo de informações políticas na rede. Apenas a vereadora Clemilda Pereira contou ter profissionalizado esta parte, contratando uma pessoa da área da comunicação para manutenção das ferramentas de interação online.

Dentro de sua página que leva o prefixo “vereadora”, assuntos polêmicos que estão em evidência nas mídias de massa, tendem repercutir bastante. Exemplificou com postagens voltadas para violência contra a mulher, o tema repercutiu em vários jornais e até mesmo na TV Record. A vereadora também vê a internet como uma fonte de informações valiosa, até pra ficar por dentro dos assuntos levantados pelos jornais daquele dia.

Em relação ao uso das ferramentas online para fomento do diálogo com os internautas, a vereadora Marta Leão possui três perfis no Facebook, duas de usuário comum e uma fan page, e utiliza-as diariamente. Por outro lado, a vereadora Eliane Defáveri diz que poderia postar conteúdo todos os dias sobre sua atividade de vereança, mas prefere se resguardar e postar apenas conteúdo de maior relevância, mais atrativo.

Além da iniciativa dos políticos, o nível de engajamento online também pode ser relacionado com características pontuais da política municipal. Por exemplo, a vereadora Ângela Duarte aponta que, apesar da pregação de democracia vigente na cidade, eles viveram uma ditadura velada que desencoraja a interação online das pessoas em conteúdos políticos, atribuindo a isso o maior número de comentários e curtidas em conteúdos amenos, que carregam elementos pessoais desvinculados de assuntos políticos.

4.3.1 Perfis no site da câmara

A participação pública é hoje um dos pré-requisitos legais, como mostra relatórios da OCDE e ONU, para determinados níveis de tomada de decisão na maior parte dos países ocidentais desenvolvidos (GUZZI, 2010). Mas, ao visitar o site da câmara de cada cidade da

RMC que possui, ao menos, uma vereadora, foi observado que não existem muitas opções para entrar em contato com o político.

Os meios eletrônicos indicados no site da Câmara dos Vereadores, para entrar em contato diretamente com cada vereador, foram e-mail e telefone em sua maioria. Alguns não possuíam sequer e-mail para contato, conforme traz a tabela a seguir:

Tabela 4: Formas disponibilizadas de contato com as vereadoras da RMC

Cidade	Vereadora	E-mail	Telefone	Formulário online	Facebook	Outros
Americana	Leonora do Postinho	X	X	X		
Artur Nogueira	Zezé da Saúde	X				
	Deí da Escola	X				
Campinas	Neusa do São João	X	X			
Cosmópolis	Eliane Lacerda					
Holambra	Jacinta van den Heijden	X		X		
Hortolândia	Mida	X	X	X	X	X
Jaguariúna	Rita Bergamasco					
Monte Mor	Neide da Especialidade	X				
Paulínia	Angela Duarte	X	X			
Vinhedo	Marta Leão	X	X			
	Ana Genezini	X	X	X	X	X

Outras ferramentas online também apontadas em alguns perfis foram blog pelas vereadoras Ângela Duarte e Ana Genezini, e um site pela vereadora Clemilda Pereira (que indicou até um perfil no Flickr no site da Câmara). Em contraponto, as vereadoras Eliane Lacerda e Rita Bergamasco não apresentaram nem mesmo *e-mail* para contato no site da câmara. Não obstante, a maioria indica apenas *e-mail* e telefone para contato, alguns com formulários para envio de mensagens eletrônicas dentro do próprio site da câmara, mais precisamente na página dedicada ao perfil de cada vereador.

Apesar de todas as vereadoras possuírem ao menos um perfil, o Facebook apareceu em apenas dois perfis dentro do site da câmara. Ademais, os usos e práticas voltados para este site foram verificados nas entrevistas e confrontados com as análises netnográficas. As considerações são exibidas a seguir.

4.3.1.1 Configuração de perfis no Facebook: *fan page* ou perfil de usuário comum?

Conforme visto anteriormente, na internet a identidade é construída através de fotos, nicknames, organização de sites, web blogs, construindo a presença no ambiente online através de uma combinação de elementos capazes de trabalhar a rápida identificação das pessoas, não necessária dentro de uma conversação face-a-face (RECUERO, 2012).

Por isso, nesta pesquisa parte-se do nome parlamentar/popular indicado no site da Câmara de Vereadores das cidades estudadas para buscar as vereadoras no Facebook. Quando não são encontrados os perfis, a busca era feita com nome completo, ou primeiro e último nome, e sua cidade.

Apesar de o próprio Facebook indicar a opção de *fan page* como forma mais próxima de tratar assuntos de caráter público, a preferência das vereadoras estudadas foi de manter perfis de usuário comum. No modo *fan page*, qualquer um pode curtir a página e começar acompanhar o conteúdo ali postado, diferente do perfil de usuário comum, no qual a pessoa deve submeter um convite para iniciar uma “amizade” ou então “seguir” a pessoa para receber atualizações desta em seu *feed* de notícias, este último aproxima-se da função “curtir a página” na *fan page*.

Os perfis de usuário comum podem apresentar-se como empecilho para a captação dos dados, pois há a possibilidade de não deixar as publicações visíveis para quem não é “amigo” no perfil de usuário comum, ou seja, no caso de verificação do recorte por alguém que possui tal vínculo, algumas postagens podem não ter sido consideradas.

Para facilitar a visualização, o quadro abaixo mostra a utilização de cada uma quanto a modalidade de perfil dentro do Facebook. Ou seja, se estas utilizam perfil de usuário comum ou a opção de *fan page*:

Tabela 5: Modalidades de perfis das vereadoras da RMC no Facebook

Vereadora	Partido	Fan Page	Perfil
Leonora do Postinho	PPS		1
Zezé da Saúde	PSDB		1
Deí da Escola	PV		1
Neusa do São João	PSD	X	3
Eliane Lacerda	PV		1
Jacinta van den Heijden	PTB		1
Mida	PT		1
Rita Bergamasco	PMDB		1

Neide da Especialidade	PMDB		3
Carla Lucena	PSDB		1
Angela Duarte	PRTB	X	1
Siméia Zanon	PROS	X	1
Marta Leão	PSD	X	2
Ana Genezini	PTB	X	1

De dezenove, apenas dezesseis perfis de usuário comum foram levados em consideração na pesquisa. Aqueles que deixaram de ser considerados foram indicados como inativos por apresentar a postagem mais recente datada há mais de um ano.

Importante ressaltar que no período de captação desses dados, as vereadoras Carla Lucena e Siméia Zanon, ainda faziam parte da vereança de seus municípios. Mas ao iniciar a captação de entrevistas, ambas não faziam mais parte da câmara, sendo descartadas do quadro de vereadoras a serem entrevistadas na segunda parte da pesquisa de campo.

Voltando às análises, dos três perfis desconsiderados, apenas um era único: da vereadora Maria José Hunglaub. Ou seja, pode-se considerar que esta seja a única vereadora que não possui Facebook, pois seu perfil está “inativo” e ela não possui uma *fan page* também. Em entrevista, a vereadora assinalou que preferia voltar seu tempo para o atendimento das pessoas diretamente em seu gabinete, não sobrando tempo para dispendar com o Facebook.

Sobre os outros dois perfis desclassificados: a vereadora Neide Garcia Fernandes possui outros dois perfis, e a vereadora Neusa Conschetta possui uma *fan page* atualizada, sendo este indicado na entrevista como perfil voltado, de fato, para sua vereança.

Sobre o avatar - foto de perfil - apenas uma vereadora (Leonora Périco) apresenta indícios de figura política no avatar, tendo as bandeiras do Brasil e do Estado de São Paulo compondo o fundo. Outras cinco vereadoras apresentam o avatar mais “produzido”, seja em fundo branco e com alta resolução da fotografia, ou em lugares que claramente fazem parte das sessões da Câmara, posando em trajes sociais e maquiadas. Estas são as vereadoras Neusa Concetta (apenas num dos dois perfis de usuário comum ativos), Clemilda Pereira, Ângela Duarte, Siméia Zanon e Marta Leão. Num dos seus perfis ativos, Neide Garcia ainda mantém uma foto com borda natalina (a análise ocorreu dia 21 de Janeiro de 2015).

Sobre as capas, imagem que fica no topo do perfil ou *fan page*, duas vereadoras não possuem nenhuma imagem: a vereadora Leonora Périco e Jacinta van den Heijden, que além de não possuir capa, também não apresenta nenhuma imagem no avatar. A vereadora Ana Genezini possui uma imagem de santo, tanto no seu avatar quanto na sua capa, a vereadora

Valdeir Rosa possui uma paisagem um pouco obscura; duas vereadoras apresentam fotografia de si mesma relacionada com a atividade política (Neusa Concetta, em apenas um dos dois perfis, no outro uma foto de si mesma com um carro no fundo; e, Neide Garcia, em apenas um de seus perfis ativos também, sendo que o outro apresenta uma foto com familiares). Eliane Lacerda apresenta uma foto com seu esposo (que também compõe a foto do avatar). Clemilda Pereira apresenta uma mensagem de boas festas referente ao Natal e virada do ano juntamente com uma foto sua na capa. Rita Bergamasco e Siméia Zanon tem uma foto de um homem e uma criança que parecem ser familiares próximos. Carla Lucena está com uma criança na capa. Ângela Duarte está com duas outras pessoas dentro de um local de trabalho, todos vestidos de trajes sociais. Marta Leão possui em ambos os perfis, a foto de um leão, um deles coloridamente desenhado, e noutro uma fotografia do animal em suas cores reais.

Outro ponto observado é que, das vereadoras que possuem *fan page*, apenas uma apresentava link direto para um perfil do Facebook no site da Câmara, e este não era a própria *fan page*, mas sim o perfil de usuário comum, como por exemplo o caso da vereadora Ana Genezini.

Outras formas de interagir no site de relacionamentos foram observadas, como por exemplo: grupos fechados dedicados às vereadoras Siméia Zanon voltado para “admiradores” da mesma, e também, da vereadora Marta Leão, voltados para “amigos, familiares e equipe de trabalho”, conforme descrição dos próprios grupos.

4.3.1.2 A preferência pelo *inbox* no Facebook

A internet amplia o campo de discussão das pessoas a partir de aparatos tecnológicos. Portanto, existe o potencial de ganhos em termos de participação cidadã, num espaço não mais virtual, mas sim com possibilidades interativas reais que podem promover ganhos democráticos (GUZZI, 2010).

Entretanto, a pesquisa revela a maior parte das interações voltadas para assuntos fora do campo político nos perfis dessas vereadoras. Ao passo que as reivindicações vindas da internet configuram demandas pessoais, conforme a maior parte das entrevistadas denunciou.

Mesmo as vereadoras que não alimentam seus perfis no site Facebook, as pessoas enviam solicitações e pedidos via *inbox*, sendo esta uma modalidade de conversação privada. Diferente da conversação pública, possível de ser vista por qualquer ator vinculado à mesma

ferramenta, a interação numa conversa o privada ocorre num espaço delimitado, visível, a princípio, apenas para os participantes da mesma (RECUERO, 2012).

Além do Facebook, outra maneira de receber demandas foi apontada pela vereadora Ângela Duarte (Paulínia). Ela recebe denúncias através do *Whatsapp*, um serviço de mensagens instantâneas disponíveis para *smartphones*.

O *inbox* também pode ser usado como via para esclarecer questões levantadas nos comentários que, a princípio, configuram uma modalidade pública da conversa o online (RECUERO, 2012). Ou seja, segundo a vereadora Eliane Defáveri, quando uma pessoa faz um comentário desprovido de informa es, ela tem o cuidado de levar esta conversa o para o *inbox*, ou seja, para o privado. Segundo ela, isto impede de expor o interagente e reforça a credibilidade na rela o com o munic pe.

4.3.1.3 Elementos pessoais nas postagens online

Sendo a internet um espaço de laços menos rígidos, formados a partir de interesses e valores compartilhados (MARTINO, 2014), a internet pode misturar contatos íntimos com contatos distantes. A vereadora Eliane comentou que de nada adianta “posar de intelectual” e não ser nada daquilo. Reconhece que em sua rede de contatos online, muitas pessoas a conhecem pessoalmente, o que poderia acarretar questionamentos desconfortáveis se postasse alguma inverdade sobre si mesma. Esta opinião   compartilhada pela vereadora Neusa Conscetta.

Não obstante, a flexibiliza o dos vínculos e rapidez que se d  as rela es pessoais foi possível pela populariza o de sites que valorizam essa troca e compartilhamento de experiências a partir de recursos digitais. As pessoas passaram a convidar as outras para adentrarem seu âmbito pessoal. E isto não deixa de acontecer com as pessoas que exercem cargos de representa o política, como   o caso das vereadoras da Região Metropolitana de Campinas.

Sobre os perfis de usuário comum considerados na pesquisa, foi feita uma análise das últimas 20 fotos postadas no perfil ativo de cada vereadora, sendo que estas podem ter sido postadas tanto pela própria vereadora, como por amigos, parentes, eleitores ou qualquer outra pessoa:

Tabela 6: Elementos pessoais nas postagens online das vereadoras da RMC

Vereadora	Atividade política/ eventos políticos	Foto de campanha	Selfie	Com amigos, familiares, eleitores, etc	Animais de estimação	Mensagens e cumprimentos	Outros
Leonora do Postinho	12	4	0	2	0	1	1
Zezé da Saúde	-	-	-	-	-	-	-
Deí da Escola	14	2	2	1	0	0	1
Neusa do São João	3	7	0	7	0	2	1
	0	0	1	0	0	0	0
Eliane Lacerda	0	0	9	10	0	0	1
Jacinta van den Heijden	0	0	0	0	0	0	0
Mida	2	4	0	3	2	9	0
Rita Bergamasco	0	0	5	13	0	1	1
Neide da Especialidade	6	0	2	7	1	2	2
	0	0	0	2	0	0	0
Carla Lucena	1	0	0	19	0	0	0
Angela Duarte	0	0	0	5	13	1	1
Siméia Zanon	1	0	0	17	0	0	2
Marta Leão	12	5	1	0	0	0	2
	17	0	0	0	0	2	1

Ana Genezini	9	6	1	2	1	0	1
-----------------	---	---	---	---	---	---	---

Na tabela há grande variação em termos de morfologia das atualizações, não dando margem a nenhuma conclusão sobre a finalidade de adoção do Facebook por parte das vereadoras da RMC. São 105 postagens que carregam alguma informação acerca da atividade política da vereadora (“Atividade política/evento político” e “Fotos de Campanha”), frente 126 que indicam elementos considerados pessoais, como fotos com familiares, atividades lúdicas, *selfies* sozinhas, com amigos ou animais de estimação.

Segunda essas vereadoras (com exceção da vereadora Clemilda Pereira), o conteúdo com elementos pessoais angaria maior interação, promovendo ganhos de visibilidade online. Mediante isso, a noção de figuras públicas pressupõe a competição por espaços públicos o tempo todo, assim como votos e boa vontade, colocando-os como atores ou mesmo personagens que dramatizam ações para angariar visibilidade e promover sua própria imagem (WEBER, 2004).

Ao entrar na carreira política, a pessoa abre mão de certo nível de privacidade. Mesmo que involuntariamente, sua vida particular estará mais exposta. Por exemplo, estado civil, número de filhos e fotos foram alguns dos elementos pessoais encontrados na análise dos perfis das vereadoras da RMC.

Isso acontece pois afeto está circunscrito nos enquadramentos culturais utilizados para construir imagens na cabeça das pessoas e formar opiniões sobre outras pessoas que sequer tiveram contato direto (WEBER, 2004). Por exemplo, se um candidato tiver um caso extraconjugal revelado, atinge uma noção moral ligada à família. Ou ainda, o uso de drogas ilícitas também poderá influenciar na formação da imagem e confiança das pessoas acerca da figura pública em questão.

Para a vereadora Eliane Deváferi, esta curiosidade é natural e pode ser utilizada como fonte de referência para as pessoas que procuram informações pessoais a respeito dos seus representantes. De acordo com Riffe (2003) e Babcock e Whitehouse (2005), a aceitação da exposição de informações pessoais variam de acordo com o tempo no cenário norte-americano. É provável que isto aconteça também em outros lugares, como no Brasil. Ou seja, a opinião pública a respeito da relevância de conhecer tais situações pessoais dos líderes políticos, bem como sua demanda, representa um dos fatores cambiantes quando se tratam de afeto, política e mídia.

Com isso, o terceiro capítulo fecha-se na contemplação do afeto no ambiente online como legítimo das estratégias sensíveis adotadas pelos políticos contemporâneos, mesmo que realizado inconscientemente. O texto parte para as considerações finais para terminar sua explanação científica sobre este fenômeno contemporâneo que permite articular gênero, afeto, estética e política.

Considerações Finais

No universo das relações sociais, mulheres e homens são passíveis de expectativas diferentes. Esta diferenciação também molda o comportamento das pessoas. Esta evidência assinala a necessidade de reconhecer a desigualdade de oportunidades para ambos os sexos, inclusive na política.

Logo no primeiro capítulo, várias falas, articuladas com pesquisas anteriores, mostram que a construção identitária da mulher passa pela maternidade e pelo lar, mesmo quando existe atuação política por parte dela. Discursos de parlamentares e atendimento das demandas voltadas para a esfera privada (educação, saneamento básico, saúde, etc) são duas fontes de verificação da permanente vinculação da casa e dos filhos na figura pública feminina.

Apesar do primeiro capítulo contrapor a crença de características como timidez, excesso de modéstia e comodismo para a candidatura em cargos políticos (TABAK, 1982), foi verificado que as mulheres não investem em carreiras públicas, mesmo quando convidadas. Por exemplo, a vereadora Clemilda Pereira conta que as mulheres são entusiastas, mas na hora de concorrer, recuam.

Mesmo adotando uma postura política ao reclamar direitos para os familiares, as mulheres ainda não preenchem, de maneira proporcional, os cargos de representação. Costumam ser maioria apenas nas esferas da educação, saúde e serviços sociais (65,6%) nos cargos diretivos, além no setor de alojamento e alimentação (44%), segundo dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, de 2014.

Ou seja, mesmo inseridas no campo político existem cisões nas atividades que configuram diferentes tipos de atuação para cada sexo. Essa separação parece contribuir para a sobrevivência da dominação masculina na política, pois, segundo Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel (2013), os assuntos que contam com homens em sua representação são mais prestigiados na grande mídia e rotulados como “mais difíceis”.

Contudo, algumas entrevistadas não reconhece a discriminação praticada pelo próprio sexo. As vereadoras que afirmaram nunca ter vivido uma experiência preconceituosa dentro da câmara municipal se contradizem em outras falas, corroborando com a invisibilidade da violência simbólica para as próprias vítimas, conforme entendimento de Pierre Bourdieu (2012) citado no primeiro capítulo.

A diferença de tratamento começa dentro dos partidos políticos, na divisão do orçamento para os candidatos. Essa diferença, no entanto, é difícil de ser analisada pois

depende de vários elementos, inclusive, da dedicação das candidatas mulheres. Como observado nas entrevistas, muitas delas entram para preencher legenda ou são candidatas-fantasma, que foram inventadas e existem somente no papel.

Com menos recursos, a mulher perde espaço de visibilidade municipal para os candidatos homens. Neste sentido, a construção da imagem é essencial para angariar votos dentro do contexto midiático contemporâneo.

Entretanto, este cuidado com a imagem escapa da cena midiática no interior paulista. Segundo todas as vereadoras entrevistadas, até mesmo àquelas que trabalham a comunicação nos espaços midiáticos, afirmam que a política feita pessoalmente ainda é a mais efetiva. Esta realidade descarta as perdas de visibilidade midiática como único motivo dos insucessos das candidatas femininas.

Além disso, o histórico familiar, na política e no comércio da cidade, impacta diretamente na candidatura política nas cidades interioranas. Esse foi um dos elementos comuns presente na experiência captada das vereadoras da RMC, mas não foi suficientemente aprofundado para confeccionar conclusões coerentes.

Conforme observado, a maior parte dessas mulheres eleitas já atuavam na arena pública, seja por meio de cargos públicos ou por contato direto com a população. O exercício de uma profissão vinculada ao âmbito social público, portanto, representa outra oportunidade de inserção na carreira política das candidatas.

Além das características pontuais da política contemporânea, a participação da mulher é reflexo das fronteiras privadas impostas às mulheres ao longo dos anos. O histórico de eventos que promovem a participação feminina na política tenta amenizar essas consequências à representatividade política, e pode ser analisada sob a espetacularização da sociedade, pois parecem obedecer às regras estéticas da mídia. São pautados, portanto, em assuntos com apelo afetivo para angariar visibilidade baseado na sensibilidade das pessoas.

Para combater a mídia esvaziada de sentido político, segundo Muniz Sodré (2013:211), seria necessário “um espaço político normatizado ou mesmo da mídia orientada por finalidades, capaz de levá-los a participar de instâncias decisórias”. Ou seja, reorientar a mídia para construção de um intelectual coletivo baseado na crítica, e não nas regras do mercado (IDEM).

Libertar a mídia dos interesses mercantis fomentaria uma cultura crítica com relação aos processos sociais, superando isolamentos identitários, arrogância intelectualista, hipertrofia do poder tecnológico e da marginalização de comunidades (SODRÉ, 2013).

A hipertrofia do poder tecnológico pode ser verificado nas impossibilidades de conversação política na internet. As análises netnográficas não contemplaram essas evidências, mas nas entrevistas, boa parte das vereadoras assinalou as dificuldades de travar um debate político online.

Além disso, a própria finalidade da criação e manutenção dos perfis por parte de algumas vereadoras sugere o distanciamento da política, uma vez que o contato dos familiares e amigos é sobreposto ao contato com os munícipes. Ou seja, a interação online visa o contato com laços íntimos ao invés do contato político-eleitor.

As resistências e barreiras para a maior participação política das pessoas fora da internet, também torna o espaço virtual impassível de contribuir com ganhos democráticos neste sentido. Assim como a face estética da política não colabora para a consciência politicamente crítica das pessoas.

Por fim, através do método qualitativo de interpretação dos dados primários e secundários, a pesquisa apresenta limitações perante a inferência dos resultados mediante o universo de possibilidades que o mundo das relações sociais oferece.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** In: ____ O que é o contemporâneo? Chapecó: Argos, 2009.

AGGIO, Camilo de Oliveira. Internet, eleições e participação: questões-chave acerca da participação e do ativismo nos estudos em campanhas online. IN: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Orgs) **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011, pp. 175-196.

ALEGRETTI, Laís. Senado aprova, em primeiro turno, cota para mulheres no Legislativo. **Portal G1**, 25/08/2015 20h52 - Atualizado em 25/08/2015 21h14. <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/senado-aprova-em-primeiro-turno-cota-para-mulheres-no-legislativo.html>> Acessado em 24/11/2015 às 14:25h.

ALEIXO, Tayra. Elementos pessoais e participação política em perfis de vereadores de Itupeva/SP no Facebook. Artigo apresentado no **Seminário de Mídia, Política e Eleições** da PUC-SP, 3 e 4 de Novembro de 2014.

ALTHEMAN, Francine. Processos midiáticos, deliberação e conversação. IN: CAZELOTO, E.; MARTINO, L. M. S.; PERSICHETTI, S. **Mídia e comunicação contemporânea: relatos e pesquisas**. São Paulo: Plêiade, 2012.

ANDRIGUETI, Analu. O jornalista no mundo dos games. IN: FERRARI, Pollyana (org.). **Hipertexto, hipermídia: as novas ferramentas de comunicação digital**. São Paulo: Contexto, 2010, 1 ed. 1ª reimpressão, pp. 91-106.

AQUINO, J.; MARQUES, F.; MIOLA, E. Parlamentares, representação política e redes sociais digitais: perfis de uso do Twitter na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 20, nº 2, Agosto, 2014, p. 178-203.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BABCOCK, William; WHITEHOUSE, Virginia. Celebrity as a postmodern phenomenon, ethical crisis for democracy, and media nightmare. *Journal of Mass Media Ethics*, 20 (2&3), 2005, pp. 176-191.

BAUDRILLARD, Jean. **Da Sedução**. Campinas, SP: Papirus, 1991.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. 4ª edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BEETHAM, David. Liberal democracy and the limits of democratization. IN: David Held (ed.) *Prospects of democracy*. Stanford: **Stanford University Press**, 1993, p. 55.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis F. **Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 15, nº 1, Junho, 2009, p.55-81.

BITTENCOURT, Ana. Mulheres na política: entraves e conquistas. **Revista Democracia Viva**, nº 41, Janeiro de 2009.

BORBA, Ângela. “Legislando para mulheres”. IN: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; e, GODINHO, Tatau (orgs.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, pp. 153-172.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAGA, José Luiz. Dispositivos interacionais. IN: XX **Encontro da Compós** – Grupo de Trabalho Epistemologia da Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 14 a 17 de Junho de 2011.

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. – Brasília: Secom, 2014.

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015. 181p.

BRESSANE, Taís. Navegação e construção de sentidos. IN: FERRARI, Pollyana (org.). **Hipertexto, hipermídia: as novas ferramentas de comunicação digital**. São Paulo: Contexto, 2010, 1 ed. 1ª reimpressão, pp. 149-164.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BUCY, E. P.; GREGSON, K. S. **Media participation: A legitimizing mechanism of mass democracy**. *New Media & Society*, 3 (3), 2000, p. 357-380.

BUSTAMANTE, Javier. Poder comunicativo, ecossistemas digitais e cidadania digital. IN: SILVEIRA, Segio A. (org.). **Cidadania e redes digitais = Citizenship and digital networks**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá – Educação e Tecnologias, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANAN, Adriane. A não-linearidade do jornalismo digital. IN: FERRARI, Pollyana (org.). **Hipertexto, hipermídia: as novas ferramentas de comunicação digital**. São Paulo: Contexto, 2010, 1 ed. 1ª reimpressão, pp. 141-148.

CAPUCCI, Renata. Aumenta número de denúncias de violência contra a mulher no Brasil. **Portal G1**, Jornal Hoje, edição do dia 11/08/2015. 9 < [http://g1.globo.com/jornal-
hoje/noticia/2015/08/aumenta-numero-de-denuncias-de-violencia-contramulher-no-
brasil.html](http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/08/aumenta-numero-de-denuncias-de-violencia-contramulher-no-brasil.html)> Visto em 28/10/2015 às 10:1

CARLSON, J. C.; & HATFIELD, E. **Psychology of emotion**. Orlando, FL: Holt, Rinehart and Winston, 1991.

CARVALHEIRO, José Ricardo. As políticas de identidade e os media. IN: CORREIA, J. C.; FERREIRA, G. B.; SANTO, P. E. (Orgs.). **Conceitos de comunicação política**. Labcom Livros, 2010, pp. 67-76.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Fernando. Prefeitura brinca com capivaras e nome de Curitiba nas redes sociais. **Portal G1** < <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/11/prefeitura-brinca-com-capivaras-e-nome-de-curitiba-nas-redes-sociais.html>> Publicado em 13/11/2013 às 07h, atualizado em 13/11/2013 às 13:12h. Acesso em 08/06/2015 às 15:05h.

CAZELOTO, Edilson. A velocidade necessária. IN: FERRARI, Pollyana (org.). **Hipertexto, hipermídia**: as novas ferramentas de comunicação digital. São Paulo: Contexto, 2010, 1 ed. 1ª reimpressão, pp. 165-.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. IN: **Contra a corrente** – ensaios sobre democracia e socialismo. Cortez, 2000, pp. 50.

CYRULNIK, Boris. **Os alimentos afetivos**. 2ª edição - São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

DAVIS, Richard. **Politics online**: blogs, chatrooms and discussion groups in american democracy. New York: Routledge, 2005.

DELARBRE, Raúl Trejo. Internet como expressão e extensão do espaço público. **MATRIZES**, ano 2, nº 2, primeiro semestre de 2009, pp. 71-92.

EISENBERG, José. Internet, Democracia e República. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 46, nº 3, 2003, pp. 491-511.

ELSHTAIN, Jean Bethke. **Public man, private woman**: women in social and political thought. 2ª edição. Princeton: Princeton University Press, 1993.

FARIA, Nalu. “Sexualidade e feminismo”. IN: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; e, GODINHO, Tatau (orgs.) **Mulher e política**: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, pp. 85-99.

FERREIRA, Paulo Henrique. Com você, a imprensa móvel. IN: FERRARI, Pollyana (org.). **Hipertexto, hipermídia**: as novas ferramentas de comunicação digital. São Paulo: Contexto, 2010, 1 ed. 1ª reimpressão, pp. 53-68.

FRAGOSO, Suely. **Métodos de pesquisas para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRANÇA, V. R. V. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê? Trabalho apresentado no 9o. **Encontro da Compós**. Brasília, junho 2001.

FRIDJA, Nico H.; KUIPERS, Peter; TER SCHURE, Elisabeth. Relations among emotion, appraisal, and emotional action readiness. **Journal of Personality and Social Psychology**, vol. 57 (2), Aug 1989, pp. 212-228.

Fundação SEADE. Perfil municipal. 2012. Disponível em: <
<http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>>. Acesso: 22 jan. 2015.

FUNG, Timothy K. F; NAMKOONG, Kang; SCHEUFELE, A. Dietram. The politics of emotion: news media attention, emotional responses, and participations during the 2004 U. S. presidential election. **Mass Communication and Society**, 15, 2012, pp. 25-45.

Oito a cada dez internautas do Brasil estão no Facebook, diz rede social. **Portal G1**

<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/08/oito-cada-dez-internautas-do-brasil-estao-no-facebook-diz-rede-social.html> 21/08/2014 17h39 - Atualizado em 21/08/2014 17h39.

Acessado em 23/11/2015 as 15:34h.

GODINHO, Tatau. “O PT e o feminismo”. IN: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; e, GODINHO, Tatau (orgs.) **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, pp. 15-32.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Política”, do **Encontro da Compós** em 2005.

GOMES, Wilson. **Comunicação e democracia: Problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

GOMES, Wilson. **Participação política online: questões e hipóteses de trabalho**. IN: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M.; MARQUES, Francisco P. J. A. (orgs.) **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011, pp. 19-46.

GONZÁLEZ-BAILÓN, Sandra; BANCHS, Rafael E.; e KALTENBRUNNER, Andreas. Emotions, public opinion, and U.S. Presidential Approval Rates: a 5-year analysis of online political discussions. **Human Communication Research**, 38, 2012, pp. 121-143.

GUZZI, Drica. **Web e participação: a democracia no século XXI**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HAUG, Wolfgang Fritz. **Crítica da estética da mercadoria**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

HYDE-CLARKE, Nathalie. Facebook and public debate: an informal learning tool for the youth. **Journal of African Media Studies**, vol. 5, nº 2, 2013, pp. 131-148.

IANNI, Octavio. O príncipe eletrônico. **Cuestiones constitucionales**: revista mexicana de derecho constitucional, N.º 4, 2001, 25 págs.

JANSSEN, Davy; KIES, Raphael. Online forums and deliberative democracy. **Acta Política**, Basingstoke, n. 40, 2005, pp. 317-335.

JOSGRILBERG, Fabio B. A opção radical pela comunicação na cidade. IN: SILVEIRA, Segio A. (org.). **Cidadania e redes digitais** = Citizenship and digital networks. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá – Educação e Tecnologias, 2010.

LENIN, Vladímir Ilich. **Emancipación de la mujer**. Colección Fondo de Cultura Popular. Epasa: Ediciones Populares los Andes, Lima, Peru, n. 26, 1934, 167 p.

LUNDELL, Asa K. The fragility of visuals: how politicians manage their mediated visibility in the press. **Journal of Language and Politics** 9:2, 2010, pp. 219-236.

MAIA, R.; MARQUES, A. C. S.; MENDONÇA, R. F. Interações mediadas e deliberação pública: a articulação entre diferentes arenas discursivas. IN: PRIMO, Alex et al. **Comunicação e Interações**. Livro da Compós 2008. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MARGULIS, Lynn. **O que é sexo?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

MARQUES, Francisco P. J. A.; MIOLA, Edna. **Internet e Parlamento**: um estudo dos mecanismos de participação oferecidos pelo Poder Legislativo através de ferramentas online. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Agosto de 2007.

MARQUES, Francisco P. J. A.; SAMPAIO, Rafael C.; AGGIO, Camilo. **Do clique à urna**: internet, redes sociais e eleições no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2013.

MARTINO, Luís Mauro Sá. A estética da propaganda política em Goebbels: um estudo sobre a produção da publicidade a partir de seus Diários. **Comunicação&Política**, v. 25, n.º 2, p. 035-053, 2007.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais**: linguagens, ambientes, redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. A mídia e o declínio da confiança na política. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 10, n.º 19, jan./jun. 2008, p. 250-273.

MIGUEL, Luis Felipe. O representante como protetor: incursões na representação política “vista de baixo”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 27, n.º 79, junho/2012, pp.31-47.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. “Introdução teoria política feminista, hoje”. IN: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Teoria crítica feminista**: textos centrais. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013, pp. 7-54.

MONTAGU, Ashley. **Tocar**: o significado humano da pele. São Paulo: Summus, 1988.

MUTZ, Diana C.; YOUNG, Lori. Communication and public opinion: plus ça change? **Public Opinion Quartely**, vol. 75, nº 5, 2011, pp. 1018-1044.

NATANSOHN, Graciela. Que tem a ver as tecnologias digitais com o gênero? IN: NATANSOHN, Graciela. **Internet em código feminino**: teorias e práticas. Buenos Aires : La Crujía, 2013, pp. 15-38.

OLIVEIRA, V.; CHAVES, S. M.; SIGNATES, L. **Política no feminino?**: a imagem da mulher candidata nas eleições municipais de Goiânia. Goiânia, GO: Grafset – Gráfica e Editora Ltda, 2010.

PAIVA, Raquel. **Política**: palavra feminina. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

PANKE, Luciana. Categorias de desqualificação na propaganda eleitoral. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 4, n.6, p.7-14, set. 2012.

PATEMAN, Carole. “Críticas feministas à dicotomia público/privado”. IN: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Teoria crítica feminista**: textos centrais. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013, pp. 55-80.

PAUL, Nora. Elementos das narrativas digitais. IN: FERRARI, Pollyana (org.). **Hipertexto, hipermídia**: as novas ferramentas de comunicação digital. São Paulo: Contexto, 2010, 1 ed. 1ª reimpressão, pp. 121-140.

PINHONI, Marina. Curitiba é hoje cidade mais engraçada do Brasil. **Portal EXAME** < <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/curitiba-e-hoje-cidade-mais-engracada-do-brasil-veja-razao>>. Publicado em 24/04/2014 às 10h. Acesso em 08/06/2015 às 15:22h.

PLOU, Dafne Sabanes. Novos cenários, velhas práticas de dominação: a violência contra as mulheres na era digital. IN: NATANSOHN, Graciela. **Internet em código feminino**: teorias e práticas. Buenos Aires : La Crujía, 2013, pp. 121-136.

PORTAL BRASIL. Mulheres na política. 2014. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/mulheres-na-politica>>. Acesso: 28 de jan. 2015.

PRIMO, Alex et al (Org.) **Comunicação e interações**. Livro da Compós 2008. Porto Alegre: Sulina, 2008.

RAMONET, Ignacio. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? IN: MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RECUERO, Raquel. Memes e dinâmicas sociais em weblogs: informação, capital social e interação em redes sociais na internet. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 15, jul-dez 2006, pp.1-16.

RIBEIRO, Renato Janine. **O afeto autoritário**: televisão, ética e democracia. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

RIFFE, Daniel. Public opinion about news coverage of leaders private lives. **Journal of Mass Media Ethics**, 18 (2), 2003, pp. 98-110.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Espetacularização e midiatização da política. IN: RUBIM, A. A. C. (Org). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004, p. 181-222.

SAMPAIO, Rafael C. Quão deliberativas são discussões na rede? Um modelo de apreensão da deliberação online. IN: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M.; MARQUES, Francisco P. J. A. (orgs.) **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011, pp. 197-230.

SANDBERG, Sheryl. **Faça acontecer**: mulheres, trabalho e a vontade de liderar. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O estado espetáculo**. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranas da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERRANO, Estrela. Spin doctoring e profissionalização da comunicação política. IN: CORREIA, J. C.; FERREIRA, G. B.; SANTO, P. E. (Orgs.). **Conceitos de comunicação política**. Labcom Livros, 2010, pp. 91-98.

SIBILA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SIGANTES, Luiz. A Sombra e o Averso da Luz. Goiânia – GO: Editora Kelps, 2009.

SIGNATES, Luiz. Epistemologia da Comunicação na Democracia: a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos. XX **Encontro da Compós**, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, de 14 a 17 de Junho de 2011.

SILVA, Daniela B. Transparência na esfera pública interconectada e dados governamentais abertos. IN: SILVEIRA, Sergio A. **Cidadania e redes digitais** = Citizenship and digital networks. São Paulo: Comitê, 2010. pp. 115 – 136.

SIMMONS, G. J.; MCCALL, J. L. Percepção e avaliação social. IN: MORTENSEN, C. D. **Teoria da Comunicação**: textos básicos. São Paulo: Editora Mosaico, 1980, pp. 72-88.

SODRÉ, Muniz. A comunicação eletrônica é epistemóloga. **Revista Parágrafo**, JAN./JUN.2015, V. 1, N. 3, 2015.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SODRÉ, Muniz. **O Brasil simulado e o real**: ensaio sobre o cotidiano nacional. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

STROMER-GALLEY, Jennifer. Interação on-line e por que os candidatos a evitam. IN: MARQUES, F. P. J. A.; SAMPAIO, R. C.; AGGIO, C. (Orgs). **Do clique à urna**: internet, redes sociais e eleições no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2013, pp. 29-62.

TABAK, Fanny. **Mulher e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 13. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

THOMPSON, John B. Fronteiras cambiantes da vida pública e privada. **MATRIZES** Ano 4 – Nº 1 jul./dez. 2010 - São Paulo - Brasil – JOHN B. THOMPSON pp. 11-36.

UNESCO. Countering Online Hate Speech. Paris, France: **United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization**, 2015.

WAAL, Frans de. **A era da empatia**: lições da natureza para uma sociedade mais gentil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WEBER, Maria Helena. Imagem Pública. In: Antonio Albino Canelas Rubim. (Org.). **Comunicação e Política**: Conceitos e Abordagens. 1 ed. Salvador, 2004, v. C741, p. 259-308.

WILHELM, Antony G. Democracy in the digital age: challenges to political life in cyberspace. **New York: Routledge**, 2000.

WOJDYNSKI, Bartosz W.; RIFFE, Daniel. What kind of media, and when? Public opinion about press coverage of politicians' private lives. **Journal of Mass Media Ethics**, 26, 2011, pp. 206-223.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre, RS: Editora Sulina, 2010.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina, 2012.

YOUNG, Lori; SOROKA, Stuart. Affective news: the automated coding of sentiment in political texts. **Political Communication**, 29, 2012, pp. 205-231.